



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO, CULTURA E TECNOLOGIA
LINHA DE PESQUISA: MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO E
EDUCAÇÃO**

FRANCIS KANASHIRO MENEGHETTI

**TRABALHO E EDUCAÇÃO
EM MAURÍCIO TRAGTENBERG**

**CURITIBA
2009**

FRANCIS KANASHIRO MENEGHETTI

**TRABALHO E EDUCAÇÃO
EM MAURÍCIO TRAGTENBERG**

Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor. Curso de Doutorado em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. José Henrique de Faria.

**CURITIBA
2009**

TRABALHO E EDUCAÇÃO EM MAURÍCIO TRAGTENBERG

ESTA TESE FOI JULGADA ADEQUADA PARA A OBTENÇÃO DO TÍTULO DE DOUTOR EM EDUCAÇÃO (ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO, CULTURA E TECNOLOGIA) E APROVADA EM SUA FORMA FINAL PELO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ.

**APRESENTADA À COMISSÃO EXAMINADORA
INTEGRADA PELOS PROFESSORES:**

**PROF. DR. JOSÉ HENRIQUE DE FARIA
PRESIDENTE**

**PROF. DRA. ANA PAULA PAES DE PAULA
MEMBRO**

**PROF. DR. LAFAIETE SANTOS NEVES
MEMBRO**

**PROF. DRA. MARIA DATIVA DE SALLES GONÇALVES
MEMBRO**

**PROF. DRA. TÂNIA MARIA BAIBICH-FARIA
MEMBRO**

As pessoas não morrem, ficam encantadas.

Guimarães Rosa

Dedico este trabalho a Nadir Primo Meneghetti,
(*in memoriam*), meu pai, que me ensinou a
viver de forma apaixonada todos os dias da vida.

AGRADEÇO

A minha mãe pelos ensinamentos, pelo amor que tem por mim e por minha irmã e pelo exemplo de que recomeçar sempre é possível;

A minha irmã, guerreira como meu pai e bondosa como minha mãe;

A minhas filhas, Luana e Talita, por me ensinarem o que não pode ser apreendido em livros; por me fazerem descobrir que a verdadeira adoção só floresce com doação; por me presentear com o melhor dos afetos;

A Taís Targa, por trazer minhas filhas para mim e pelos ensinamentos;

Aos meus avôs e avós, sempre muito presentes em mim;

A todos os meus amigos e a todos que torcem por mim;

À professora Tania Maria Baibich-Faria, pela pessoa maravilhosa que é, por me adotar no afeto e ser um exemplo para todos nós;

À professora Acácia Zeneida Kuenzer pelas contribuições no meu doutoramento e pelo exemplo de intelectual e de pessoa que é;

Ao professor José Henrique de Faria, orientador não só desta tese, mas da minha vida. Com ele aprendo por exemplos, sinto o afeto de quem acredita em um mundo melhor e representa um exemplo para todos;

A Thais Souza Cugler, que me veio como um sonho e tornou minha vida um paraíso na realidade; que me traz a sobriedade e a tranquilidade necessárias para eu ser uma pessoa melhor, proporcionando-me a paz e o amor imprescindíveis para seguir minha jornada.

SUMÁRIO

RESUMO	v
INTRODUÇÃO	07
1. TRABALHO, BUROCRACIA E EDUCAÇÃO NO TAYLORISMO/ FORDISMO .15	
2. FORMAÇÃO INTELECTUAL DE TRAGTENBERG	39
3. ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DO TRABALHO EM TRAGTENBERG	57
4. BUROCRACIA E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM TRAGTENBERG	85
5. A BUROCRACIA COMO EDUCAÇÃO NO SISTEMA TAYLORISTA/ FORDISTA DE PRODUÇÃO: POR UMA CONCLUSÃO	127
REFERÊNCIAS	133

RESUMO

A burocracia educa os trabalhadores no sistema de capital, ao mesmo tempo em que cria resistências a essa mesma educação como consequência da organização política do trabalho no contexto do taylorismo/ fordismo. Assim, a tese defendida neste trabalho é que, levando em consideração a obra de Maurício Tragtenberg, a burocracia educa os trabalhadores, no taylorismo/ fordismo, por meio da disciplinação e do consenso. Para compreender o entendimento de trabalho, educação e burocracia, adotaram-se autores como Faria e Kuenzer na contextualização do sistema de produção taylorista/ fordista, além dos próprios Taylor, Henry Ford e Fayol. Enquanto se aplica a sustentação de Marx à crítica ao sistema capitalista de produção, aplicam-se Kuenzer e Gramsci na abordagem da relação entre trabalho e educação e Weber e Motta na crítica à burocracia. Posteriormente, aborda-se a trajetória intelectual de Tragtenberg, procedendo-se a uma análise da sua formação e de sua história profissional, para explicar a formação heterodoxa e as contradições inerentes à sua produção escrita. Descreve-se, ainda, a formação da organização política do trabalho, segundo a concepção de Tragtenberg, por meio da análise de seu entendimento de burocracia, do papel da ideologia nas organizações burocráticas e da relação entre classes sociais sob a influência da burocracia e da educação. Foram analisadas, ainda, as formas como o ensino e a educação se manifestam no contexto das organizações burocráticas de ensino (sobretudo a universidade). Chega-se, após o estudo, à conclusão de que, na obra de Maurício Tragtenberg, a burocracia educa por meio da qualificação/ desqualificação, das ocultações das ações e das intenções, do estabelecimento de racionalidades oportunas, da expropriação da autonomia dos indivíduos em favorecimento dos interesses coletivos. Em relação à ideologia, a burocracia educa por meio da instituição de imaginários coletivos e em relação à hierarquia, exercendo papel expressivo no controle social dentro da organização burocrática. A burocracia educa por meio da monopolização do conhecimento, realizada pelos intelectuais orgânicos do capital; por meio da remuneração e por meio do controle efetivo que exerce sobre o trabalhador. Essa educação ocorre também mediante a reconceituação da relação entre espaço e tempo. Enfim, a burocracia educa o trabalhador no taylorismo/ fordismo por meio da disciplinação e do consenso. Sendo a burocracia fator de dominação, de controle e de alienação, o trabalhador é educado por uma proposta pedagógica em que as racionalidades precisam ser mediadas por uma estrutura burocrática que mascare a separação provocada na organização da produção: os que pensam dos que executam.

Palavras-chave: Trabalho; Educação; Burocracia; Taylorismo/Fordismo; Maurício Tragtenberg.

INTRODUÇÃO

O PROBLEMA

A questão central deste trabalho é analisar na obra de Maurício Tragtenberg de que forma a burocracia educa os trabalhadores no taylorismo/ fordismo. O pressuposto fundamental deste trabalho é o de que a burocracia, no sistema de capital, além de resultar da forma organizada e formal do processo de racionalização, condiciona, disciplina, estabelece padrões de comportamentos nos trabalhadores. Com isso, a burocracia define pedagogias próprias que governam a educação dentro das organizações burocráticas.

Com base nesse pressuposto e da análise da obra de Tragtenberg, fio condutor da pesquisa, pode-se entender que a burocracia educa os trabalhadores no sistema de capital, ao mesmo tempo em que cria resistências a essa mesma educação como consequência da organização política do trabalho no contexto do taylorismo/ fordismo. Apesar da consolidação da burocracia na educação, ocorrem elementos dentro do sistema da capital que levam, necessariamente, a contradições dentro do estabelecimento desse processo pedagógico.

A relação entre trabalho e educação ganha discussão privilegiada, quando o objeto de análise centra-se na burocracia como elemento que educa os trabalhadores. O trabalho como princípio educativo é orientado por um projeto pedagógico que não é superior às próprias estruturas edificadas com base na organização específica desse mesmo trabalho. A burocracia, portanto, não constitui uma entidade à parte no sistema de capital. Por outro lado, o trabalhador, frente a essas novas “regras” da burocracia, cria resistências a elas, muitas das quais servem apenas como forma de mediação ou de elementos que fortalecem a própria burocracia.

Ao mesmo tempo em que os trabalhadores são submetidos às condições definidas na infra-estrutura, no plano da superestrutura formam-se culturas, ideologias, imaginários e políticas que consolidam os preceitos do modo de produção dominante. A burocracia, como fenômeno também da superestrutura, estabelece formas específicas de controle sobre a conduta dos trabalhadores.

Para firmar e garantir esse controle, faz-se necessário estabelecer um projeto pedagógico que estabeleça formas específicas de educação do trabalhador, cujo preceito

básico é o disciplinamento e consenso, tanto no ambiente de trabalho como nos locais não próximos a ele.

Dessa forma, levando-se em consideração o problema, o objeto de estudo e a análise da obra de Tragtenberg, formulam-se as perguntas fundamentais desta tese: na obra de Maurício Tragtenberg, como a burocracia educa os trabalhadores no taylorismo/ fordismo? Qual o contexto imediato do taylorismo/ fordismo na relação entre trabalho, educação e burocracia? Apreciando-se a fonte de dados, de que maneira a formação intelectual de Tragtenberg influencia nas concepções elementares relacionadas ao trabalho, à educação, à burocracia e às organizações burocráticas? Como se constitui a organização política do trabalho? Qual o entendimento de Tragtenberg quanto à burocracia e à organização da educação?

Esses questionamentos formam a base de direcionamento desta pesquisa, tendo-se em vista que apresentam uma lógica específica, responsável por amparar o desenvolvimento do texto.

O primeiro capítulo apresenta a base teórica de sustentação e de comparação com as idéias de Maurício Tragtenberg. São empregados os autores Faria e Kuenzer na contextualização do sistema de produção taylorista/ fordista, além dos próprios Taylor, Henry Ford e Fayol. Enquanto Marx comparece na crítica ao sistema capitalista de produção, Kuenzer e Gramsci comparecem na abordagem da relação trabalho e educação. Para caracterizar a burocracia, seguem-se Weber e Motta, este último por apresentar a relação entre o sistema de produção capitalista e a burocracia.

No segundo capítulo, é abordada a trajetória intelectual de Tragtenberg, embora não estivesse inicialmente prevista. Isto se fez necessário, porque a formação heterodoxa e as contradições inerentes à produção escrita de Tragtenberg só podem ser explicadas, quando analisadas sua formação intelectual e sua história profissional.

O terceiro capítulo relaciona-se à formação da organização política do trabalho, analisando-se as temáticas referentes à divisão e especialização do trabalho, assim como às organizações, às comissões de fábrica, aos sindicatos e ao Estado. Em referência à divisão e à especialização do trabalho, verifica-se a forma com que os elementos da infra-estrutura são responsáveis por definir grande parte dos elementos superestruturais. As análises das comissões de fábrica, dos sindicatos e do Estado voltam-se para demonstrar como diferentes formas de organizações, com graus distintos de burocracia instituída, servem de elementos de contradição e de mediação no taylorismo/ fordismo.

No quarto capítulo, inicialmente, analisa-se a concepção de Tragtenberg em relação ao entendimento de burocracia. Posteriormente, analisa-se o papel da ideologia nas organizações burocráticas e a relação das classes sociais com a burocracia e a educação. Nesse capítulo, ainda se analisa como são manifestados o ensino e a educação no contexto das organizações burocráticas da educação (sobretudo a universidade).

A originalidade deste trabalho se manifesta em dois aspectos: primeiro: ainda não há estudo realizado de como a burocracia educa os trabalhadores no contexto do taylorismo/ fordismo, levando-se em consideração as contribuições realizadas por Maurício Tragtenberg, um dos mais importantes estudiosos da burocracia; segundo: as análises e estudos já realizados com base na obra de Tragtenberg não apresentam como elemento central a análise da relação entre trabalho, educação e burocracia. Os estudos limitam-se sempre a analisar os itens isoladamente ou, quando muito, relacionar dois dos três itens.

OBJETO DE ESTUDO, PROCEDIMENTOS E LIMITAÇÕES DA PESQUISA

Segundo afirmação de Faria (2004, p. 34), “o método não é indiferente ao objeto e tampouco depende do ideal metodológico e sim da coisa que é investigada. Isto não significa que o objeto e que os fatos sejam a realidade última, na qual se encontraria o fundamento do conhecimento, pois, os fatos são, eles mesmos, mediados, tanto pela sociedade quanto pelo sujeito investigador”.

Trata-se, portanto, de um estudo de caráter interdisciplinar, sem, contudo, promover “tensionamento” entre os diversos campos de conhecimento para explicar determinados contextos ou realidades. O que ocorre, então, é a interação dos diversos campos do saber (ciências sociais, filosofia, administração, pedagogia, psicologia, ciências econômicas e outras) para a compreensão dos fenômenos ligados ao trabalho e à educação.

O campo epistêmico adotado é o materialismo histórico relacionado, por vezes, a teorias e conceitos de outros campos epistêmicos, sem, no entanto, cair na incoerência epistemológica, que incompatibilize a veracidade e a credibilidade do estudo.

Leva-se em consideração o contexto histórico, a época em que o taylorismo e o fordismo eram os sistemas de produção predominantes e mais evidentes. Além disso, as contradições apresentam-se naturalmente como meio de mudanças da realidade. As análises do texto são fundamentalmente marxistas.

Foram analisadas as obras bibliográficas de Tragtenberg (constantes das referências) e sua produção nas colunas dos jornais, direcionadas à classe trabalhadora. As análises foram realizadas com base em leituras de textos que atendessem às categorias da pesquisa. As citações de Tragtenberg disponíveis na tese são as mais representativas e significativas em relação à categoria analisada ou ao tema discutido. Dessa forma, as citações representam, na sua grande maioria, a idéia dominante de Tragtenberg em relação à temática refletida no contexto específico.

Em relação à metodologia de análise dos textos, é importante salientar que sujeito (pesquisador e leitor) e objeto (textos) estão em constante movimento. Assim, o princípio da não-identidade¹ entre eles é condição posta e não inviabiliza ao pesquisador (sujeito) chegar a afirmações válidas para um estudo de relevância científica. De fato, o movimento, tanto do sujeito como do objeto, não é inteiramente controlado, mas a apreensão do real pode ser obtida, quando há rigor e compreensão da existência desse movimento. “Sujeito e objeto não se constituem em uma unidade, mas interagem dinamicamente e contraditoriamente. A realidade, seja a histórica, seja a distante, independe do sujeito pesquisador específico, mas não é externa a ele, ainda que com ele não se venha a confundir. Se o sujeito e o objeto fossem uma unidade, uma única e mesma coisa, tanto o sujeito seria redutível ao objeto como este ao sujeito e, assim, toda

¹ Em termos práticos, toda forma de pensamento totalitário se firma na concepção de que é possível estabelecer total identidade entre sujeito e objeto. Formas autoritárias, tal como o movimento fascista, são ações sociais afirmativas amparadas no princípio da identidade do elemento conciliador da consciência, que compreende a realidade de forma plena. Mais do que isso, acreditam que esse princípio se firma para um conjunto privilegiado de indivíduos. A identidade, neste ponto, é o próprio fiador do pensamento totalitário, ou seja, do pensamento que se fecha em seus próprios pressupostos. Adorno, contrário a essa concepção, defende o princípio da não-identidade e, em momento algum, ele prega ou enaltece uma ditadura do relativismo. O princípio da não-identidade não é uma teoria ou um pressuposto para o ser cognoscível, mas sim resultado do movimento do sujeito e das mudanças do objeto. Diferente de determinados entendimentos pós-modernos, que pregam a relativização de todas as esferas da vida social, a dialética negativa não prega a não formação de conceitos ou de “modelos” para a compreensão da realidade. Concebe tão-somente que o princípio da não-identidade provoca uma reflexão constante em relação à formação de entendimentos, conceitos, “modelos” ou a qualquer forma de compreensão da realidade. (...) O princípio da não-identidade, por si mesmo, é o levante da contradição. Não se pode pensar o real sem que se possa cair em contradições originárias no próprio processo de pensá-lo. A não-identidade é decorrente da impossibilidade de sujeito e objeto constituírem-se unidade comum. A premissa da transformação do concreto (incluindo o próprio sujeito cognoscente) é a engrenagem da derrota do princípio da identidade. Nesse processo, a contradição torna-se elemento normal do processo de compreensão da realidade. (...) O princípio da não-identidade faz da onipotência intelectual um ponto de fricção entre os interesses dos pesquisadores e a realidade que o mesmo tenta conhecer. O sujeito tenta ser sempre “mais” do que o objeto que procura conhecer, embora ele nunca consiga apreender a realidade totalmente. Assim, o sujeito obriga-se a adequar-se à realidade. (...) Nesse sentido, o cognoscível é lema constante no sujeito que pensa. A dificuldade de apreensão da realidade não é problema do sujeito, mas de um todo que está em movimento constante de construção de várias realidades, que se apresentam de formas diversas e contraditórias, impossíveis de serem conhecidas em sua totalidade por meio da consciência. (FARIA; MENEGHETTI, 2007, p.4-6)

a realidade seria plenamente cognoscível em quaisquer circunstâncias.” (FARIA, 2004, p. 32)

Leva-se em consideração que o concreto é quem guia o estudo, pois

é concreto já que constitui a síntese de numerosas determinações, ou seja, a unidade da diversidade. Para o pensamento, constitui um processo de síntese e um resultado, não um ponto de partida. É para nós o ponto de partida da realidade e, portanto, da percepção e da representação. No primeiro caso, a concepção plena dissolve-se em noções abstratas. No segundo, as noções abstratas permitem reproduzir o concreto pela vida do pensamento. (...) o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto é para o pensamento a forma de se apropriar do concreto, ou seja, o modo de o reproduzir sob a forma de concreto pensado. (MARX, 1977b, p. 38-39)

Os fundamentos teóricos de um estudo crítico procuram entender as relações sociais, tanto para compreender os sujeitos dentro do seu contexto sócio-histórico como as organizações inseridas nesse contexto.

Destacam-se como interlocutores teóricos nas reflexões com os escritos e obras de Maurício Tragtenberg: Adorno, Braverman, Faria, Gramsci, Kuenzer, Lukács, Marx, Mészáros, Tolstói, Trotski, Weber, entre outros.

Contudo, a abrangência e profundidade das análises são variadas entre os autores, enfatizando-se as relações e reflexões baseadas nas principais influências na própria construção teórica de Tragtenberg.

Toda pesquisa, assim como esta, tem limitações. Algumas delas relacionam-se à própria pesquisa e outras são comuns a todas elas, outras mais estão relacionadas à abordagem epistemológica, ao método, ao objeto estudado, ao contexto social e histórico e assim por diante.

Faria (2004, p. 34-35) aponta quatro limites não excludentes para qualquer investigação científica. São elas:

1.º Sujeito pesquisador: refere-se à limitação do pesquisador (própria da condição humana) em relação à falta de sensibilidade, condições internas, estrutura de pensamento, estrutura cognitivo-afetiva, experiência e percepção concernentes ao objeto investigado.

2.º Realidade investigada: a realidade não se revela totalmente para o pesquisador, que não percebe totalmente as várias determinações do real.

3.º Base teórica e metodológica: refere-se aos limites teóricos disponíveis e às metodologias para a apreensão do real. A realidade não equivale ao pensamento apreendido, ou seja, toda teoria é uma redução da realidade investigada.

4.º Instrumental: “refere-se à interposição entre o sujeito pesquisado e o objeto investigado, de mecanismos de leitura da realidade, particularmente, aos instrumentos físicos que permitem ao pesquisador observar o que naturalmente não conseguiria” (FARIA, 2004, p. 35).

Entre as limitações específicas deste trabalho, destacam-se:

1.º As análises de textos de um autor específico podem possibilitar equívocos e interpretações duvidosas, sobretudo, pela abrangência referencial e pela erudição com que Maurício Tragtenberg trata das temáticas. Além disso, as análises podem estar amparadas pelas melhores categorias de mediações.

2.º A compreensão da obra de um autor deve ser levada em consideração quanto ao contexto histórico em que foi escrita e à posição social do escritor, de que o pesquisador nem sempre faz a leitura mais adequada.

3.º A possível tendência de “ideologizar” as idéias de Tragtenberg, mesmo que toda pesquisa seja, naturalmente, uma escolha política e ideológica.

Apesar das limitações, buscou-se adequar o estudo a uma proposta com método e pressupostos científicos.

1. TRABALHO, BUROCRACIA E EDUCAÇÃO NO TAYLORISMO/ FORDISMO

O processo de racionalização no trabalho no sistema de produção capitalista tem início no final do século XVII. As modificações na forma de produzir e de consumir foram intensas durante três séculos, atingindo no século XX o modelo de acumulação rígida, conhecido como taylorismo/ fordismo.

Na atualidade, com o toyotismo, vivencia-se o sistema de acumulação flexível. A necessidade do modelo de produção em se reestruturar para garantir o acúmulo do capital faz com que a organização da sociedade, na atualidade, diferencie-se, em muitos aspectos, do modelo de acumulação rígida.

Tragtenberg, que será analisado nos capítulos posteriores, vivencia o aparecimento do modelo de acumulação flexível. Ele faz algumas críticas a esse novo modelo, sem, contudo, aprofundar-se, caracterizando-se sua experiência em vivenciar o modelo taylorista/ fordista de produção. Tragtenberg é, também, contemporâneo aos movimentos operários do final da década de mil novecentos e setenta até meados dos anos mil novecentos e oitenta.

Durante o Regime Militar, Tragtenberg atuava como professor. Entretanto, sua produção intelectual concentra-se basicamente do final dos anos mil novecentos e setenta até a primeira metade dos anos mil novecentos e noventa.

Este capítulo tem como pretensão abordar de forma breve e direta as principais características do taylorismo/ fordismo e da burocracia. É pretensão, ainda, relacioná-las com a educação, com o propósito de identificar a relação entre trabalho, educação e burocracia no sistema taylorista/ fordista. O capítulo ampara-se nos estudos realizados por Kuenzer (1989), no livro “Pedagogia da Fábrica” e por Faria (2004b), no livro “Economia Política do Poder: uma crítica da Teoria Geral da Administração”.

Sendo um dos intelectuais da Revolução Industrial, Adam Smith (1978) desenvolve a teoria do valor-trabalho demonstrando que a riqueza gerada por uma nação depende do aumento da produtividade do trabalho. Assim, o avanço da especialização e a complexificação da divisão do trabalho de uma nação mostra o grau de desenvolvimento das suas forças produtivas. As contribuições de Smith (1978) foram fundamentais para que os capitalistas intensificassem a exploração do capital sobre o trabalho.

A origem da divisão do trabalho não resulta da “sabedoria humana, mas da tendência natural do homem de negociar e trocar uma coisa por outra”. (KUENZER, 1989, p. 26). As trocas, por meio da compra e da venda de produtos, não ocorrem por ato de solidariedade, mas por necessidade de satisfazer interesses individuais. O excedente produzido no trabalho, não consumido, é colocado em troca com os demais produtores/ consumidores.

A produção, para ganhar eficiência, é parcelada e dividida, fazendo com que os trabalhadores especializem-se e dediquem-se a tarefas específicas desenvolvendo habilidades pontuais. A divisão do trabalho é responsável, portanto, pela intensificação das diferenças das capacidades individuais dos trabalhadores. Habilidades e competências individuais que são exploradas para aumentar a produtividade dos trabalhadores no sistema taylorista/ fordista².

O exemplo dos fabricantes de alfinetes, utilizado por Smith, demonstra o aumento da produtividade por meio da divisão de uma tarefa em suas operações especializadas ao extremo. As descrições feitas por Smith são ilustrativas e ajudam a entender o aumento da produtividade como consequência da divisão do trabalho:

- Diminuição do tempo no processo de produção, sobretudo, com a racionalização da passagem de uma operação para outra.
- Intensificação da exploração da destreza do trabalhador, que ocorre por causa do foco dado a uma atividade específica da produção.
- Utilização crescente da maquinaria, que facilita o trabalho e reduz o tempo da produção. A maquinaria está associada à manutenção da produtividade em tempos prolongados de produção, fato que oscila com a fadiga do trabalhador em tempos prolongados de execução de tarefas específicas.

Na obra de Smith aparece, também, a separação entre teoria e prática, entre pensar e executar. Para Smith, as atividades dos filósofos consistem “em observar tudo o que os rodeia, e que, portanto, são muitas vezes capazes de combinar as potencialidades dos objetos mais simples”. (SMITH, 1978, p. 17)

A especialização em teorizar é distinta da prática. A divisão do trabalho teórico melhora o resultado final da produção.

² No Sistema Toyota de Produção, há uma nova relação com as habilidades e competências individuais dos trabalhadores. Elas são exploradas muito mais como meio do que como fim no processo de exploração. No Sistema Toyota de Produção, a exploração sobre as habilidades coletivas constituem o cerne do aumento da produtividade.

No progresso da sociedade, a filosofia ou a especulação filosófica torna-se, como qualquer outra tarefa, a principal ou única ocupação de um grupo de cidadãos. Como qualquer outro trabalho, também está subdividida num grande número de tarefas particulares, cada uma das quais é atribuída a um grupo ou classe particular de filósofos; e esta subdivisão do trabalho na filosofia, como acontece nas outras atividades, aumenta a destreza dos homens e permite economizar tempo. Cada indivíduo torna-se mais sabedor na sua tarefa particular, produzindo maior quantidade de trabalho, e as ciências e as artes são assim consideravelmente aperfeiçoadas e aumentadas. (SMITH, 1978, p. 17)

Smith faz um discurso de que a divisão do trabalho qualifica o trabalhador, o que não é verdadeiro. Essa idéia precisa ser defendida para que a intensificação da exploração ocorra dentro de um discurso racional, ilusoriamente comprovado na compreensão imediata do trabalhador. Este, ao ver que seus índices de produtividade aumentam cada vez mais na medida em que se especializa no trabalho voltando-se para atividade única ou tarefa específica, entende que a divisão do trabalho é a forma adequada de produção, possibilitando, inclusive, qualificação crescente quanto mais se especializa.

Outras contribuições importantes foram as dos economistas clássicos burgueses (KUENZER, 1989, p. 29). Relacionadas aos avanços concretos do desenvolvimento industrial dos séculos XIX e XX, surgem novas teorias que aprimoram o processo de racionalização do trabalho.

Surgem Taylor e Fayol. O primeiro estuda a racionalização do trabalho na produção, no chão-de-fábrica. O segundo afirma-se como o ideólogo do capital no plano da administração, formalizando a separação entre pensar e executar com a formalização dos quatro princípios básicos da administração moderna: planejamento, controle, organização e direção.

A divisão do trabalho nessa fase da administração é intensa e está estruturada em crescente processo de burocratização. A divisão do trabalho em atividades cada vez mais especializadas faz surgirem as organizações complexas, que, em última instância, são conseqüências últimas da divisão do trabalho especializado e da separação entre os que pensam e os que executam.

Observa-se, no entanto, que o aparecimento da hierarquia, da especialização, da autoridade, do controle, tendo com princípio o aumento da produtividade, não pode ser de forma geral rígida ou estática. Na organização da produção, novas formas de organizações, de saber fazer, de aprendizagens no trabalho surgem como processo de reestruturação da produção e do consumo.

Taylor (1970), além do estudo imediato da produção, descreve a separação entre as funções do gerente e do trabalhador. Os gerentes, na função de “pensar” o trabalho e a produção, são responsáveis pelo planejamento e controle das tarefas. É retirada do trabalhador a possibilidade de pensar, de criar de forma ampla e de controlar as atividades do próprio trabalho.

Separa-se a concepção da execução. Passa a ser explorado o trabalho coletivo e não só o individual, pois, apesar da peculiaridade das atividades especializadas, o seqüenciamento das tarefas depende das relações de produção estabelecidas pelo taylorismo/ fordismo.

No taylorismo/ fordismo estabelece-se uma nova ordem na produção: “a necessidade absoluta da gerência impor ao trabalhador a maneira rigorosa pela qual o trabalho deve ser executado”. (KUENZER, 1989, p. 30)

A gerência planeja e controla e o trabalhador organiza e executa em partes. Somada aos novos conhecimentos e à intensificação da ciência como nova força produtiva, surge a administração científica. A gerência passa a realizar estudos, coletar informações no âmbito do trabalho e a gerar conhecimentos específicos de interesse para aumentar a produtividade e garantir a reprodução ampliada do capital.

O conhecimento atua em favor do capital e desqualifica a atividade do trabalhador, que vai se tornando cada vez menos qualificada, influenciando, inclusive, na sua remuneração.

A concepção histórica de formação do fordismo é abordada por Faria (2004, p. 53), apresentando-se as características gerais do fordismo, cujo alcance ultrapassa a fábrica, “tornando-se a expressão política da acumulação capitalista” (FARIA, 2004, p. 36).

De forma geral, no controle interno da empresa, o fordismo tem como características definir a conduta dos trabalhadores por meio do monitoramento dos comportamentos e transmitir os valores que precisam ser compartilhados pela sociedade em geral.

Assim, Ford (1922, 1926) apresenta vários exemplos de controles internos e externos aos operários com suas respectivas justificativas. Entre elas, destacam-se:

Os trabalhadores devem se vestir adequadamente e é tarefa dos supervisores monitorar e vigiar quem está cumprindo a regra estabelecida.

- Todo operário precisa ter o comportamento padrão definido pela empresa. Para isso, a Escola Industrial Henry Ford foi criada para ensinar

às crianças a arte de serem produtivas e para promover oficinas da empresa com os melhores mecânicos.

- A concepção da empresa deve ser única e coesa (controle ideológico).
- A educação deve ser prática e útil, caso contrário não tem serventia. Para Ford, a educação precisa ser sempre uma educação utilitária, voltada para as soluções úteis e ganhos de produtividade.
- Quando o salário for aumentado, a vigilância também deve ser aumentada. O controle sobre a vida do operário é feito em partes pelo controle sobre a forma como ele gasta seu salário.
- Para aumentar a eficiência do trabalho cumpre sempre executá-lo cada vez mais rápido, possibilitando pagar melhores salários para os funcionários.
- O objetivo é tudo, mas é relativa a forma de como realizá-lo.
- Devem-se adotar sempre os melhores métodos para obter os melhores resultados dos operários.

As contribuições de Ford mudaram não só a produção, mas também toda a estrutura social. Começando por dentro da fábrica, Ford chega à sociedade em geral por meio de mudanças importantes na produção. Com isso, as mudanças ocorridas no âmbito social ganham dimensões estruturais, sobretudo, pelo intenso avanço da concentração de capital presente à época.

Outro importante intelectual do capital é Fayol, cujas contribuições (1975) estão relacionadas ao exercício de cada função. Surge o princípio de que há pessoas aptas para administrar e outras, para realizar atividades de execução. Fayol formaliza a separação entre planejar, organizar, executar e controlar, especializando, inclusive, as atividades do pensamento.

Como afirma Faria (2004, p. 54),

Racionalista, de orientação funcional-positivista, Fayol (1977) encara o processo de organização como a definição e a criação da estrutura geral da empresa com consonância com fins pragmáticos, ou seja, como a necessidade de dar forma a toda estrutura e de determinar o lugar e as funções de cada um dos elementos que a compõem. Esta integração das partes ao todo, Fayol denomina organismo social. A gestão burocrática deste organismo é, assim, fundamental no seu esquema teórico, na medida em que o surgimento de um grupo está ligado à necessidade de criar uma chefia.

Com isso, Fayol propõe quatorze princípios da administração, necessários para a saúde do trabalhador e para o adequado funcionamento do corpo social. São eles:

1. Divisão do trabalho: faz parte da natureza porque tem como finalidade produzir mais e melhor com menor esforço. O homem deve ficar restrito no seu papel na estrutura da organização.
2. Autoridade e responsabilidade: a autoridade é inerente às chefias, que têm o direito de mandar e de gerar obediência. Fayol tenta, mesmo não conseguindo, estabelecer uma relação de equilíbrio entre autoridade e responsabilidade, fato comprovado com sua observação de que o operário tem toda responsabilidade de executar um trabalho, mas quase nenhuma em relação a decidir como fazê-lo.
3. Disciplina: é a obediência e respeito das convenções e normas da organização. Segundo Fayol, a disciplina é indispensável para a empresa.
4. Unidade de comando: um agente deve receber ordens de apenas um chefe, evitando, assim, complicações na produção e execução das tarefas.
5. Unidade de direção: implica haver um só programa para um conjunto de operações visando a um mesmo objetivo.
6. O interesse geral deve prevalecer sobre o interesse particular: Fayol define que o interesse da organização é sempre mais importante que o interesse particular dos trabalhadores. Dessa forma, o trabalhador deve submeter-se à dominação da organização.
7. Remuneração do trabalhador adequada às mínimas necessidades: A remuneração deve ser suficiente para que o trabalhador satisfaça suas necessidades. O valor da remuneração deve satisfazer tanto o empregador quanto o empregado.
8. Centralização: é um fato de ordem natural, segundo Fayol. A centralização é a forma básica de controle da hierarquia supervisora, imprescindível para que a organização mantenha controle sobre a realização das metas e objetivos.
9. Hierarquia: é a constituição de uma série de chefias, baseada na distribuição de autoridade que vai da superior à inferior. A hierarquia tem como objetivo parcelar as atividades e manter uma ordem de cumprimento das mesmas.
10. Ordem: é a distribuição das pessoas e coisas nos seus devidos lugares. A ordem estabelecida ajuda na execução das tarefas, mas ao mesmo tempo oculta relações de dominação e poder dentro da estrutura.

11. Equidade: Segundo Fayol, é a combinação da benevolência com a justiça, sem excluir a energia e o vigor no trato do pessoal.
12. Estabilidade do trabalhador: a necessidade, pela perspectiva de Fayol, é das pessoas. Isto se deve ao imperativo de se adaptar as pessoas às rotinas, às ordens estabelecidas com a finalidade de criar o mínimo de confiança e segurança.
13. Iniciativa: é a possibilidade dos trabalhadores de conceber e executar as atividades propostas. A iniciativa é, na realidade, *sui generis*, ou seja, só tem validade se estiver adequada às concepções da organização e obedecer às ordens definidas pela chefia.
14. União do pessoal: é a fonte de vitalidade da empresa. A desunião implica grave falta, pois a deficiência de unidade e de ordenação afeta diretamente a hierarquia e a realização das tarefas. A união deve ser suficiente para a realização dos objetivos propostos pela empresa.

Fayol, em suma, ordena a realização das tarefas na produção com a burocracia instituída na organização. Evidente que seus princípios apresentam contradições que posteriormente serão apontados por outros estudiosos. O que se pretende, neste estudo, é apenas demonstrar quais são esses princípios e como eles estão relacionados à instituição de uma burocracia específica da época de Fayol.

Taylor e Ford foram os grandes intelectuais da fábrica, de modo mais específico da produção propriamente dita, Fayol é o grande ideólogo da organização burocrática nas organizações.

Assim, as teorias de Taylor e Fayol são complementares. Oriundos de escolas diferentes, o primeiro, Taylor, da escola americana e engenheiro, preocupa-se com a racionalização do trabalho no nível da operação e da produção e o segundo, Fayol, da escola francesa e administrador de alto escalão, com a racionalização do trabalho no âmbito da administração e da estrutura da empresa. Todavia, ambos são convergentes com a teoria que explica a burocracia como fenômeno da racionalização crescente no mundo.

As teorias de Taylor e Fayol são totalmente congruentes com os interesses do capital e, apesar das constantes críticas feitas a elas, ainda são predominantes, em grande parte, nas organizações produtivas atuais.

Tragtenberg foi um crítico de ambas as teorias, vivenciando essas realidades como um intelectual orgânico em defesa dos interesses dos trabalhadores. No plano

teórico, fez críticas amparadas nas concepções de Marx e Weber, fundamentalmente. Assim, faz-se necessário entender as principais contribuições de ambos os teóricos.

1. Contribuições de Marx para a Crítica do Sistema Capitalista de Produção

O discurso dos economistas burgueses versa em valorizar a qualificação dos trabalhadores com o desenvolvimento do capitalismo. Marx, ao contrário, apresenta a desqualificação do trabalhador como consequência de determinadas relações específicas do sistema de produção capitalista.

Para Marx, o trabalho no sistema capitalista é alienado. Conforme explicitado nos *Manuscritos*, essa alienação acontece de duas formas: subjetiva, em que ocorre o não reconhecimento de si mesmo nos produtos elaborados pelo trabalhador, na sua atividade produtiva e na relação com os demais homens; objetiva, em que os trabalhadores determinam sua pauperização material e espiritual na proporção em que aumentam a produção de riquezas.

No trabalho alienado, a força de trabalho equivale-se a mercadoria, sendo os trabalhadores separados dos produtos feitos por eles e dos meios de produção, apropriados tão-somente pelo capital.

Todavia, mesmo no trabalho alienado, os homens são responsáveis pela construção da sua história. Em relações contraditórias, eles aderem ao trabalho alienado, ao mesmo tempo em que promovem situações criativas para resistir a esse mesmo trabalho.

Assim, conforme assegura Marx na “Ideologia Alemã” e no “O Capital”, os homens constroem sua história com sua práxis, criando e recriando sua existência por meio da produção de si mesmo.

Observando o contexto histórico do final dos anos 1970 e durante os anos 1980, o Brasil encontra-se imerso em certo grau de desenvolvimento econômico, sobretudo, caracterizado por relativo grau de industrialização provocado pela política econômica do Regime Militar. Conforme Marx e Engels afirmam, “reconhece-se da maneira mais patente o grau de desenvolvimento alcançado pelas forças produtivas de uma nação pelo grau de desenvolvimento alcançado pela divisão do trabalho”. (MARX; ENGELS, 2001, p. 11-12). É nesse contexto que a obra de Maurício Tragtenberg se insere e ganha volume e expressão.

Quanto à produção, “a maneira pela qual os indivíduos manifestam a sua vida reflete muito exatamente o que são. O que eles são coincide, portanto, com a sua produção, tanto com o que produzem quanto com a maneira pela qual o produzem. O que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais de sua produção”. (MARX, 1979, p. 46)

Os trabalhadores, submetidos a determinada divisão do trabalho, inserem-se em “cada novo estágio da divisão do trabalho [que] determina, ao mesmo tempo, relações dos indivíduos entre si, no tocante às coisas, instrumentos e produtos do trabalho”. (MARX, 1979, p. 47)

Os trabalhadores, portanto, são imersos em novos padrões de relacionamentos, influenciados pela forma como a divisão do trabalho se apresenta, definindo relações sociais e políticas de uma forma geral. Nesse ínterim, as “produções das idéias, das representações e da consciência está, antes de mais nada, direta e intimamente ligada à atividade material e ao comércio material dos homens; é a linguagem da vida real”. (MARX, 1979, p. 50). Dessa forma, “não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência”. (MARX, 1979, p. 51)

Nas relações sociais entre os trabalhadores, sobretudo no plano político, há uma ilusão de que a política possa ser mais importante do que os pressupostos infra-estruturais. Com a divisão entre trabalho material e trabalho intelectual, surgem os burocratas do capital, os quais, valendo-se da especialização intensa, fazem as vezes dos ideólogos do capital. Tornam-se mediadores dos interesses do capital e atuam “na contradição entre o interesse do indivíduo singular, ou da família singular, e o interesse coletivo de todos os indivíduos que mantêm relações entre si”. (MARX, 1979, p. 57)

Observando-se as características essenciais do sistema capitalista, torna-se importante ressaltar alguns aspectos.

A produção realizada por um trabalhador é consumida por ele e sua família, “com caráter individual, e – prescindindo da parte destinada ao consumo produtivo – outra parte do trabalho, que é sempre trabalho excedente, cujo produto se destina sempre à satisfação das necessidades gerais da sociedade, qualquer que seja o modo pelo qual se distribua esse produto excedente, e seja quem for aquele que atue como representante dessas necessidades sociais”. (MARX, 1979, p. 75)

O regime de produção capitalista é um regime especial, que corresponde à condicionalidade histórica específica. Como qualquer outro regime de produção, está inserido dentro de uma história com características e níveis das forças produtivas

distintas. Os graus de desenvolvimento são resultados do movimento da história, “historicamente determinado – relações que os homens constroem em seu processo social de vida, na criação de sua vida social –, apresentam um caráter específico, histórico e transitório; e, finalmente, que as relações de distribuição são essencialmente idênticas a estas relações de produção, o seu reverso, pois ambas apresentam o mesmo caráter histórico transitório.” (MARX, 1979, p. 75)

O regime capitalista de produção pressupõe uma determinada forma social das condições de produção reproduzidas constantemente de forma contraditória. São reproduzidas as condições materiais e as relações de produção decorrentes dela, assim, capital e trabalho são produzidos e reproduzidos.

Duas características são evidentes no regime capitalista de produção: primeiro, o fato de seus produtos serem mercadorias, “e o próprio trabalhador aparece como vendedor de mercadorias e, portanto, como trabalhador livre assalariado e, por conseguinte, o trabalho aparece como trabalho assalariado com caráter geral”. (MARX, 1979, p. 77)

Segundo, o regime de capital investe na “produção da mais-valia como finalidade direta e móvel determinante da produção. O capital produz essencialmente capital, e, para poder fazê-lo, não tem outro caminho a não ser produzir mais-valia”. (MARX, 1979, p. 78)

Tem-se uma situação de dupla relação de dependência do trabalhador que necessita subsumir-se ao capital para que possa sobreviver e atender a suas necessidades e às do capital, que precisa explorar o trabalho para produzir mais valia. Entretanto, a relação de dependência é desigual, pois é o capitalista que detém os meios de produção (essenciais para a produção dos meios elementares de sobrevivência), o poder do Estado (e o poder de violência), e o domínio, por conseguinte, da produção da ideologia.

Nesse aspecto, o capital detém o domínio do plano da infra-estrutura. Como consequência disso, mesmo que a relação não seja de mera relação causa e efeito,

Na produção da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; estas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina a realidade; ao contrário, é a realidade social que determina sua consciência. (MARX, 1979, p. 83)

Quando as forças produtivas entram em contradição com as relações de produção existentes, em graus não mais conciliatórios, tem-se uma época de “revoluções”. As transformações da base econômica ocorridas transformam, mais ou menos rapidamente, a base da superestrutura.

Observa-se, no entanto, que essa dinâmica não é mecanicista. Os elementos da superestrutura, conforme afirma Mészáros (2004), são responsáveis por formar uma ideologia não independente da base econômica, mas com certa autonomia e dinâmica própria. Tem-se, assim, uma situação em que o poder da ideologia medeia a relação entre capital e trabalho com intensidade e significativa influência. As forças produtivas, nesse contexto, criam as condições materiais para resolver os antagonismos, o que impede uma “revolução” de fato e condiciona as transformações.

O primeiro pressuposto da existência humana e, portanto, da história, é o de que todos os homens precisam ter condições de viver para produzir sua história. Para tanto, os homens precisam produzir os meios para garantir a realização das suas necessidades, a produção da própria vida material.

O segundo pressuposto é a criação de novas necessidades, satisfeitas todas as anteriores. É o movimento da história, provocada na relação entre produção e consumo, esta última nem sempre essencial para a existência humana. No ato de produção e consumo, os homens criam novas necessidades, tanto de ordem material como imaterial.

O terceiro pressuposto é o de que os homens passam a produzir outros homens, renovando a própria vida. Reproduzem-se nas relações sociais oriundas das relações de produção.

A história, de todas as épocas, é a história das relações sociais. A base de reprodução da história é a relação direta do homem com sua base material. No trabalho, em que os homens se produzem como ser, surgem as relações sociais baseadas no intercâmbio material com o mundo concreto, emergindo daí a consciência dos homens. Assim, a “consciência é, antes de mais nada, apenas a consciência do meio sensível mais próximo e de uma interdependência limitada com outras pessoas e outras coisas situadas fora do indivíduo que toma consciência”. (MARX; ENGELS, 2001, p. 25)

Por isso, situa-se, na divisão do trabalho, a origem da compreensão dos fenômenos políticos e ideológicos posteriores à produção propriamente dita. É na separação entre trabalho manual e trabalho intelectual que a consciência “pode de fato imaginar que é algo mais do que a consciência da prática existente, que ela representa

realmente algo, sem representar algo real. A partir desse momento, a consciência está em condições de se emancipar do mundo e de passar à formação da teoria ‘pura’, teologia, filosofia, moral, etc.”. (MARX; ENGELS, 2001, p. 26)

Divisão do trabalho e propriedade privada, no sistema de produção capitalista, são expressões idênticas. Surgem contradições entre os interesses individuais (indivíduo ou família) e “o interesse coletivo de todos os indivíduos que mantêm relações entre si; e, ainda mais, esse interesse comunitário não existe somente, digamos, na representação, como universal, mas primeiramente na realidade concreta, como dependência recíproca dos indivíduos entre os quais o trabalho é dividido”. (MARX; ENGELS, 2001, p. 27)

Ocorre que o poder social, consequência da força produtiva criada pela cooperação entre os diversos indivíduos no processo de trabalho, aparece para os indivíduos não como força conjugada, ao contrário, aparece como força estranha, exterior ao indivíduo. Não se percebe de onde ela vem e nem para onde vai, mas “que, portanto, não podem mais dominar e que, inversamente, percorre agora uma série particular de fases e de estágios de desenvolvimento, tão independente da vontade e da marcha da humanidade, que na verdade é ela que dirige essa vontade e essa marcha da humanidade”. (MARX; ENGELS, 2001, p. 30).

Por fim, levando-se em consideração as contribuições de Marx, deve-se ressaltar que “os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes; em outras palavras, a classe dominante de uma determinada sociedade é também o poder espiritual dominante”. (MARX; ENGELS, 2001, p. 48)

O poder sobre os meios da produção material garante o poder sobre a produção intelectual, de tal forma que os pensamentos dominantes de uma época nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes. Esse domínio sobre a literatura, a arte, a comunicação e demais é exercido pela classe dominante, não por completo, mas de forma expressiva. Surgem, assim, os “pensadores da classe dominante”, responsáveis por criarem as idéias, imaginários, ilusões e pensamentos conjugados com os interesses da classe materialmente dominante.

Ponto importante é que

uma vez que as idéias dominantes estejam desvinculadas dos indivíduos dominantes, e sobretudo das relações que decorrem de um dado estágio do modo de produção, obtém-se como resultado que sempre são as idéias que dominam na história e é então muito fácil de abstrair, dessas diferentes idéias, ‘a idéia’, ou seja, a idéia por

excelência etc., para dela fazer o elemento que domina na história, e conceber assim todas as idéias e conceitos isolados como sendo “autodeterminações” do conceito que se desenvolve ao longo da história. (MARX; ENGELS, 2001, p. 56)

As idéias de Marx são consistentes para uma crítica ao modelo taylorista/fordista de produção. Suas observações, mesmo não sendo contemporâneas ao auge desse sistema, são pertinentes em relação ao sistema de produção e a base econômica que se institui na sociedade.

No plano da superestrutura, as contribuições de Weber descrevem bem de que forma uma estrutura social se consolida e tende a ser totalitária. Desse modo, é significativo compreender suas idéias em relação à burocracia.

2. Contribuições de Weber para a Crítica da Burocracia

Max Weber é o maior estudioso da burocracia. Segundo ele (1982, p. 229), a burocracia moderna funciona sob determinada forma específica. Entre as diversas características, as que se destacam são:

- A burocracia está sob regência de áreas de jurisdição fixas e oficiais, ordenadas por leis e normas administrativas.
- A burocracia estabelece uma relação de autoridade, delimitada por normas relativas aos meios de coerção e consenso.
- A burocracia estabelece uma relação hierárquica, definindo postos e níveis de autoridades, além de um sistema de mando e subordinação com regência das atividades e tarefas delegadas por autoridade.
- A administração é formalizada por meio de documentos, que acabam por regular a conduta e as atividades das pessoas.
- Na administração burocrática especializada, pressupõe-se treinamento especializado.
- As atividades e tarefas de um trabalho, que podem ser apreendidas por qualquer trabalhador, são descritas e delimitadas pela criação de cargos, mais ou menos estáveis.
- A ocupação de um cargo é uma “profissão” de ordem impessoal e transitória. O treinamento especializado é responsável por generalizar o cargo e transformá-lo em profissão.

- A posição pessoal de um funcionário é desfrutada e estimada dentro de um contexto social específico, sempre em comparação aos demais funcionários e em relação à estrutura social.
- Um funcionário recebe um salário (compensação pecuniária) regular, criando-se certa “segurança” social em troca das atividades exercidas por ele. Esse salário é definido pela tarefa realizada, por suas particularidades e pela posição hierárquica do funcionário.
- A burocracia cria uma “carreira” dentro da ordem hierárquica estabelecida.

Essas características são próprias de uma burocracia estabelecida dentro do sistema capitalista de produção. Max Weber analisou a burocracia do sistema de produção asiático e de outras sociedades especificamente de seu tempo histórico. Quando analisada isoladamente, ou seja, como fenômeno atemporal, a burocracia perde sentido, pois é por meio da racionalidade oriunda de um modo de produção específico que uma estrutura se ergue e se instaura.

A vantagem técnica da organização burocrática no capitalismo é “a superioridade puramente técnica sobre qualquer outra forma de organização. O mecanismo burocrático plenamente desenvolvido compara-se às outras organizações exatamente da mesma forma pela qual a máquina se compara aos modos não-mecânicos de produção”. (WEBER, 1982, p. 249)

Para Weber, o cumprimento dos “objetivos” efetiva-se por tarefas definidas, que devem ser “calculadas” e precisam ser realizadas independentemente das características das pessoas, ou seja, o cumprimento das mesmas deve se revestir de impessoalidade. Essa natureza peculiar da burocracia é “bem recebida pelo capitalismo, [e] desenvolve-se mais perfeitamente na medida em que a burocracia é ‘desumanizada’, na medida em que consegue eliminar dos negócios oficiais o amor, o ódio, e todos os elementos pessoais e irracionais e emocionais que fogem ao cálculo. É essa a natureza específica da burocracia, louvada como sua virtude especial”. (WEBER, 1982, p. 251)

A estrutura burocrática concentra os meios materiais de administração nas mãos das elites detentoras do capital, por meio do desenvolvimento das grandes empresas capitalistas, que “encontram nesse processo suas características essenciais. Um processo correspondente ocorre nas organizações públicas”. (WEBER, 1982, p. 257)

Quando a burocracia se estabelece plenamente, ela se situa entre as estruturas sociais mais difíceis de serem destruídas, configurando-se um meio de transformar

“ação comum” em “ação societária”, racionalmente ordenada. Dessa forma, constitui um instrumento de poder, de dominação, pois, ninguém pode ser superior à estrutura burocrática de uma sociedade.

Outra característica descrita por Weber (1982, p. 269) em relação à burocracia é que ela potencializa os segredos, conhecimentos e intenções. Na administração burocrática, tende a ser uma estrutura organizada de pequenas “sessões secretas”, na medida em que oculta conhecimentos e ações. Dessa forma, o poder do “perito”, ou funcionário especializado, é aquilatado e, por esse motivo, a qualificação como forma de especialização crescente resulta muito valorizada. A burocracia, portanto, “tem um caráter ‘racional’: regras, meios, fins e objetivos dominam sua posição”. (WEBER, 1982, p. 282)

Quanto às contribuições de Weber referentes à burocracia, importa notar que ele, apesar de fazer uma análise histórica da burocracia, não adota o materialismo histórico, limitando-se a um olhar no plano da superestrutura.

Para adequar suas contribuições aos propósitos deste trabalho, utilizam-se as análises feitas por Motta (1981, 1990), estudioso das obras de Weber e de Marx. Motta faz a relação de como o sistema de produção capitalista (com os elementos da infraestrutura) pode formar a burocracia. A ligação advém de um processo de racionalização, provocada por condições específicas da produção.

Motta (1981, p. 7) afirma que a “burocracia é uma estrutura social na qual a direção das atividades coletivas fica a cargo de um aparelho impessoal hierarquicamente organizado, que deve agir segundo critérios impessoais e métodos racionais”.

A burocracia nasce das relações de produção, consolida-se no Estado como forma organizada de controle social e amplia-se com as organizações de modo geral. Assim, a sociedade moderna tornou-se uma “sociedade de organizações burocráticas submetidas a uma grande organização burocrática que é o Estado” (MOTTA, 1981, p. 8).

Adotando-se as orientações de Weber e Marx, segundo Motta (1981, p. 8-9), a burocracia apresenta algumas características.

São elas:

- A burocracia transforma a maioria das pessoas em trabalhadores assalariados.

- As pessoas organizam-se e participam de grandes organizações impessoais.
- O trabalho nas organizações burocráticas perde significação intrínseca.
- Mantém-se um estado de segurança e conformismo em troca do trabalho alienado.
- As necessidades das pessoas são manipuladas por meio das relações entre produção e consumo.
- As pessoas aprendem a viver em organizações e não mais em comunidade.
- É fortalecida a aparência de que a democracia é efetivamente o regime político dominante. Isto ocorre por meio dos partidos políticos e sindicatos, organizações burocráticas que criam a falsa sensação de participação democrática nas decisões políticas da sociedade.
- A participação das pessoas na vida política perde sentido, sobretudo, porque as pessoas não participam de fato das decisões relevantes.
- O comportamento passa a ser disciplinado e caracterizado como “irresponsabilidade social”, caso não seja seguido o comportamento padrão.
- A filosofia de vida passa a ser o consumo privado e a organização na vida produtiva.

As análises de Motta (1981) demonstram caráter marxista em relação à burocracia. Para chegar à afirmação sobre as características descritas anteriormente, ele entende a burocracia de três formas: a burocracia como poder, como controle e como alienação.

A burocracia como poder só pode ser compreendida “na medida em que analisamos a sua história” (MOTTA, 1981, p. 12). O processo de burocratização no contexto do sistema de produção capitalista é um fenômeno universal e, como tal, é parte de um sistema antagônico próprio do sistema de capital. A burocracia é um instrumento da classe dominante que impõe sua ascendência sobre as demais classes. Essa dominação é feita pelas organizações (empresas, escola, partidos, sindicatos e outros) e pelo Estado, por meio do estabelecimento de um modo de vida específico, de acordo com os interesses do capital.

O “modo burocrático de pensar leva o homem ao vazio e à luta por pequenas posições na hierarquia social de prestígio e consumo”. (MOTTA, 1981, p. 13) Levando-

se em consideração a história, outro fato importante é que a da burocracia é a história do afastamento entre trabalho manual e trabalho intelectual, cuja separação entre os que pensam e os que executam estabelece uma relação hierárquica bem definida, adequada aos interesses do capital.

Para tanto, as operações no trabalho são isoladas em parcelas. Posteriormente, são aprimoradas, classificadas e agrupadas obedecendo à lógica da separação entre concepção e execução. A partir disso, cria-se uma nova lógica para o processo de qualificação dos trabalhadores, passando o trabalhador coletivo a desempenhar atividades sistematizadas, racionalizadas e previsíveis, cujo controle não detém mais. Uma nova “cooperação” é estabelecida de acordo com os interesses do capital.

Tudo isso ocorre por causa da eficiência, responsável por aumentar a produção da mais-valia e, conseqüentemente, de proporcionar maior lucro. Concentra-se, ainda, o poder de decisão já que o novo agrupamento retira da maioria o poder de decisão por meio da expropriação do planejamento, da criatividade e do conhecimento amplo e integral. “Tudo isso se faz sob o comando das funções diretivas, que coordenam o processo. (...) É por essa razão que as técnicas de organização, que começam a ser necessárias com a divisão do trabalho, são técnicas capitalistas, que visam ao aumento da mais-valia. Racionalizar o trabalho significa aumentar a mais-valia relativa, isto é, a mais-valia que se obtém com a intensificação do trabalho”. (MOTTA, 1981, p. 20-21).

A unidade de poder da burocracia é a organização, representada principalmente pela empresa capitalista. A integração dessa unidade é feita pelo Estado, que desempenha papel fundamental para manter a concentração de poder. Assim, a empresa burocrática pressupõe o Estado burocrático responsável por manter a ordem e o controle social.

O Estado aparece dessa forma como uma organização burocrática fundamental, consolidando uma elite política normalmente associada à classe dominante e criando, além disso, um corpo de funcionários hierarquicamente organizados para se ocuparem da administração. Procura-se manter, com essa organização, a ordem interna, além de proteger o Estado constituído das ameaças externas. Essa organização estatal burocrática utiliza-se do seu poder disciplinador, de políticas que promovam consenso social e, também, o monopólio da violência, visando manter a própria burocracia.

O poder do Estado e da burocracia em geral está associado principalmente a uma forma específica de dominação: a racional-legal. Estabelece-se uma acreditação em relação às leis e à ordem legal, cujos principais instrumentos de controle, dentro de uma

estrutura social específica, se constituem nas próprias regras, que necessitam de caráter impessoal para serem aceitas pela coletividade.

Outra característica da burocracia é que ela é controle. De acordo com Motta (1981, p. 33), “as organizações burocráticas estão veiculadas à estrutura social. Elas reproduzem uma estrutura social característica de uma formação social. Esta reprodução significa uma recriação ampliada das condições de produção em uma dada sociedade, em um dado sistema econômico”. Como consequência disso, reproduzem-se, também, as classes sociais dessa mesma estrutura.

Na organização do trabalho, a especialização das tarefas faz com que o trabalhador domine de forma insignificante o processo produtivo, permitindo ao capitalista controlar o produto final. Assim, o expediente de controle do produto passa a ser do capitalista e o trabalhador vende sua força de trabalho em troca dele. A hierarquia burocrática nasce, por conseguinte, na fábrica, contexto em que “hierarquia e divisão parcelar do trabalho se conjugam como molas propulsoras de uma forma de produção e reprodução do capital”. (MOTTA, 1981, p. 37).

A hierarquia exerce significativo papel na instituição da burocracia como controle, estabelecendo uma relação de vigilância e de disciplinamento essencial para garantir a submissão do trabalhador, além de outro elemento importante: o salário. “Como os salários não estão relacionados com o valor que produzem, mas sim com a reprodução de sua subsistência, estão garantidas as condições para a reprodução do capital” (MOTTA, 1981, p. 38).

É importante ressaltar, todavia, que o papel das organizações burocráticas não está associado apenas à produção de bens, capital, serviços e demais e, tampouco, à reprodução da mão-de-obra como força de trabalho ou garantia da sobrevivência do trabalhador por meio do salário. O papel das organizações burocráticas constitui-se em garantir o controle social por meio do estabelecimento das relações de poder, que sempre ocorrem entre desiguais.

As organizações burocráticas servem de unidades de dominação, sendo, igualmente, responsáveis pela inculcação ideológica, pela adoção da submissão, pelos comportamentos controlados e socialmente aceitos, todos entendidos como naturais. Assim, a organização burocrática configura-se numa estrutura de controle e poder.

Importa perceber “que, enquanto estruturas de dominação, as organizações burocráticas contêm em si um conflito latente, e para abafá-lo todas as instâncias são

manipuladas. Isto quer dizer que há mecanismos econômicos, políticos, ideológicos e psicológicos utilizados para a neutralização do conflito”. (MOTTA, 1981, p. 48)

As organizações burocráticas, destarte, procuram garantir o controle social, o monitoramento dos comportamentos, as padronizações e o consenso.

A terceira característica apresentada por Motta incide na burocracia como alienação. A dominação se apresenta como um “‘estado de coisas’ no qual as ações dos dominados aparecem como se estes houvessem adotado como seu o conteúdo da vontade manifesta do dominante”. (MOTTA, 1981, p. 59)

Marx apresenta a mais conhecida teorização sobre a alienação, que não parte da burocracia, mas do próprio trabalho. Segundo ele, o operário torna-se mais pobre na medida em que produz mais riqueza; torna-se mercadoria tão mais insignificante quanto mais quantidade produz. Dessa forma, na medida em que cria valor no mundo das coisas, o mundo dos homens aumenta em razão direta sua depreciação.

O trabalhador depara-se com o produto como um objeto estranho, com o qual não se identifica, uma vez que a apropriação do objeto é feita pelo capitalista. A alienação do produto implica, ainda, alienação em relação à natureza, por meio da qual ele garante os meios de sua subsistência física.

A burocracia configura alienação, porque, além de estruturar, garante a separação entre produtor e produto. Intensifica, ainda, a separação entre os que pensam e os que executam, fator condicionante na relação de posse do produtor e do produto feito por ele.

“A burocracia implica [também] que os indivíduos não se possam inserir na sociedade de acordo com suas necessidades e seu bem estar pessoal. Daí a relação decisiva entre burocracia e alienação. Nessa ordem de idéias, a alienação é tão necessária quanto o for a burocracia, e não são poucos aqueles que nos afirmam que esta última é um aspecto imutável da tecnologia industrial”. (MOTTA, 1981, p. 76).

A burocracia garante a separação entre produtor e produto, da mesma forma como garante a separação entre homem e natureza por meio do afastamento físico, psíquico e social.

Deve-se agora discutir a relação entre trabalho, burocracia e educação, sobretudo, pela necessidade de identificar o processo de educação dentro do sistema de capital, mais especificamente, do sistema de produção taylorista/ fordista.

3. Relação Trabalho, Burocracia e Educação no Quadro da Hegemonia

Como sistema de produção e burocracia,

Ao mesmo tempo em que revolucionou os métodos de organização do trabalho, a heterogestão, trazida pelo novo modo de produção que se iniciava, o capitalista, revolucionou as formas de educação para o trabalho; à medida que a maquinaria substituiu o artesão, o aprendizado longo de um trabalho completo foi sendo substituído por um aprendizado cada vez mais fragmentado de uma tarefa parcial. (KUENZER, 1989, p. 25)

O capital utiliza-se da heterogestão “como forma de dominação sobre o trabalho, a qual, na medida em que incorpora o saber sobre o trabalho ao capital expropria dele o operário, promove a educação do trabalhador” (KUENZER, 1989, p. 48). A pedagogia criada no ambiente de trabalho é elaborada por meio da coerção e do consenso.

Na constante *interface* da infra-estrutura com a superestrutura, formam-se relações hegemônicas, que ultrapassam o campo exclusivamente superestrutural, porque as práticas ideológicas ocorrem também no nível da produção, ou seja, na fábrica. A hegemonia incorpora, portanto, os níveis econômicos, políticos, culturais, ampliando, assim, o poder do capital sobre o trabalho, em todas as instâncias da vida social. O Estado desempenha papel central nesse processo, pois, como aparelho da classe dominante representa a expressão máxima do poder e do controle organizado.

O Estado, entendido como sociedade política mais sociedade civil, organiza a sociedade como um todo usando seus aparelhos e instituições de forma coercitiva e por consensual. As classes dominantes apoderam-se dos aparelhos e instituições, fazendo valer seus interesses específicos. Nesse contexto, a educação estrutura-se de forma direta (as instituições públicas de ensino, as agências de fomento, as organizações educacionais), ou indireta, por meio da legislação e do regime de concessões, para promover a função adaptativa e educativa. Todavia, as contradições surgem como consequência natural da própria estruturação do sistema, pois as classes dominantes, mesmo tentando consolidar sua hegemonia, enfrentam uma contra-hegemonia orientada pelas demais classes sociais.

O papel dos intelectuais nesse processo é imprescindível, pois são responsáveis por promover a vinculação orgânica entre a infra-estrutura e a superestrutura. Por meio da mediação, os intelectuais das diversas classes representam os interesses específicos delas, sendo criados por suas classes para garantir a ampliação e manutenção do poder, seja de forma direta ou indireta. O que ocorre no plano econômico (plano produtivo) é defendido como fundamento no plano da política e da

ideologia, entretanto, os intelectuais, mesmo sendo formados por suas classes sociais específicas, nem sempre mantêm coerência com a própria classe social, não havendo, pois, um determinismo ou imobilismo.

Conforme assevera Gramsci, os aparelhos de hegemonia não são exclusivos do campo da reprodução da política e da ideologia, estando intimamente ligados ao processo produtivo de sua época. Assim, há uma permanente relação dialética entre política e produção econômica, entre Estado e os aparelhos e instituições em geral.

Analisando o americanismo e o fordismo, Gramsci (1978, p. 375-414) avalia a relação entre o sistema produtivo norte-americano e a organização da sociedade, deslocando a análise da superestrutura para a infra-estrutura e elucidando como a hegemonia se consolida na sociedade em geral. Ele, portanto, elucida a relação entre economia e ideologia dentro da dinâmica dialética que forma a sociedade.

Ao ponderar a forma como se dá a extração da mais-valia, ou seja, da forma como se constituem as relações de produção, Gramsci mostra como são concebidos e expressos os novos modos de vida, de comportamentos, de valores ideológicos, por meio da relação permanente entre coerção e consenso sempre focada nos interesses do capital.

Avaliando historicamente o fordismo, essa “nova” forma de produção é resultado da racionalização do trabalho e da desmobilização das organizações operárias, seja de forma coercitiva, seja por meio da sedução. A persuasão se dá, nesse caso, mediante “altos salários, benefícios sociais, propaganda ideológica e política habilíssima, para finalmente basear toda a vida do país na produção. A hegemonia vem da fábrica, e para ser exercida só necessita de uma quantidade mínima de intermediários profissionais da política e da ideologia”. (GRAMSCI, 1978, p. 382)

Assim, no capitalismo americano, a infra-estrutura domina mais diretamente a superestrutura. A hegemonia repousa nos intelectuais da fábrica: engenheiros, administradores e outros. No sistema americano de produção, não se encontram muitos intermediários, assim, a relação entre a produção e a ideologia é próxima e mais efetiva na promoção do controle.

Cria-se uma ideologia a serviço de um novo estilo de vida, um modo próprio de pensar, de sentir a realidade e de vivenciar as experiências, adequados aos novos métodos de trabalho caracterizados pela automação, pela produção em massa, ausente de energias intelectuais e de ações criativas por parte do trabalhador.

O americanismo, segundo Gramsci, provoca mudanças estruturais no modo de produzir, capaz de “criar com rapidez incrível e com uma consciência do fim jamais vista na história, um tipo de trabalhador e de homem”. (GRAMSCI, 1978, p. 396)

Em referência a Taylor, Gramsci afirma que ele foi o grande intelectual da sociedade americana em relação ao trabalho. Sua idéia era “desenvolver ao máximo, no trabalhador, as atitudes maquinais e automáticas, romper o velho nexop-psicofísico do trabalho profissional qualificado, que exigia uma determinada participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalhador, e reduzir as operações produtivas apenas ao aspecto físico maquinal.” (GRAMSCI, 1978, p. 397)

O imperativo era desenvolver comportamentos e atitudes compatíveis com as características do sistema produtivo taylorista/ fordista. A hegemonia inicia-se na fábrica e assume “feições de uma reforma intelectual e moral, que se dá ao mesmo tempo pela força e pelo consenso”. (KUENZER, 1989, p. 52) Dessa forma, o controle da vida do trabalhador precisa iniciar-se na fábrica, isto porque suas condições físicas e psíquicas precisam estar adequadas às exigências da racionalização do trabalho.

Os intelectuais do capitalismo, nesse processo, são fundamentais para a consolidação do americanismo. Os empresários e técnicos são os agentes da hegemonia e os técnicos e supervisores são os fatores que educam o trabalhador em relação ao trabalho heterogerido, transmitindo os valores, normas e comportamentos que estabelecem uma “relação pedagógica, que começa na fábrica e atinge todos os setores da vida social”. (KUENZER, 1989, p. 53)

Estabelece-se uma hegemonia dentro e fora da fábrica, começando nesta e atingindo o nível da sociedade, acompanhada de um conjunto de novas ideologias que acabam por regular o modo de vida do trabalhador por meio da disciplinação. O mecanicismo da fábrica, defendido por Taylor, forma também uma concepção mecanicista do homem na sociedade. Entendidos como seres ignorantes e incapazes, segundo o taylorismo, cabe aos trabalhadores a tarefa de execução, sem questionamentos. A cisão entre execução e planejamento assegura no taylorismo/ fordismo o máximo de produtividade.

A ideologia no taylorismo/ fordismo cria uma relação de conformismo em que os indivíduos se adaptam às exigências coercitivas das unidades produtivas, da sociedade e do Estado. (GRAMSCI, 1978a, p. 3-102). A vontade coletiva, orientada pela reforma econômica, intelectual e moral do sistema de produção taylorista/ fordista, segue em conformidade com os interesses do capital. Todavia, não há hegemonia sem

contra-hegemonia, que permite a mobilização dos trabalhadores na luta contra a exploração do capital sobre o trabalho.

Gramsci afirma que, quanto mais uma classe estabelece sua hegemonia, mais ela fortalece as classes adversárias, porque possibilita a elas se organizarem. Assim, no taylorismo/ fordismo, manifesta-se uma contra-hegemonia, oposta à forma de dominação estabelecida, surgindo maneiras de resistências contra o disciplinamento, o controle, a moral, para tentar estabelecer os padrões comportamentais tidos como ideais.

Por isso, não há hegemonia sem crise da hegemonia, o que propicia que nenhum sistema de produção seja imutável. Todo sistema está em constante transformação, em maior ou menor ritmo de mudanças, conseqüentemente, no plano superestrutural, as mudanças também ocorrem, embora não de forma independente. Nesse sentido, a educação também está em constante mudança, fato que se inicia na pedagogia processada no interior da fábrica para, posteriormente, estabelecer-se nas organizações educacionais formais.

A pedagogia do trabalho desempenha

papel fundamental, na medida em que novas formas de organização do trabalho implicam nova concepção do trabalho, que, a partir das condições concretas do desenvolvimento, tem que ser elaborada e veiculada; ou seja, o fenômeno educativo faz a mediação entre a mudança estrutural e sua manifestação no campo político ideológico. Vista desta forma, a pedagogia do trabalho inscreve-se no quadro da hegemonia a partir do momento em que, tendo em vista os intelectuais hegemônicos de determinada classe social, contribui para o estabelecimento de novos modos de pensar, sentir e conhecer. (KUENZER, 1989, p. 55)

Dessa forma, o taylorismo/ fordismo se constitui na pedagogia do trabalho capitalista. As contradições da qualificação/ desqualificação demonstram-se inerentes ao próprio sistema de produção. Ao mesmo tempo em que uma pedagogia do trabalho se estabelece fundamentada nos interesses do capital, uma pedagogia de resistência é criada com base na classe trabalhadora. Assim, as pedagogias que orientam o disciplinamento e o consenso do trabalhador geram uma contra-pedagogia dominante de enfrentamento a esse mesmo disciplinamento e consenso.

Ressalta-se que, para o estabelecimento de uma nova fase da pedagogia do trabalho, duas condições são fundamentais: primeira, a superação do modo de produção dominante; segunda, a tomada do poder político pela classe trabalhadora como decorrência da primeira. Nesse sentido, os papéis dos intelectuais orgânicos não são determinantes para a mudança, mas são fundamentais para o esclarecimento de uma teoria revolucionária para as massas.

Um intelectual não pode ser diferente do que ele vivencia, quando essa diferença ocorre, provoca um problema de ordem ética. Maurício Tragtenberg é um intelectual orgânico em defesa da classe trabalhadora. Nas críticas feitas às organizações burocráticas, ao capitalismo e a educação, pratica a coerência consigo mesmo estabelecendo a igualdade entre a pessoa que era com a que escreve. No próximo capítulo, será abordada a formação intelectual de Tragtenberg e como ela influenciou diretamente suas concepções e escritos.

2. FORMAÇÃO INTELECTUAL DE TRAGTENBERG

Maurício Tragtenberg é admirado por várias personalidades da academia. Mesmo sendo um combativo crítico da tendência burocratizante da educação e das posturas dos professores e intelectuais que a dominam, sempre teve admiradores no meio acadêmico e deixou sua contribuição nos escritos daqueles que foram seus alunos, orientandos e colegas de trabalho. Sua postura anarquista provocava sentimentos contraditórios nas diversas pessoas que se relacionavam com ele.

Poucos são os indivíduos que conseguem esse feito. É respeitado pela classe dos intelectuais e dos professores, apesar das resistências às críticas que quase sempre provocam isolamento de quem não mede palavras para criticar as posturas e o pensamento dominante da classe. A admiração por Tragtenberg é comprovada pela série de homenagens, publicações e referências que podem ser observadas nas próximas citações deste trabalho.

Neste capítulo em específico, optou-se por deixar as citações comentadas sobre Maurício Tragtenberg nas notas de rodapé. Tal feito deve-se ao cuidado de não se deixar o capítulo semelhante a um conjunto de apologias, de não se caracterizar como panfletário ou simplesmente de não tornar a leitura cansativa aos leitores.

A finalidade, portanto, é investigar a formação intelectual e as experiências dos que conviveram com Tragtenberg para relacioná-las à construção das concepções de trabalho, educação e burocracia nos seus escritos. Inicialmente, não era intenção mencionar a formação intelectual, todavia, a sua relação com o trabalho, a educação e burocracia e as experiências vividas por ele como professor e formador da educação e a convivência estabelecida com seus alunos, orientandos e colegas de trabalho (que foi além da mera relação contratual da racionalidade econômica estabelecida na atualidade com a educação) evidenciaram a necessidade de fazê-lo. Como propriamente Marx e Engels (1998, p. 19) afirmam, “são os homens que, desenvolvendo sua produção material e suas relações materiais, transformam, com a realidade que lhes é própria, seu pensamento e também produtos do seu pensamento. Não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência.”

Tragtenberg é neto de imigrantes judeus que se instalaram no Rio Grande do Sul e viveu em uma fazenda de agricultura de subsistência. Desde cedo, começou a aprender português, espanhol, esperanto e russo, o que veio a lhe ajudar futuramente

nos estudos. Frequentou o grupo escolar, em Porto Alegre, mas só cursou até a terceira série do primário.

Sua pouca experiência como aluno já nos anos iniciais no sistema tradicional de ensino provavelmente influenciaram na compreensão de que nem sempre o ensino tradicional é a única forma de educação. Cria-se, desde cedo, a noção que a educação acontece de diversas formas e por vias nem sempre institucionais ou organizadas. Assim, desde cedo à experiência com a educação ocorre de forma não convencional e nem por vias da estrutura burocrática escolar tradicional.

Com a morte prematura do seu pai, transferiu-se para São Paulo. Depois de vagar por alguns dias pelas ruas de São Paulo, após vir do Rio Grande do Sul, foi adotado pela família Abramo, que o iniciou na formação autodidata e de quem recebeu o afeto e o exemplo necessários. Nas suas palavras: “Então, essa família [família ABRAMO] foi uma das minhas universidades.” (MARRACH, 2001, p. 17)

A condição de judeu, de “desabrigado” e de estrangeiro em seu próprio país faz com que Tragtenberg entenda o mundo com o sentimento de não aceitar o mundo como ele se apresenta.

O autodidatismo é outro ponto central para compreender a relação que Tragtenberg faz entre a aprendizagem e a educação. Para ele, sobretudo pelas suas atitudes com seus próprios alunos e orientandos de mestrado e doutorado, todo indivíduo é potencialmente um autodidata, capaz de estabelecer suas próprias condições e metodologias de aprendizados. A liberdade em poder escolher o que estudar é outro importante pressuposto que acompanha a vida de Tragtenberg. A noção de liberdade de escolha e de procurar aprender aquilo que realmente se deseja sem estabelecimento de regras ou metodologias pré definidas e presentes nas organizações escolares tradicionais são permanentes na obra e atitudes do professor autodidata.

O ingresso na Universidade de São Paulo ocorreu após a realização da monografia sob a orientação de Antonio Candido³. Escreveu sobre o texto “Planificação

³ “Um dia, na Biblioteca, o Antonio Candido me disse: ‘Maurício, você gosta de estudar. E há uma lei federal que diz que, se você fizer uma monografia e a Congregação aprovar, você tem direito de prestar vestibular na USP’. Eu fiz. E outras pessoas fizeram também. Era a única forma de um autodidata ter acesso à universidade. Eu apresentei uma monografia sobre os ‘Fundamentos históricos do planejamento no século XX’. Resumi em 90 dias o que eu li naqueles anos todos. Mas precisava ser bem penteado, bonitinho, não pode ser um troço bah!!! E tá!! Aí eu dei para Antonio Candido ler. Ele falou: ‘Isso é para a faculdade, esses termos aqui, toma cuidado, que isso não é um manifesto conclamando a nada, isso é um trabalho para a faculdade’, quer dizer, gente respeitável, respeitosa, bem vestida, com bons dentes, come três vezes ao dia, gente decente, uns vieram do estrangeiro. Fiz a monografia. Nomearam um relator. Era Cruz Costa, autor da História das Idéias no Brasil. Foi ele quem introduziu a preocupação com o pensamento brasileiro, com a política brasileira. Ele era baixinho, meio gordinho, conversava muito comigo no bar da Maria Antônia. Eu aprendia mil vezes mais conversando com ele no bar que em

- Desafio do século XX” (TRAGTENBERG, 1967), que, posteriormente, foi transformado em livro.

Com a aprovação da monografia pela USP, prestou vestibular. Conforme o mesmo Tragtenberg afirma, após a monografia ele “ficou universitário”. Após aprovado, inicia o curso de Ciências Sociais, de que, todavia, desistiu para iniciar o curso de História, tornando-se bacharel. A formação nessa área permitiu que tivesse embasamento consistente para analisar as mudanças ocorridas na sociedade. Doutorou-se em Ciência Política também pela Universidade de São Paulo.

Mesmo sendo um combativo crítico ao processo de diplomação, Tragtenberg beneficia-se dele para conseguir os títulos acadêmicos. Assim, de alguma forma, a mesma burocracia e formalismo que tanto critica nas organizações escolares acaba por afirmar sua condição de professor universitário, burocraticamente formalizado.

Presta diversos concursos para o magistério, logrando êxito em todos. Lecionou no Ensino Médio e em diversos cursos de graduação e pós-graduação de universidades como a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Universidade de São Paulo, Universidade Estadual de Campinas e da Fundação Getúlio Vargas.

Suas relações com o trabalho sempre foram conturbadas. Sua postura anarquista e de ativismo político causaram várias confusões e demissões, sobretudo na época do Regime Militar. Questões internas, de ordem pessoal, causaram certas dificuldades na condução da sua vida profissional. Tragtenberg, em muitas situações⁴, era anarquista na escolha dos temas das aulas e nas discussões promovidas para discutir vários livros nem sempre mantendo a coerência epistemológica. Em outras situações, gostava de manter a ordem na sala de aula e o disciplinamento, de forma que todos os alunos prestassem atenção nas suas exposições. Observa-se que não é possível definir o que é fato e o que é imaginário social na sua vida acadêmica, sobretudo em tempos em que Tragtenberg é estudado e homenageado frequentemente.

Outra experiência importante foi o tempo em que frequentou a Biblioteca Municipal⁵. Conciliando seu trabalho (na Companhia de Água do Estado de São Paulo, local onde conheceu a burocracia de perto) e a leitura, foi na Biblioteca Municipal que iniciou sua formação heterodoxa⁶.

muitas outras aulas. Fui aprovado. Ai fiquei universitário”. Depoimento de Maurício Tragtenberg citado na obra de Marrach (2001, p. 21).

⁴ Afirmações embasadas no depoimento espontâneo de José Henrique de Faria, aluno de Tragtenberg que frequentou suas aulas.

⁵ Conforme Tragtenberg afirma: “A Biblioteca Municipal, [foi] o melhor período da minha vida.”

É importante ressaltar, aqui, que há frequente confusão com a noção de heterodoxia. Uma formação heterodoxa não está, necessariamente, associada à quantidade de livros lidos ou estudados por alguém. A heterodoxia envolve a capacidade analítica de um estudioso em cima da compreensão das diversas leituras e das possibilidades de compreensão da realidade por meio do embasamento teórico consistente. Tragtenber pode ser considerado um heterodoxo caso o critério seja a quantidade e qualidade de leituras feitas. Entretanto, se for levado em consideração às análises sob o ponto de vista da coerência epistemológica ou das temáticas estudadas por Tragtenberg (o tema da burocracia é o objeto de estudo central) é preciso ser prudente nesta afirmação.

Frequentando a biblioteca, conheceu os grandes pensadores. De Aristóteles a Splenger, foi leitor atento de todos os clássicos, não só da filosofia, da história e da sociologia, mas também dos romances, como as obras de Dostoiévski. Essa aproximação com diversos autores, contudo, não dificultou Tragtenberg na sua opção quanto à linha de pensamento que guiaria seus escritos.

Mesmo quando faz “conversar” Marx e Weber⁷, o faz com extrema competência. Por meio da dialética e de uma sociologia compreensiva, faz de Marx um crítico da infra-estrutura e Weber (1979a, 1979b, 2003b), da superestrutura⁸. Apesar dessa suposta separação, não deixa de avaliar e criticar o entendimento de Weber em relação a sua compreensão da economia e das suas posições políticas. Suas críticas e observações são fundamentadas no capítulo “Max Weber”, do seu livro “Burocracia e Ideologia” (TRAGTENBERG, 1974, p. 108-185).

⁶ “Eu trabalhava, mas tinha tempo livre para a leitura. Foi o melhor período da minha vida! Eu lia oito, nove horas por dia. Lia de tudo, de Aristóteles a Spengler. No começo, acontecia o seguinte: lia muita ficção, sozinho; livros que eu escolhia. Nessa época, lia Dostoiévski. Queria ler romance. Não fazia associação com o Partido, não ia pegar Gorki, achei chato e comecei a ler Dostoiévski. Estou explicando o que foi ler Dostoiévski para mim.” Depoimento de Maurício Tragtenberg citado na obra de Marrach (2001, p. 18).

⁷ Essa abordagem que aproxima Marx de Weber, já foi realizada por Marcuse no livro “O Homem Unidimensional”, no Brasil publicado com o título “A ideologia da sociedade industrial” (MARCUSE, 1982). A convergência entre Tragtenberg (1974) e Marcuse (1982, 1998) refere-se à crítica da neutralidade axiológica, do processo de racionalização e ao equívoco de Weber em relação à análise da economia e por desconsiderar a noção de classes sociais. “A segunda é que ‘O Homem Unidimensional’ pode ser considerado um livro marxista weberiano; assim como Marcuse, Maurício também procurou juntar Marx e Weber.” (LOUREIRO, 2001, p. 95).

⁸ “O pensamento crítico de Maurício Tragtenberg é constituído através de Marx e Weber, numa combinação da dialética com a sociologia compreensiva. Combinação – sempre problemática – que Maurício vai assumir com a idéia de ser Marx o portador da penetrante crítica da infra-estrutura do capitalismo e, Weber, o da superestrutura. Algo em torno de considerações em que as relações do processo de trabalho com o processo de produção capitalista explicam a dominação do trabalhador sob o capital e que encontram nas formas de dominação, em particular, a dominação burocrático-legal, o momento de constituição mais delineado.” (FERREIRA, 2001, p. 197)

Outra observação importante é que, mesmo qualificando Weber na crítica da superestrutura, sobretudo no processo de racionalização que se consolida na formação de uma burocracia de dominação, Tragtenberg não abandona, no plano da superestrutura, as contribuições de Marx, sobretudo da ideologia. Seu estudo que comprova tal feito é “Administração, poder e ideologia” (TRAGTENBERG, 1989), obra que afirma que a Teoria Geral da Administração não passa de ideologia, presente como forma de controle nas grandes organizações e de sedimentar a exploração e a dominação decorrente da organização e das relações de produção que ocorrem no plano da divisão do trabalho.

Weber e Marx são os autores mais evidentes que influenciaram Tragtenberg. Muitas foram suas leituras⁹. Tragtenberg leu desde os autores europeus (Althusser, Foucault e outros) até os anarquistas, os socialistas libertários, Freud e muitos outros, dos quais muitos sendo moda em seu tempo e outros quase desconhecidos pela maioria dos leitores. Além de Weber e Marx, outras importantes influências foram: Kropotkin, Bakunin, Trotski e os literários Tolstói e Dostoiévski.

De Kropotkin (2001, 2005, 2007), Tragtenberg (1987) absorveu as contribuições relacionadas ao “comunismo libertário”. A concepção central dessa idéia é que o critério para o consumo seja a necessidade e não o trabalho. Isso não implica deslocar a centralidade do trabalho, pois, sem ele não há consumo. Para isso, era necessário um sistema de distribuição livre da produção, o que implica o raciocínio de que não poderia medir a contribuição – na administração atual, a produtividade – do indivíduo na produção social. Kropotkin, dentro do entendimento socialista, defende a coletivização dos meios de produção, fato que leva, conseqüentemente, a uma transformação social orientada para a inevitável distribuição livre e extinção de qualquer forma de salário.

Em uma sociedade orientada para o consumo, que atenda às necessidades de todos e não à simples realização do lucro, a necessidade de instauração de um governo revolucionário não se faz presente. A cooperação voluntária ocorreria como conseqüência natural das transformações causadas pela coletivização dos meios de produção. A cooperação voluntária tornar-se-ia um substituto tanto para a propriedade

⁹ “Maurício passou pelos modismos acadêmicos europeizantes: Lukács, Sartre e A questão de método, Althusser, Foucault, etc. Não ficou com nenhum deles. E, mesmo dominando cabalmente o marxismo, jamais fez dele um modelo redutor para as suas análises e críticas da administração e da burocracia. Fez, sim, do anarquismo, marxismo, Weber, os teóricos da administração, Marcuse, dos socialistas libertários, escadas de subir. Uma vez apoderado dessas correntes de pensamento, lidava com elas com a maior liberdade possível. Tanto que, num artigo em que comparava Marx e Bakunin, mostrou em ambos as raízes do autoritarismo no universo do socialismo.” (VALVERDE, 2001, p. 61-62)

privada como para a desigualdade, elementos fundamentais na formação do Estado, segundo Kropotkin.

Partindo dessa compreensão de transformação social, o sistema de administração pública seria uma associação voluntária que reúne os interesses sociais formados por grupos diretamente ligados a eles, mais próximos do povo e mais adequados à idéia de comuna. Por fim, a reunião das comunas produziria uma rede de cooperações que, futuramente, substituiria o Estado.

Outro importante autor que influencia o pensamento e escritos de Tragtenberg é Bakunin (1999, 2001, 2003a, 2003b), que conheceu Marx e Proudhon. Suas principais idéias consistiam na defesa de que as energias revolucionárias devem se centrar na destruição das “coisas”, inclusive o Estado, e não os indivíduos.

Bakunin foi um crítico de Comte, pois, em suas obras este defende a centralização da autoridade e do Estado, o que, na concepção de Bakunin impediria a evolução dos Estados e dos indivíduos. Defendendo a idéia do fim do Estado, não deixou de fazer críticas ao Estado Comunista. Esta e outras idéias influenciaram várias organizações de proletariados. Trabalhou para unir os anarquistas de vários países, passando à compreensão anti-autoritária. Suas idéias exerceram influência na Rússia, Itália, Espanha e também no Brasil. Vários movimentos cooperativistas de ocupação e reforma urbana e de grupos locais e internacionais autogestionados foram influenciados pela ideologia anarquista.

Trotsky (1977, 2001a, 2001b) é outra importante influência no pensamento de Tragtenberg, sobretudo nos anos em que inicia sua jornada acadêmica. A concepção mais presente nos textos de Tragtenberg – especialmente nas entrelinhas dos escritos no *Jornal Notícias Populares*, na Coluna “No Batente” – é a noção de “Degenerescência do Estado”. Caso a revolução socialista ocorra em países semifeudais, ou em que as forças produtivas estejam menos desenvolvidas, o sucesso da superação do capitalismo para o socialismo só pode se confirmar caso as revoluções socialistas sejam também vitoriosas nos países mais desenvolvidos. Dessa forma, a revolução deve ser “permanente”, ou seja, de forma contínua para que o mundo como um todo supere o sistema de produção capitalista. Se esse fato não ocorrer, haverá uma “degenerescência” da transformação e da superação do sistema capitalista para o sistema socialista.

Outra tese importante no pensamento de Trotsky, também presente em Tragtenberg, é a noção de “degenerescência burocrática das organizações operárias”. A exploração capitalista estimula o desenvolvimento político do proletariado. Com o

tempo, as organizações operárias passam a formar os “dirigentes profissionais”, ou os “burocratas” dos sindicatos, como afirma Tragtenberg em vários textos. Esse movimento leva à formação do “Estado Operário”, que pode seguir duas tendências: primeiro, os “burocratas” concentrarem o poder e remeterem as massas e os sindicalizados a posições passivas. Segundo, o levante para níveis mais graduados de desenvolvimento econômico e cultural, o que levaria para uma participação popular mais acentuada e efetiva, enfraquecendo o aparelho do Estado. Para Trotski, a construção de uma sociedade socialista só pode ocorrer em escala mundial e não tem o caráter “mecânico”, progressivo e linear, diferente da concepção estalinista.

Importante contribuição também presente em boa parte dos escritos de Tragtenberg é a noção de “democracia operária”. Nesse sistema, os trabalhadores se organizam para decidir o que produzir e como produzir. Assim, formam-se as organizações de trabalhadores e organizações de consumidores para a elaboração de um plano econômico comum e compartilhado socialmente. No sistema burocrático de economia planificada, não há como assegurar que o produzido traduza realmente uma necessidade imediata. Há uma inversão, porque é a produção que dita o aparecimento de novas necessidades e muitas delas podem se configurar artificiais e criadas. Caso o modelo burocrático atinja dimensões totalitárias dentro de um sistema econômico, segundo Trotski, uma revolução operária é inevitável. Se tal revolução operária não ocorrer, uma “contra-revolução social” decorrerá da ineficiência econômica e pelo desejo dos burocratas de manterem-se no poder e de restaurar a condição da propriedade privada.

As contribuições de Tolstói (2004, 2007) e Dostoiévski (2008) são importantes, sobretudo, no período em que Tragtenberg frequentou a Biblioteca Municipal Mário de Andrade. Os romances dos dois grandes escritores russos do século XIX foram importantes para iniciar sua caminhada nas obras dos anarquistas, socialistas libertários, mas, também, na compreensão de Marx.

Os pensadores anarquistas exerceram importantes influências no pensamento de Tragtenberg. No plano teórico, as concepções de Estado e sobre a força do operariado como agente revolucionário. Mas a influência maior dos anarquistas é em relação as suas atitudes. Em determinadas situações, Tragtenberg incorpora o “comportamento anarquista”. Em outras situações, o oposto. Ressalta-se que as teorias que influenciaram os escritos de Tragtenberg são diversas, e que nem sempre segue uma tendência epistemológica linear.

Em referência às contribuições de Marx, praticamente toda a obra de Tragtenberg, desde suas contribuições nos artigos de jornais, revistas científicas e livros, é influenciada pelos conceitos de classes sociais, de divisão do trabalho, de relações de produção, de forças produtivas, de ideologia, de alienação e outros, ou seja, dos principais conceitos presentes nas obras marxistas. Além das contribuições conceituais, o método também se faz importante. Desde o início das suas obras, Tragtenberg utiliza-se da dialética para realizar suas reflexões e no decorrer deste trabalho essa prática se fará evidente.

Por todos os autores que o influenciaram diretamente e indiretamente, pela “junção” e “conversa” entre eles tentando não perder a coerência epistemológica e pelo método adotado nas suas análises, Tragtenberg é considerado um estudioso diferenciado por muitos¹⁰.

Mas Tragtenberg pode ser considerado um intelectual? Tragtenberg pode ser “qualificado” de intelectual orgânico porque pertence e defende um grupo social específico, o dos trabalhadores, pela forma como proporciona a homogeneidade e a consciência dos mesmos em relação às suas funções “não apenas no plano econômico, mas também no social e no político” (GRAMSCI, 1991, p. 3). Alguns podem questionar a condição de atribuir a noção de intelectual para Tragtenberg por causa da influência dos anarquistas. Não seria uma contradição? Não. O ponto de convergência com o entendimento de Gramsci utilizado aqui para atribuir tal qualidade a Tragtenberg é que “longe de encobrir sua situação de classe e acenar com uma fala ‘em nome da comunidade em geral’, eles fazem seus apelos diretamente em nome de uma modernidade fundada em interesses de classe, que deixam transparecer ao invés de disfarçá-los” (GONZALES, 1981, p. 93).

Tragtenberg é um intelectual porque representa “o máximo grau de consciência de um intelectual sobre sua própria situação na sociedade.” (GONZALES, 1981, p. 94). O “próprio Gramsci põe à margem as funções conectivas dos ‘grandes intelectuais’, as pessoas ‘especialmente preparadas’ para a vida do pensamento. Eles não poderiam ser qualificados nem de ‘tradicionais’ nem de ‘orgânicos’. São aqueles que às vezes ‘influem mais do que toda uma universidade inteira’. (...) Não teria sentido aplicar-lhes o rótulo”. (GONZALES, 1981, p. 99) Tragtenberg é um intelectual

¹⁰ “Fortemente influenciado por Marx, Weber, pelos anarquistas e também por Trotski. Disso resultou um autor criativo e agudamente crítico da sociabilidade contemporânea, agudamente anticapitalista e contrário às formas de opressão antioperária. Ele atava vivamente sua reflexão teórica ao solo societal brasileiro marcado por iniquidades que até hoje se prolongam.” (ANTUNES, 2001, p. 101)

orgânico da classe trabalhadora porque mantém uma relação orgânica com os problemas da classe trabalhadora. Oriundo das classes dos trabalhadores, sua atuação política é sempre de combate em relação a exploração do capital sobre o trabalho.

Em suma, Tragtenberg é um intelectual tanto no sentido atribuído por Gramsci como por Sartre, porque

O intelectual é o homem que toma consciência da oposição, nele e na sociedade, entre a pesquisa da verdade prática (com todas as normas que ela implica) e a ideologia dominante (com seu sistema de valores tradicionais). Essa tomada de consciência – ainda que, para ser real, deva se fazer, no intelectual, desde o início, no próprio nível de suas atividades profissionais e de sua função – nada mais é que o desvelamento das contradições fundamentais da sociedade, quer dizer dos conflitos de classe e, no seio da própria classe dominante, de um conflito orgânico entre a verdade que ela reivindica para seu empreendimento e os mitos, valores e tradições que ela mantém e que quer transmitir às outras classes para garantir sua hegemonia.” (SARTRE, 1994, p. 30-1)

Apesar das convicções teóricas, Tragtenberg não é um intelectual dogmático. Sua vasta leitura, sua vivência e convivência com a diversidade, sua tolerância com os que menos têm, sua disponibilidade com aqueles que desejam aprender, mas, principalmente, a coerência entre teoria e prática, caracterizam-no um intelectual diferenciado. A sua orientação baseada na dúvida, com a formulação de questionamentos cada vez mais profundos e pertinentes, com o compromisso de aproximar-se da verdade sem dogmatismo torna-o um intelectual no sentido pleno.

Avesso à burocracia da academia, questionador das regras burocráticas que direcionam o ensino, não se importava com as disputas de “quantificação curricular”, com os títulos acadêmicos. É um intelectual diferenciado¹¹. Sem se apegar ao *mainstream* acadêmico ou ser um acadêmico programado, Tragtenberg é um intelectual radical, por vezes caindo em certos radicalismos.¹²

A maioria dos leitores de Tragtenberg considera que ele escreveu muito mais textos sobre as temáticas relacionadas ao trabalho do que sobre educação. Todavia, encontram-se vários escritos seus sobre a educação, sobretudo, relacionados a experiências educacionais, políticas educacionais, educação em instituições não

¹¹ “Falemos, sim, de alguém que dignifica a vida acadêmica, fora das disputas de quantificação curricular, com o tratamento enérgico dos problemas, matizado ora de verve, ora de sátira corrosiva do *establishment* burocrático. Poucos intelectuais deste país têm igual percurso, não previsto. É o intelectual original. Não é o intelectual curricularmente programado.” (RESENDE, 2001, p. 137)

¹² “O pensamento radical diferencia-se do radicalismo, porque, na busca incessante do esclarecimento, pretende garantir que as contradições transformem a realidade e que as teorias se proponham a explicá-la. Dessa forma, o pensamento radical é amparado pelas teorias científicas, mas não as dogmatiza.” (MENEGETTI, 2004, p. 3)

escolares¹³. As experiências e conhecimentos adquiridos vêm por meio da trajetória pessoal, mas também pelas diversas orientações de dissertações e teses realizadas.

Essa experiência, por meio das orientações realizadas e valorizadas pelo próprio Tragtenberg, somadas à sua experiência de vida como educador, é responsável pela construção do seu perfil combativo, sempre alicerçados por textos críticos curtos e por reflexões mais elaboradas que, posteriormente, foram lançadas em forma de livros.

Em geral, os escritos de Tragtenberg abordam temáticas ligadas às políticas de governo, de universidades e de programas oficiais¹⁴. Em razão de sua história pessoal e de sua prática profissional relacionada à educação, a concepção de escola, para Tragtenberg, não é uma concepção naturalizada¹⁵. Como aprendeu na prática que a educação não ocorre somente na forma sistematizada, organizada e em estruturas burocráticas como a escola, via na burocracia da educação um meio de disciplinamento e aprisionamento.

Seus escritos sobre educação foram, em um determinado período específico, influenciados por Francisco Ferrer¹⁶, que concebe uma escola muito diferente da escola tradicional (FERRER, s.d.), pois a vê sempre como uma organização de classe, como resultado das relações de produção estabelecidas na sociedade. Pensador de idéias avançadas e diferenciadas do modelo de escola tradicional, Ferrer é defensor da participação igualitária da mulher em todas as instâncias sociais. Pedagogo libertário via

¹³ “Em primeiro lugar, descobri que guardei uma imagem do Maurício que a documentação de sua produção intelectual não confirma. Por exemplo, eu tinha para mim que não encontraria escritos sobre escola a não ser o clássico ‘A escola como organização complexa’. Engano. Que eu encontraria muito poucas teses e dissertações orientadas por ele que tratassem de escola ou de educação no sentido mais estrito do termo. Novo engano. São muitas as teses sobre experiências educacionais, política educacional e educação em instituições não-escolares. Estas últimas, sim, eu esperava encontrar, mas não as outras.” (UHLE, 2001, p. 149)

¹⁴ “Observei que a maioria dos artigos escritos no final da década de 1970 e início da década de 1980 tem uma característica comum: são textos de militâncias, ou textos de combate, melhor dizendo. Neles, o autor analisa políticas de governo, de universidades e programas oficiais. Os textos que estou chamando aqui de textos de combate são pequenos artigos escritos com o objetivo de participar de um debate público ou mesmo de estabelecer um debate, provocando os responsáveis pela educação, sejam eles do poder público ou de empresas privadas. Trata-se sempre de manifestação do intelectual sobre os problemas mais relevantes no seu campo de trabalho.” (UHLE, 2001, p. 152)

¹⁵ “No caso de Tragtenberg, a situação é diferente, mas permite um certo paralelo. Ele foi expulso da escola, na infância, só voltando a ela depois de adulto, passando por exames de reingresso e toda sorte de concursos, seja como estudante, seja, depois, como professor. Esse aspecto pode ter contribuído para que sua concepção de escola não fosse naturalizada como o é a da maioria dos autores que escrevem sobre o tema.” (UHLE, 2001, p. 160)

¹⁶ “A cada pai que inscrevia [na escola] filho homem, Ferrer pedia que inscrevesse também as do sexo feminino, tornando pública a intenção de co-educação na Escola Moderna, evitando assim os temores de crítica do ambiente à co-educação, à coexistência dos dois sexos numa sala de aula... Ferrer pregava um tipo de mulher não limitada à casa. Para que tal fosse possível, os conhecimentos, em nível de qualidade e quantidade, deveriam ser idênticos aos recebidos pelos homens. Tanto mais que a mulher poderia acompanhar a evolução e o desenvolvimento da ciência, beneficiando-se da aplicação do método científico.” (TRAGTENBERG, 1982, p.107)”

a educação como a possibilidade de realização da emancipação individual e coletiva. “Desertor da burguesia, enfatizava o papel da educação na renovação social, uma educação livre de quaisquer ‘ismos’, na qual não atuasse a violência refinada, a violência simbólica. Ciência, liberdade e solidariedade se constituíam no seu ideal pedagógico.” (TRAGTENBERG, 2004, p. 136-137).

Ferrer é um escritor importante na construção do entendimento de Tragtenberg sobre a pedagogia libertária, cujas contribuições teóricas deságuam na maioria das leituras feitas e presentes na sua obra, sem, no entanto, configurar pleno assentimento por este intelectual, que não perde a oportunidade de fazer considerações a respeito e de questioná-las.

Com a experiência de vida e as leituras que adquiriram “força material” na formação da sua consciência, Tragtenberg adquiriu um jeito peculiar de pensar, sobretudo se levarmos em conta a atualidade da educação.

Seu método de ensinar era único. Sempre procurando a emancipação dos que tinham vontade em aprender, ensinava a aprender. Aprender a ler, a escolher a bibliografia adequada, a pensar, a questionar, sem, contudo, ser dogmático. Entretanto, não era considerado um bom professor para os alunos que necessitavam do método mais tradicional de estudo. Era conhecedor de vários temas sem se restringir a demasiada especialização por isto provocar o engesamento da crítica e, assim, enfatizava a interpretação crítica, reflexiva. Para ele, dados e informações tinham relevância, mas não deveriam ser mais importantes do que a crítica¹⁷.

Era dotado de memória privilegiada. Sabia onde estava determinada citação, sempre mencionando o nome do livro, o autor e, em muitos casos, a página. Sua autonomia estava ligada diretamente à leitura. Acreditava no papel diferenciado da leitura como orientador da aprendizagem, convicção que pode ser confirmada com a biblioteca adquirida durante sua vida. Preservava livros de diversas línguas, muitos dos quais viviam empilhados por falta de espaço¹⁸.

¹⁷ “Em poucas palavras, Maurício ensinava a ensinar, ensinava a ler, ensinava a pensar e ensinava a selecionar obras importantes e obras desimportantes e desnecessárias. Dava pouca ênfase à transmissão de informações e de conteúdos; dava muita ênfase à interpretação crítica e, sobretudo, à indicação das obras primordiais, imprescindíveis, conforme o interesse de cada um, independentemente do campo de estudo. Não existia área de conhecimento em que ele não trouxesse contribuição segura, válida, atual, referente a qualquer época. Tal abrangência relativa a obras, a artigos, a edições raras ou não, em diferentes línguas, vem confirmada nos escritos, especialmente nos livros.” (LÖWY, 2001, p. 50)

¹⁸ Relato conforme depoimento espontâneo do professor Doutor José Henrique de Faria, de quem foi informalmente orientador.

A experiência com os livros sempre foi mais prazerosa do que a experiência com seus professores ou nas organizações burocráticas em que trabalhou. Assim, para Tragtenberg, submeter-se a uma situação hierárquica na educação era difícil.

Nas obras de Tragtenberg é possível compreender que é possível educação para além das fronteiras da escola tradicional. Até mesmo em reuniões informais em que pessoas da sua família participavam, em momentos de descontração e lazer, conseguia, por meio de debates, críticas e questionamentos, uma oportunidade de aprendizagem, um momento de articulação da teoria e das ações necessárias para mudança real do cotidiano. Assim, transformava articulação política em aprendizagem, ou seja, realizava a relação entre teoria e prática¹⁹.

A vocação de educador é algo fortemente presente em Tragtenberg, para quem não eram necessárias salas de aula para ensinar e aprender, pois, se valia de reuniões em locais pouco convencionais para apresentar suas convicções e articulações políticas²⁰. Todavia, exerceu a docência no ensino secundário e universitário, sempre ensinando de acordo com suas convicções políticas²¹, sem, no entanto, ter o objetivo de criar discípulos²².

Preferia compartilhar conhecimentos a tornar-se um mito e, de forma coerente, não se veiculava a grupos políticos, não seguia modismos acadêmicos e nem cedia à

¹⁹ “Maurício, sua companheira e seus filhos estiveram presentes em muitas dessas reuniões; discutia-se muito, não apenas teoria, mas também os rumos práticos do movimento e, num clima bastante informal, aprendia-se tanto na convivência desprentensiosa quanto nas ocasiões mais formais, nas reuniões, palestras e nos debates que organizávamos. Eu mesmo aprendi muito de Maurício tomando caipirinha à espera da feijoada, de calção e admirando um belo panorama: um chiste, uma confiança, uma pergunta e uma resposta sobre um tema específico ou candente podem nos iluminar mais a razão que um longo e elaborado argumento.” (MOREL, 2001, p. 279)

²⁰ “Francisco Cuberos conta que, por volta de 1948, muitos desses jovens operários, incluindo Maurício, associaram-se ao E. C. Corinthians Paulista, então um clube popular, instalado às margens do Tietê, que fazia às vezes de piscina, e em cujas várzeas estavam localizados os campos de futebol, para poderem reunir-se e discutir à vontade, dado o clima repressivo reinante nos sindicatos. As reuniões do grupo se davam no campo de futebol; todos se sentavam e colocavam uma bola no meio do círculo e começavam a discutir; quando chegava alguém estranho, ou um ‘olheiro’, eles mudavam de assunto e começavam a falar de futebol, retomando as deliberações quando o ‘perigo’ passava.” (MOREL, 2001, p. 271 e 272)

²¹ “A docência no ensino secundário e no ensino superior, por décadas, significou para Maurício Tragtenberg um lugar de trabalho e de estudo, mas não significou seu único lugar, talvez não tendo sido nem sequer o principal lugar da ação intelectual. Falou em muitos recintos deste país, tendo apenas como recompensa a convicção ética e política de mudá-lo, tirando-o do domínio das oligarquias, das tecnoburocracias e dos salvacionistas.” (LÖWY, 2001, p. 51)

²² “Maurício Tragtenberg não cultivou discípulos, mas dividiu seus conhecimentos com outras pessoas; não se ligou a grupos de nenhum tipo, mas manteve sua opção política de vanguarda; não se sujeitou aos esquemas e aos modismos acadêmicos, mas procurou expor suas análises com originalidade; não se preocupou em conceder entrevistas capazes de arrumar sua vida e sua trajetória política e intelectual, o que não é comum nos dias que correm.” (LÖWY, 2001, p. 51)

sedutora “indústria intelectual²³” (MENEGETTI, 2004) para obter prestígio ou vantagens profissionais, tão comuns nos dias atuais.

No meio acadêmico, Tragtenberg ficou conhecido como autodidata (o que era apenas parcialmente verdadeiro, embora ele próprio costumasse alardear, provocativamente, o seu "primário incompleto"), por agir como pessoa com capacidade de aprender algo sem ter um professor ou mestre lhe ensinando ou instruindo mediante aulas. O autodidata (do grego *autodidakto*), por meio do próprio esforço, busca e pesquisa o material necessário para sua aprendizagem, aprende por si, sem auxílio de professores. Suas aulas eram frequentadas não só por alunos regulares, mas também por numerosos ouvintes não matriculados. Por seu espírito rebelde e senso de humor frequentemente sarcástico, mas sobretudo por sua profunda generosidade intelectual, Maurício Tragtenberg foi muito admirado pelos alunos.

Poderia, esse insigne intelectual, ser considerado um educador iluminista?²⁴ Em partes, porque, embora pratique a Razão Iluminista, não esgota sua crítica nesse foco. Sua compreensão do trabalho é fundamentalmente baseada em Marx, de que carrega certa herança iluminista e, também, até certo ponto, da ciência positiva. Suas obras, realmente, procuram livrar “os homens do estado de minoridade devido a eles mesmos”, entretanto, não concordava com a possibilidade de superar a “minoridade, [que] é a capacidade de utilizar o próprio intelecto, sem a orientação de outro” (ABBAGNANO citando KANT, 2000, p. 535). As obras de Tragtenberg cumprem as três condições básicas do pensamento iluminista: “1.º Extensão da crítica a toda e qualquer crença e conhecimento, sem exceção; 2.º Realização de um conhecimento que, por estar aberto à crítica, inclua e organize os instrumentos para sua própria correção; 3.º Uso efetivo, em todos os campos, do conhecimento assim atingido, com o fim de melhorar a vida privada e social dos homens” (ABBAGNANO, 2000, p. 535). Por essa ótica, as principais influências do pensamento de Tragtenberg (Marx, Trotski, Kropotkin, Weber e demais) podem ser consideradas no enquadramento de pensadores iluministas. Todavia, é importante observar dois pontos relevantes:

²³ Todo esse processo de criação de uma indústria intelectual fundamenta-se no processo do avanço do mundo administrado. Dessa forma, o processo de industrialização dos intelectuais caracteriza-se pelas várias formas de mercantilização – trocas econômicas, praticadas no mercado, de produtos ou coisas que adquirem características de mercadorias – de suas ações: (i) Mercantilização da “fê” científica; (ii) Mercantilização do rigor científico; (iii) Mercantilização das publicações; (iv) Mercantilização do conhecimento; (v) Mercantilização dos títulos acadêmicos. (MENEGETTI, 2004, p. 8)

²⁴ “Em seus textos, praticou a crítica da razão iluminista, mas sem perder de vista sua importância cultural e suas possibilidades no universo dos esclarecimentos analíticos e sintéticos.” (VALVERDE, 2001, p. 59)

1. A moral pregada pelos filósofos iluministas está direcionada para a concepção econômica liberal. Com exceção de Rousseau, que, no seu artigo intitulado “Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens” (ROUSSEAU, 1999, p. 87), afirma que “o verdadeiro fundador da sociedade civil foi o primeiro que, tendo cercado um terreno, lembrou-se de dizer isto é meu e encontrou pessoas suficientemente simples para acreditá-lo”, todos os principais filósofos iluministas (Locke, Voltaire, Montesquieu, Diderot, d’Alembert) pregavam a moral que seria, posteriormente, a moral burguesa.
2. O Iluminismo (Esclarecimento, conforme denomina Adorno e Horkheimer, 1985) carrega consigo o gérmen da destruição e da barbárie porque carrega a lógica da transformação de tudo e todos em mercadoria²⁵ e a tendência da ciência em tornar-se ela mesma mito²⁶.

Nesse contexto, a pedagogia tradicional é criada, para satisfazer o aprimoramento da técnica, disseminar a moral da classe dominante e criar racionalidades necessárias para a aceitação e reprodução da exploração do capital sobre o trabalho. Dessa forma, examinando mais profundamente, Tragtenberg sofre influências do Iluminismo (como não poderia deixar de ser, afinal, dificilmente alguém rompe por completo com o pensamento dominante de uma época), sem se render a ele. Acreditava na ciência, mas sabia da sua subordinação à lógica do capital. Não tinha a ilusão de que a moral era uma criação das idéias, sabia que ela é resultado das relações estabelecidas nas relações sociais e sofre influência da ideologia. Tragtenberg é iluminista por acreditar na ciência como força material capaz de mudar a realidade. Acredita no marxismo, mas não de forma dogmática.

Tragtenberg é um crítico diferenciado e de vanguarda em relação às novas formas de produção do trabalho. Foi pioneiro na crítica ao *toyotismo*²⁷. Sua crítica era

²⁵ “O aumento da produtividade econômica, que por um lado produz as condições para um mundo mais justo, confere por outro lado ao aparelho técnico e aos grupos sociais que o controlam uma superioridade imensa sobre o resto da população. O indivíduo se vê completamente anulado em face dos poderes econômicos” (ADORNO, 1985, p. 14).

²⁶ “O mito já é esclarecimento e o esclarecimento acaba por reverter à mitologia” (ADORNO, 1985, p. 15)

²⁷ “Também nesses artigos de imprensa foi pioneiro, entre nós, na crítica ao toyotismo, antes que esse ideário e essa pragmática se tornassem lugar-comum na empresa moderna e viessem a substituir e/ou mesclar-se ao taylorismo, ao fordismo e à Escola de Relações Humanas de Elton Mayo. Crítico áspero da burocratização, da institucionalização, da moderação, do participacionismo, tanto dos sindicatos quanto dos partidos – e especialmente destes –, Tragtenberg era um defensor da centralidade do trabalho, do papel central das bases ante as direções, da autonomia ante a hipertrofia das vanguardas, da democracia operária ante o centralismo democrático dos partidos de esquerda.” (ANTUNES, 2001, p. 101-102)

compartilhada com os trabalhadores, antes mesmo de compartilhar com os intelectuais. Esteve sempre a serviço da classe trabalhadora²⁸. Crítico e cético, porém combativo e sempre engajado politicamente²⁹, sua pretensão sempre foi a de contribuir para a formação de uma sociedade mais justa e igualitária, livre de qualquer forma de dominação e exploração. Apesar disso, nunca foi um crítico iludido em relação à condição humana.

Tragtenberg é um crítico democrático, não restringindo suas exposições, aulas ou debates ao meio acadêmico³⁰. Suas observações superam o provincianismo e a possibilidade de enclausuramento do pensamento crítico às instâncias da academia ou de uma elite letrada.

Sua crítica vai além da moral³¹, caracterizada como refúgio da hipocrisia, sobretudo, quando o debate tinha como centralidade o mero comportamento, em detrimento das motivações que levam os indivíduos a se comportarem de determinada forma. Sua preocupação, destarte, é em relação à práxis revolucionária.

Essa postura, como crítico, faz de Tragtenberg um revolucionário coerente entre o pensamento e a ação, ou seja, entre o que é dito e o que é feito³². Profundo conhecedor da história e convicto da superação do sistema capitalista, postulava-se como um

²⁸ “É o acadêmico diferenciado, fora do percurso de rotina, sem pergaminhos de escola. Consta de seu currículo o notório saber. É o judeu sem templo. O militante sem partido, o intelectual sem cátedra.” (RESENDE, 2001, p. 137)

²⁹ “Tragtenberg, contudo, nunca foi sectário. Assim, embora crítico e cético, sempre que pôde contribuiu com as oposições sindicais e os partidos políticos, em especial o PT [Partido dos Trabalhadores]. Mas seu horizonte estava muito além da mera conquista do sindicato ou da eleição do maior número possível de candidatos. Tragtenberg representa a utopia libertária de uma sociedade sem exploração e explorados, sem dirigentes e dirigidos, portanto, sem partidos, Estado ou governos.” (SILVA, 2001, p. 132)

³⁰ “Maurício deu a oportunidade a todos que foram seus leitores, alunos, ouvintes de suas palestras e amigos de superar o provincianismo, assim como a pretensão, as consequências diretas, que dominam o chamado ‘pensamento crítico’ na academia e fora dela.” (BRUNO, 2001, p. 115)

³¹ Tragtenberg, no entanto, nunca aceitou o relativismo e a tolerância, tão em voga hoje. O primeiro era por ele entendido como uma forma de descompromisso com os problemas de nossa época. O relativismo nega as cisões profundas em que se estrutura a sociedade em que vivemos e se sustenta na crença do compromisso entre as classes e na possibilidade de consenso, que na realidade nada mais é que uma forma de exercício do poder, em que o diferente, o dissonante, é subordinado aos interesses do dominante, apresentado como maioria. A tolerância, por sua vez, inscreve-se na ordem da moral, do dever-ser. Tragtenberg nunca foi um homem da moral, refúgio último da hipocrisia. Sob a capa tolerância reafirma-se todo tipo de discriminação colocando-a aparentemente em suspenso. É o recurso utilizado por aqueles que são incapazes de compreender e aceitar que todas as pessoas são diferentes e que a consciência da diferença é a aceitação da liberdade. Ou ainda, a igualdade é a liberdade de ser diferente.” (BRUNO, 2001, p. 117-118)

³² “A obra de Maurício Tragtenberg constitui-se como orientação no pensamento e na ação. Cidadão do mundo e cidadão do espírito. Foi puro de coração e íntegro de caráter.” (MATOS, 1999)

socialista libertário e heterodoxo³³, deixando clara a influência de Bakunin e Kropotkin no seu pensamento.

Na seção “No Batente”, do Jornal “Notícias Populares”, escreveu para os operários e trabalhadores em geral. Em suas palavras, “a seção dirige-se a quem está ‘no batente’ e não àqueles que estão afastados da produção querendo falar em nome dos que trabalham. Receberá com o maior interesse e atenção cartas de trabalhadores que retratem os problemas do interior da fábrica como sugestões de temas de interesse de quem trabalha, de que a seção deva tratar. (No Batente, 6.12.1981)”.

Durante anos, estabeleceu uma relação direta com a classe trabalhadora. Sem receber crédito pelo canal de comunicação estabelecido com os trabalhadores (principalmente no meio acadêmico que reduz como legítimos alguns poucos veículos de comunicação, como o oficial do meio científico), “No batente” “contribuiu para mostrar aos trabalhadores em geral que muitos dos problemas cotidianos por eles enfrentados não eram pessoais ou subjetivos, mas sim compartilhados por demais outros companheiros em vários outros locais, às vezes, bastante distintos, abrindo assim espaço para a percepção do mecanismo real de atuação das engrenagens do poder capitalista.” (MOREL, 2001, p. 286)

Para alguns, Tragtenberg cai no equívoco de estabelecer uma “teoria do bom operário”. Todavia, essa crítica é reducionista³⁴. Avaliando seus escritos mais profundamente, principalmente, os direcionados aos trabalhadores, sua crença é de que uma sociedade melhor é possível em um sistema que privilegie os aspectos positivos dos indivíduos dentro de uma sociabilidade com relações mais igualitárias. Assim, superar a concentração dos meios de produção (por meio da propriedade privada ou da posse) nas mãos de elites é condição elementar para se eliminar uma das várias formas de dominação existentes na sociedade.

³³ “Bakunin lembrava que a história da humanidade somente será desvendada quando a humanidade acabar; não há finalidade na história, apenas a certeza, como Maurício sublinhou acompanhando Marx, de que ‘o modo de produção capitalista’ não é eterno. Dessa maneira, a dominação racional-legal tão bem descrita por Weber também terá seu desfecho. Eis aí um investimento possível para os socialistas heterodoxos.” (PASSETTI, 2001, p. 111)

³⁴ “Penso que na obra de Maurício não se encontra uma teoria mítica dos trabalhadores. Parafraseando J.-J. Rousseau, pode-se dizer que ele não pretendeu uma rediviva ‘teoria do bom operário’.” (FERREIRA, 2001, p. 201)

Tragtenberg é um intelectual sem vaidade³⁵, característica corriqueira entre os acadêmicos e de grande parte daqueles que se julgam depositários de um saber específico. Sua solidariedade³⁶ foi resultado de sua história, das relações estabelecidas ao longo da sua vida e das pessoas com quem conviveu. Sua severidade estava nas suas convicções e não na postura austera adotada por muitos, quando representam uma classe ou um grupo de pessoas³⁷. Tragtenberg foi “o intelectual público, diferenciado do acadêmico esnobe e descomprometido, [que] é aquele que, segundo Adorno, falando de Proust, evita a deselegância de deixar o leitor imaginar-se menos inteligente do que o autor do texto que ele lê.” (RESENDE, 2001, p. 136)

Tragtenberg fez da educação um campo de luta contra a opressão. Enquanto o trabalho é, na sua vida, a centralidade da existência dos homens, a educação representa um dos locais onde é possível preparar os indivíduos para as mudanças necessárias para a superação da exploração.

A educação formal não é um fim em si mesmo, apenas um meio, em que os indivíduos se preparam para a vida, sem, contudo, ser ela própria a vida. Por outro lado, a educação, no sentido mais amplo, não é um meio, mas um fim em si mesmo, ou seja, o local privilegiado onde os homens firmam sua existência. A educação no sentido amplo surge no momento imediatamente posterior ao trabalho, pois, sem educação não é possível estabelecer as relações sociais que caracterizam o próprio trabalho como condição ontológica do ser social.

A clareza com que Tragtenberg percebe os problemas da educação formal e tradicional (influenciado pela trajetória da sua vida pessoal) o faz recusar a educação como forma de emancipação.

³⁵ “Ainda nesse ponto, citamos um último exemplo. Em 1987, um jovem escritor, de origem operária e autodidata, procura o mestre para pedir-lhe ajuda para a divulgação de seu livro. Esse jovem esperava encontrar um intelectual dentro do figurino: uma estrela, alguém que aparenta situar-se acima dos comuns dos mortais. Surpreso, constatou que a vaidade não é uma ‘qualidade’ inerente ao intelectual. Com seu exemplo, Tragtenberg mostrou-lhe que os mestres, doutores e outros titulados no meio universitário podem ser pessoas simples, humildes e honestas e solidárias. Referimo-nos à humildade sincera e desinteressada, e não àquela que é própria dos demagogos.” (SILVA, 2001, p. 125)

³⁶ RESENDE (2001, p. 138), citando Tragtenberg em artigo publicado no jornal Notícias Populares: “Para Freud, a maior perda do ser humano é a morte do pai. É o que sinto com a morte de Sacchetta [ao qual muito deve de sua] cultura política, no sentimento de solidariedade com os que nada têm; a noção de luta como integrante do cotidiano contra a exploração e opressão; o ódio ao carreirismo político e o desprezo aos canalhas, que usurpam a fala do trabalhador, para legitimar suas prebendas burocráticas; o desprezo pelos heróis sem caráter, os macunaímas, que servem a todos os governos, ontem à ditadura, hoje à democracia.”

³⁷ “O que mais caracterizava Maurício como pessoa, como orador e como militante era o humor, a auto-ironia, a falta de agressividade – e, ao mesmo tempo, a intensidade do compromisso com a causa dos explorados.” (LÖWY, 2001, p. 32)

Para compreender as concepções de Tragtenberg sobre a educação e as organizações educacionais, antes é necessário entender qual seu entendimento em relação a organização política do trabalho.

3. A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DO TRABALHO EM TRAGTENBERG

A concepção de divisão do trabalho, em Tragtenberg, acompanha a teoria de Marx sobre o tema, para quem ela só se torna efetivamente divisão quando há cisão entre o trabalho material e o trabalho intelectual. “A partir desse momento, a consciência pode se convencer que é algo distinto da ‘consciência da práxis’ na realização. Constrói-se uma representação de alguma coisa sem representar algo efetivo. Desse momento em diante, a consciência emancipa-se do mundo concreto e está pronta para entregar-se à pura teoria, ou seja, a filosofia, a moral, a ética, a metafísica, etc.” (MARX, 2001b, p. 12-13)

Com essa concepção de Marx, Tragtenberg faz uma série de críticas e observações em relação às atividades do professor, que se distancia da realidade concreta do trabalho. Assim, a maioria dos professores exerce uma atividade “ideológica”, exatamente por fazer da sua profissão uma representação intelectual das múltiplas relações concretas do trabalho.

Conseqüência dessa separação é que os professores passam a acreditar que, pela força do pensamento (ou consciência), é possível mudar a realidade. No entanto, essa “falsa” idéia de poder, mesmo nas teorias mais críticas e esclarecedoras (no sentido definido por Adorno e Horkheimer no livro “Dialética do Esclarecimento”) é apenas teoria “pura”, sobretudo, quando não corresponde à realidade prática e concreta. Essa idéia tem correspondência em Marx (2001b, p. 26-27), para quem

A divisão do trabalho só se torna efetivamente divisão do trabalho a partir do momento em que se opera uma divisão entre o trabalho material e o trabalho intelectual. A partir desse momento, a consciência pode de fato imaginar que é algo mais do que a consciência da prática existente, que ela representa realmente algo, sem representar algo real. A partir desse momento, a consciência está em condições de se emancipar do mundo e de passar à formação da teoria “pura”, teologia, filosofia, moral, etc. Mas, mesmo quando essa teoria, essa teologia, essa filosofia, essa moral, etc. entram em contradição com as relações existentes, isso só pode acontecer pelo fato de as relações sociais existentes terem entrado em contradição com a força produtiva existente.

É fato, também, que Marx tinha clareza de que, quando as teorias são apoderadas pelas massas, elas criam poderes materiais e, por isso, podem ter potencial revolucionário. Essa afirmação pode ter motivado Tragtenberg a alimentar durante tanto

tempo esperanças em relação ao papel do professor na sociedade, mesmo sendo um crítico às posturas dos professores.

De fato, a divisão entre trabalho material e trabalho intelectual está no centro da discussão do trabalho, fato que se manifesta, também, na classe dominante, separando os indivíduos em duas categorias. “Uns, serão os pensadores dessa classe (os ideólogos ativos, que teorizam e fazem da elaboração da ilusão que essa classe tem de si mesma sua substância principal), ao passo que os outros terão uma atitude mais passiva e mais receptiva em face desses pensamentos e dessas ilusões, porque eles são na realidade os membros ativos dessa classe e têm menos tempo para alimentar ilusões sobre suas próprias pessoas.” (MARX, 2001b, p. 49)

No contexto da indústria moderna, Braverman (1981, p.70) afirma que a “distribuição das tarefas, ofícios ou especialidades da produção” difere de todas as épocas anteriores, sobretudo, porque nenhuma forma de produção subdividiu antes o trabalho de forma tão sistemática e em operações tão limitadas.

Essa compreensão em relação à divisão do trabalho no sistema de capital é compartilhada também por Tragtenberg em relação à educação. Prova disto é que o

conhecimento escolar é usado no quadro de problemas surgidos da prática escolar com os objetivos definidos: dar notas, classificar e sancionar os indivíduos. Isso porque há uma separação entre as práticas escolares e as práticas produtivas em geral. A separação escolar é chave na determinação do papel no conjunto de relações da sociedade atual. Isso é devido à divisão entre trabalho material e o intelectual, entre teoria e prática. Toda escolarização é por sua natureza conservadora, pois é ela quem legitima a separação entre a consciência e a prática. (TRAGTENBERG, 2004, p. 54)

Na educação, a divisão do trabalho sofre os mesmos efeitos da indústria. Apesar de certa resistência e das pequenas diferenças, a educação subordinou-se à forma dominante de produção, assim como na indústria, procedeu à divisão técnica do trabalho por meio do parcelamento das tarefas de execução e produção na educação, dividido, ainda, entre trabalho manual e trabalho mental. Nas aulas expositivas, por exemplo, o professor que reproduz o conhecimento gerado por outro, exigindo dos seus alunos a absorção literal dos conhecimentos de terceiros, na realidade está executando o mesmo trabalho manual realizado pelos operários, cuja diferença reside no fato de que as “mãos” dos professores são suas gargantas. Nada muda quanto à natureza da atividade, pois o conhecimento reproduzido tem o mesmo sentido que as máquinas têm para os operários.

O trabalho mental, nesses contextos da educação, é exercido, em muitas situações, pelos professores pesquisadores. Muitos podem ser classificados como os ideólogos da educação, pois eles são os criadores das teorias, dos conceitos e dos conhecimentos que asseguram a reprodução da educação. A relação entre o professor da atividade manual e o da atividade mental exprime a divisão do trabalho na atualidade. Essa dependência faz com que “os próprios indivíduos sejam completamente subordinados à divisão do trabalho e, por isso mesmo, colocados em dependência uns dos outros. (...) De início, a divisão do trabalho inclui também a divisão das condições de trabalho, instrumentos e materiais e, com essa divisão, o fracionamento do capital acumulado entre diversos proprietários e, em seguida, o fracionamento entre capital e trabalho, bem como as diversas formas da própria propriedade.” (MARXB, 2001, p. 80-81)

Conforme afirma Marx (2001b, p. 28), “a divisão do trabalho e propriedade privada são expressões idênticas – na primeira se enuncia, em relação à atividade, aquilo que na segunda é enunciado em relações ao produto dessa atividade.” Uma nação com as forças produtivas desenvolvidas manifesta, na realidade, o grau de desenvolvimento alcançado pela divisão do trabalho.

Evidente que alguns professores têm consciência das limitações do seu trabalho no contexto das organizações burocráticas e da divisão do trabalho. Fato é que Tragtenberg adotava uma postura radical em relação à crítica aos professores, muito em função da sua vinculação com o pensamento anarquista e com suas experiências com as organizações burocráticas da educação.

Outro entendimento importante é o de divisão social do trabalho. Em Marx (2001b), a divisão social do trabalho é “a totalidade das formas heterogêneas de trabalho útil, que diferem em ordem, gênero, espécie e variedade”. A divisão social do trabalho pode ser entendida como o sistema complexo que se dá na troca entre capitalistas individuais, independentes, mas que competem uns com os outros.

A distinção entre a divisão social do trabalho e a divisão técnica do trabalho é apresentada por Braverman (1981, p. 72-73): “A divisão social do trabalho é aparentemente inerente característica do trabalho humano tão logo ele se converte em trabalho social, isto é, trabalho executado na sociedade e através dela. Muito contrariamente a essa divisão geral ou social do trabalho é a divisão do trabalho pormenor, a divisão manufatureira do trabalho. Essa é o parcelamento dos processos

implicados na feitura do produto em numerosas operações executadas por diferentes trabalhadores. (BRAVERMAN, 1981, p. 72-73)

A divisão social do trabalho subdivide a sociedade de uma forma geral, a divisão técnica do trabalho, por meio do parcelamento das atividades, faz do homem um ser alienado. Enquanto a divisão técnica do trabalho é o gérmen das diferenças, a divisão social é sua conseqüência, ou seja, enquanto a primeira é a ação que leva as diferenças sociais, a segunda é sua manifestação. “O fato da divisão do trabalho implica uma separação entre o esforço produtivo e as satisfações desfrutadas, que se reflete nessa dupla natureza de todo objeto comerciável.” (BRAVERMAN citando ASH, 1981, p. 73)

As afirmações anteriores são compartilhadas por Tragtenberg. Na sua obra, tanto nos escritos considerados acadêmicos como na sua militância política na coluna “No Batente”, a compreensão da divisão do trabalho como fenômeno originário das diferenças sociais é uma realidade consistente. É importante salientar, ainda, que, para Tragtenberg, a divisão do trabalho no contexto atual ganharia novas configurações, sobretudo pela complexidade das organizações. Por isso,

A grande empresa, por suas dimensões e influência monopolística no mercado, permite planejamento em longo prazo da produção. A minimização da concorrência permite a redução da instabilidade, o que cria as condições para o planejamento; A grande divisão de trabalho entre os que pensam e os que executam se realiza na grande empresa. Aqueles fixam o progresso da produção, descrevem os cargos, fixam funções, estudam métodos de administração e normas de trabalho; criam as condições econômicas ao surgimento do *taylorismo*. (TRAGTENBERG, 1974, p. 71)

A relação entre divisão do trabalho e burocracia é direta e a segunda é conseqüência da variedade, complexidade e especialidade com que a divisão técnica do trabalho vem atingindo. A separação entre os que pensam e os que executam é cada vez maior. Para organizar todas essas transformações, o planejamento, na qualidade de uma das quatro funções essenciais da administração, é a técnica de racionalização que garante a continuidade organizativa da crescente divisão técnica do trabalho. Para aprofundar parcelamentos maiores, as incorporações tecnológicas devem propiciar uma especialização crescente. Com a harmonização necessária causada pela divisão dos que “pensam” e dos que “executam”, o planejamento ganha importância nas configurações atuais de organização da produção. Esse fato é identificado no modelo *toyotista* de produção, em que o planejamento chega à menor unidade produtiva, a ilha de produção. Entretanto, esse planejamento não resolve o problema originário do parcelamento do trabalho, apenas ameniza, porque o poder da separação entre os que “pensam” e

“executam” continua, ganhando nova conotação. Os operários permanecem alheios e afastados das decisões realmente importantes.

As críticas de Tragtenberg são sempre radicais e direcionadas aos aprimoramentos com que a divisão do trabalho chegou à atualidade. Os aperfeiçoamentos da gestão (como forma de harmonização entre a divisão técnica do trabalho, a burocracia instalada e o planejamento; como técnica para garantir a antecipação de possíveis problemas internos e instrumento de adaptações da organização em relação às mudanças externas) para além das ações diretas da produção são criticados por Tragtenberg de forma consistente e pertinente, conforme demonstra o exemplo:

O empresariado, pelos departamentos de recursos humanos, procura impor um dos mais arrojados tipos de escravidão. Cansado de explorar o corpo produtivo do operário, volta-se para a exploração da mente produtiva da mão-de-obra, a baixíssimo custo, manejando a teoria da motivação. No Rio, uma empresa chegou a formar os Escoteiros da Qualidade, uniformizados com roupas de cor diferente do operário comum, que se sentem superiores à média e denunciam à direção o que lhes parece uma falha. Noutra, o pessoal dos CCQs usa medalhas. Quem se nega a participar é demitido. Em troca do aumento da produtividade, elogios. O trabalhador no Brasil em troca desse esforço produtivo ganha medalhas, chaveiros, bonés, distintivos, participa de disputa de taças³⁸.

A postura atenta em relação aos aperfeiçoamentos dos mecanismos de exploração e sua denúncia para quem estava diretamente no processo (os operários) é uma constante em Tragtenberg. Isso é facilmente comprovado nos escritos que habitaram a coluna destinada aos operários e aos trabalhadores em geral, “No Batente”. Essa preocupação em compreender a fundo o controle e as formas cada vez mais aprimoradas de gestão é verificada nos escritos de FARIA (2004), pesquisador influenciado por Tragtenberg e que estuda com profundidade e rigor científico a temática do poder e do controle nas organizações.

Tragtenberg avalia “as idéias da harmonização das relações entre capital e trabalho³⁹” (SILVA, 2001, p. 209). Entre as formas de gestão, o taylorismo é avaliado minuciosamente, sobretudo pela sua presença no contexto em que se dedicou à escrita para a comunidade operária. A compreensão minuciosa do taylorismo leva, sem dúvida

³⁸ Ainda sobre o controle da qualidade total (2). Publicado no jornal Folha de São Paulo, em 28/7/1982.

³⁹ “O messianismo administrativo de Taylor parte da função providencial do empresário, que existe para satisfazer os interesses da sociedade e o particular do consumidor. Isso motiva a coletividade ao aproveitamento intensivo de suas riquezas, que a Providência colocou sob seu poder, racionalizando a conduta, sua vida diária.” (TRAGTENBERG, 1974, p.74)

nenhuma, a perceber que a origem das desigualdades e dos grandes problemas no sistema capitalista está na divisão do trabalho.

Segundo Tragtenberg (1974, p. 74), no taylorismo “cada operação é decomposta em *tempos elementares*; auxiliado pelo cronômetro. Taylor determina o tempo médio para cada elemento de base do trabalho, agregando os tempos elementares e mortos, para conseguir o tempo total do trabalho, com a finalidade messiânica de evitar o maior dos pecados – a perda de tempo”.

As operações decompostas retiram dos trabalhadores a compreensão do todo, além de fragmentar a consciência dos que estão inseridos na feitura do trabalho. Caso não haja um engajamento político e de formação de uma consciência coletiva voltada não só para o esclarecimento, mas também para a emancipação, os indivíduos tornam-se, eles mesmos, reféns de manipulação “dos tempos” elementares do sistema taylorista de produção.

O taylorismo implica, ainda, na proliferação do trabalho desqualificado. A estrutura burocrática que se ergue da divisão crescente do trabalho, assegura o controle do processo produtivo na administração cada vez mais profissionalizada, além de garantir obediência às ordens (TRAGTENBERG, 1974, p. 194) diluídas nas organizações complexas por meio da consolidação do discurso do profissionalismo ou da valorização da impessoalidade frente à importância sempre maior da organização diante do indivíduo.

Assim, a

racionalização *taylorista* situa-se *fora* do homem; é a razão do homem como agente das relações, tendendo a identificar a natureza humana com a força de trabalho simples, onde se dá o processo de valorização do capital pelo trabalho onde o operário *não* utiliza os meios de produção. São estes que o utilizam. O *taylorismo* aparece como *ideologia da reprodução do trabalho simples*, da acumulação primitiva do capitalismo industrial, onde *a ética da classe dominante surge como a ética da eficiência, que ela traduz.* (TRAGTENBERG, 1974, p. 194)

A divisão do trabalho, por meio da separação entre trabalho manual e trabalho intelectual, define os que fazem e os que pensam. Todas as implicações ideológicas (morais, culturais, políticas e demais) são sedimentadas por meio de uma burocracia erigida para garantir a separação e a distinção entre os que executam e os que decidem.

Por isso é que “as pessoas alienam-se nos papéis e estes se alienam no sistema burocrático.” (TRAGTENBERG, 1974, p. 196). Essa alienação é intensificada pelas opções “inesgotáveis” de produtos à disposição, na mesma medida com que se inserem

no intenso parcelamento das tarefas em que se tornou o trabalho na atualidade. Para justificar essa redução do indivíduo alienado da relação trabalho e consumo, o “taylorismo soube apresentar o objetivismo sob a máscara de ciência.”

Apesar dessa tendência alienante, a possibilidade de resistência é possível por meio do engajamento político de quem é reduzido a mera relação de produção e consumo. O exemplo disso, segundo Tragtenberg, é que

pela prática através da participação na Comissão de Fábrica aprende o operário que na fábrica existe uma divisão do trabalho a que ele deve obedecer, fora da fábrica aprende que a política é para ser praticada nos partidos, reivindicações econômicas nos sindicatos, o saber está confinado às escolas e a TV e o rádio definem o que tem e o que não tem valor cultural. Sua própria vida é dividida em fragmentos estanques. É a prática de sua luta através das Comissões que lhe dá elementos para posicionar-se no plano político, econômico e cultural. Ele aprende através da “escola de luta”⁴⁰.

Essa visão foi defendida por Tragtenberg durante muito tempo, inclusive nos seus escritos na coluna “No Batente”.

Em Tragtenberg, a compreensão dos mecanismos de controle e das conseqüências da divisão do trabalho possibilita sua convicção de que a educação, nas suas diversas formas de aprendizagens, não constitui uma dimensão à parte. Pelo contrário, indicam que a educação não é um caso à parte no tocante às conseqüências da divisão do trabalho no sistema de produção capitalista. Para Tragtenberg, a escola é a própria fábrica com todos os seus problemas e deficiências. Todavia, essa semelhança entre a fábrica e a escola não é uma relação funcionalizada ou de simples causa e efeito, dentro da perspectiva de que a educação e as organizações relacionadas a ela expressam um microcosmo do que ocorre na sociedade. Essa idéia é ingênua e contraditória. A escola é uma organização essencialmente de produção da ideologia dominante. Mesmo o pouco espaço de resistência se transforma em um elemento de confirmação da regra da tendência totalitária, por meio de exceções que, quantitativamente, são inexpressivas em relação ao todo.

É por isso que

A educação, como a religião e o direito, não tem uma história à parte; constitui-se em parte integrante do todo social, captado por suas determinações econômico-sociais. O importante é reter que a forma assumida pelo processo de trabalho determina as características e o significado da educação. À medida que, com a manufatura, as operações no processo de trabalho são cada vez mais subdivididas, as subdivisões isoladas se constituem em função de um trabalhador, o conjunto de funções e operações constitui o trabalhador coletivo, formado por muitos trabalhadores parciais. Com isso, reduz-se o

⁴⁰ Um resultado da auto-organização. Publicado no jornal Folha de São Paulo, em 4/12/1983.

tempo requerido para formação do trabalhador individual e a aprendizagem é limitada a um número de operações. (TRAGTENBERG, 2004, p. 77-78)

A relação entre o universal e o particular apresenta-se de forma bastante evidente também na educação. A escola é a fábrica, cujo produto – a educação formal – pelos operários professores segue a mesma lógica da divisão do trabalho da fábrica tradicional. O taylorismo, com todas as suas características, apresenta-se como o modelo a ser seguido.

Apesar dessa semelhança, a educação formal tem outro papel, também alinhado com a necessidade da formação ideológica dos trabalhadores. A “introdução da técnica e a ampliação da divisão do trabalho, com o desenvolvimento do capitalismo, levam à necessidade da universalização do saber ler, escrever e contar. A educação já não constitui ocupação ociosa e sim uma fábrica de homens utilizáveis⁴¹.” (TRAGTENBERG, 2004, p. 46)

A preocupação da educação é formar indivíduos cada vez mais aptos a se adaptarem ao local de trabalho, sobretudo, imbuídos da responsabilidade de alterar seu comportamento em função das mudanças sociais ou organizacionais. O saber ler, escrever e contar é, portanto, um saber que se constitui como um meio, ou seja, um instrumento que viabiliza a adaptação dos trabalhadores às regras definidas pela organização e dentro de uma ideologia capitalista que precisa ser seguida. Em algumas situações, “não interessam, pelo menos nos países industrialmente desenvolvidos, operários embrutecidos, mas seres conscientes de sua responsabilidade na empresa e perante a sociedade global”. (TRAGTENBERG, 2004, p. 46). É a “consciência da adaptabilidade”, ou seja, aquisição de habilidades e competências que transformam o trabalhador em “funcionário domesticado”.

Nesse processo, “há um deslocamento do conhecimento do trabalhador individual ao coletivo e deste ao capital, que culmina com a indústria moderna, na qual a ciência aparece como força independente do trabalho e a serviço do capital.” (TRAGTENBERG, 2004, p. 78). Essa transformação, ou deslocamento de conhecimento, é estudada por FARIA e MENEGHETTI (2001), que avaliam o processo de produção *toyotista*. Caracterizado como um fordismo de base microeletrônica, o

⁴¹ O taylorismo tem a finalidade de eliminar o poder de decisão do operário, transformá-lo numa máquina. A organização moderna é a instituição em que se realiza a relação de produção que constitui a característica de todo o sistema social, é o mecanismo de exploração e se rege pela coerção e manipulação. A substância da organização não é um conjunto funcional, mas sim a exploração, o boicote e a coerção. (TRAGTENBERG, 2004, p. 46)

conhecimento individual e coletivo é apropriado pelo capital por técnicas de gestão que reforçam valores como a solidariedade, cooperação, compartilhamento de responsabilidades e colaboração entre os trabalhadores. Esses valores, na realidade, são instâncias de mediação que favorecem a apropriação de saberes, científicos ou não, dos trabalhadores para o capital.

Tanto no *taylorismo* como no *toyotismo*, em graus e formas diferentes, “a qualificação para o trabalho passa a ser controlada por este [o capital]. Na medida em que o capital detém o conhecimento, ele funda uma distribuição diferencial de saber que legitima a existente na esfera do poder. Constituindo-se em qualificações genéricas, a força de trabalho pode ser formada fora do processo produtivo: na escola.” (TRAGTENBERG, 2004, p. 78)

A escola, assim, é a organização que reforça a separação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual. Sua constituição pedagógica está muito mais voltada para a “preparação” ideológica do que para o aprendizado do trabalho propriamente dito. No ensino superior, por exemplo, o discurso frequente, de que a universidade é o local da teoria, enquanto a empresa é o local da prática, é uma constante. O que se ensina nos cursos da área de negócios, por exemplo, é essencialmente ideologia. Adaptação às mudanças, relacionamento interpessoal, liderança, motivação, empregabilidade e demais são os jargões da moda. Os alunos que não internalizam esses “conceitos” inevitavelmente sofrerão para encontrar um trabalho ou para se adaptar a uma organização. Os cursos da área de negócios, portanto, funcionam como um laboratório de “explorados felizes”.

Conforme as idéias de Tragtenberg, todo esse esquema é estruturado por um

taylorismo intelectual, a divisão do conhecimento em compartimentos estanques definidos pelos nomes das disciplinas contidas nos Programas de Curso, transforma o professor, o trabalhador do ensino, num tipo social tão premido pela divisão social do trabalho intelectual quanto o trabalhador do vidro ou metalúrgico, premido pela divisão social do trabalho. A situação do pesquisador, universitário ou não, não é basicamente diferente. A pesquisa numa sociedade de classes tende a servir à reprodução da dominante. Os resultados obtidos pelos cientistas não são mais do que a transformação, em fatos, de recursos procedentes da classe trabalhadora e que contribuem a médio ou longo prazo para aumentar o grau de exploração que esta sofre. Exploração à qual não foge o pesquisador, inserido num universo burocrático e alienante. (ACCIOLY, 2001, p. 79)

A educação presenciada resulta de uma lógica de organização do trabalho presente em todas as instâncias da produção. Além do caráter repressor da educação, ela se configura, ainda, num instrumento de criação dos elementos que intensificam e

justificam as diferenças sociais. Se, por um lado, Tragtenberg analisa o avanço do *taylorismo* na educação, por outro, fica evidente a necessidade de se conhecer como o *toyotismo* avança na educação, na atualidade. Além disso, ocorre, ainda, a necessidade de conhecer como a ideologia criada e reforçada pelas organizações burocráticas da educação se materializa, de maneira a se tornar num dos principais mecanismos de garantia da manutenção da ordem social.

Portanto, o *taylorismo* é uma realidade na educação por questões estruturais do sistema de produção capitalista. “É impossível oportunidades educacionais iguais para todos, se as oportunidades econômicas e sociais são desiguais. Por isso, mantida a exploração do trabalho pelo capital, a chamada ‘igualdade de oportunidades’ garantida pela lei no acesso à educação se reduz a uma farsa.” (TRAGTENBERG, 2004, p. 200). A educação não define os componentes estruturais do sistema de produção capitalista, apenas cria as situações conjunturais que questionam ou reforçam a estrutura economicamente dominante.

Após a reflexão feita por Tragtenberg acerca do *taylorismo* na educação, “a separação entre ‘fazer’ e ‘pensar’ se constitui numa das doenças que caracterizam a delinquência acadêmica. (...) a delinquência acadêmica caracteriza-se pela existência de estruturas de ensino em que os meios (técnicas) se tornam fins, os fins formativos são esquecidos”. (TRAGTENBERG, 2004, p. 17-18). Posteriormente, verificar-se-á que a delinquência acadêmica não ocorre somente no plano do ensino. A pesquisa científica é o campo associado da educação que sustenta e fundamenta a delinquência, pois, é o “fazer” que, de antemão, é orientado por um “pensar” transformado em conhecimento como produto e como instrumento. A pesquisa científica é um dos campos mais férteis para se conhecer como a ideologia se materializa e se transforma, ela mesma, em meio produtivo.

A educação, no sentido estrito de formação para o trabalho, no *taylorismo*, é caracterizada por uma pedagogia prática, que exige muito mais destrezas manuais do que mentais. É por isso que “o método Taylor é oriundo da aplicação de um esquema *empírico como método* onde o conhecimento surge da evidência sensível e *não* da abstração. O objeto do conhecimento é concreto. O método baseia-se em dados singulares observáveis, isso limitando a possibilidade de generalização. Na essência, presidindo tudo, está uma atitude descritiva onde o importante é o *como* e não o *porquê* da ação.” (TRAGTENBERG, 1974, p. 72)

O *taylorismo* estabelece, assim, adaptações e ajustes aos cargos descritos pela administração, que, somados à pedagogia prática e alienante do sistema de produção *taylorista*, exigem adaptações dos trabalhadores aos parcelamentos das tarefas, de tal ordem que as minúcias das tarefas são particulares daquela organização ou processo produtivo. Conforme Tragtenberg (1974, p. 72) afirma,

A especialização extrema do operário, no esquema de Taylor, torna supérflua sua qualificação. A qualificação do operário é supérflua, na medida em que a grande empresa pressupõe alta divisão de trabalho que contribui para facilitar a tarefa e constante troca de indivíduos, incorporando forças de trabalho ainda não desenvolvidas e ampliando o mercado de trabalho. O *taylorismo* implantado permite altos lucros com baixo nível salarial, em curto prazo, a custo de tensões sociais. Sua implantação pressupõe os seguintes pré-requisitos: (i) a existência de empresas com grande poder econômico e político; (ii) debilidade sindical dos operários; (iii) ausência de legislação social; (iv) predomínio da oferta sobre a procura no mercado de mão-de-obra.

A qualificação no *taylorismo*, portanto, é de ordem instrumental, na atualidade, chamada de especialização. No ensino, inclusive, está associada aos cursos de pós-graduação *Lato Sensu*, apesar de terem componentes curriculares altamente ideológicos nos cursos da área de administração – ou modernamente chamados de gestão. A qualificação, portanto, resulta de um processo de semiformação. O trabalhador prepara-se para atender às necessidades da função específica do parcelamento do trabalho em que está inserido no processo produtivo. A especialização está associada à necessidade da execução de uma tarefa no interior de uma divisão específica do trabalho e não em função das necessidades específicas do trabalhador. Especializa-se para atender à execução eficiente da atividade, independente de quem a execute, e não em função do trabalhador que a realize.

O avanço incessante da divisão do trabalho leva à

evolução do trabalho especializado, como situação transitória entre o sistema profissional e o sistema técnico de trabalho, a desvalorização progressiva do trabalho qualificado e a valorização da percepção, atenção, mais do que da habilidade profissional, inauguram a atual era pós-industrial. O conjunto volta, na empresa, a ter prioridade sobre as partes: então, ela alcança alto nível de automação. Efetua-se a mudança do operário *produtivo* para o de *controle*. A nova classe operária vai caracterizar-se pelo predomínio de funções de comunicação, sobre as de execução. Numa fábrica automatizada, torna-se impossível manter a ficção de uma hierarquia linear simples (modelos Taylor-Fayol); são necessários especialistas funcionais que devem *comunicar-se* entre si. O princípio organizacional não se estrutura na hierarquia de comando; ele se define na tecnologia que requer a *cooperação* de homens de vários níveis hierárquicos e qualificações técnicas. O operário de controle, nesses sistemas, só poderá ser considerado elemento qualificado, na medida em que lograr decodificar os sinais observados. O sistema técnico de trabalho liga-se às formas de organização. Daí a possibilidade de uma divisão de

funções mais dinâmicas. A elevação do nível de cultura e o abandono do nível *taylorista*, que separa radicalmente, no trabalho, a concepção de execução, são os fatores que permitirão maior utilização da mão-de-obra. (TRAGTENBERG, 1974, p. 80)

A mudança do trabalhador “fazedor” para o de controle, em função da especialização, ganha importância com os avanços da tecnologia. Na atualidade, a incorporação da microeletrônica na produção – representada principalmente pelo modelo *toyotista* de produção – intensifica a necessidade de qualificar os trabalhadores para saber controlar duas dimensões essenciais: o tempo e o espaço (HARVEY, 1998).

Por isso, o *toyotismo* não deve ser qualificado como um modelo produtivo inovador, mas apenas como uma forma específica de produção em que espaço e tempo são modificados por uma necessidade eminente de organização frente à crise de acumulação do capital. Essas observações, consolidadas em autores que avaliam o contexto atual da produção, são discutidas na sua essência já nas reflexões de Tragtenberg. Discursos que omitem essa lógica são denunciados, assim como racionalidades que tentam justificar a implementação da tecnologia:

Yosuihiro Komori, dirigente da entidade de classe japonesa, afirmou que aplicação de robôs na escala industrial de seu país foi bem recebida pelos operários. A economia japonesa exige que se mantenha um crescimento anual de 6%. O aumento populacional, no entanto, se mantém numa taxa de 1,1% e o crescimento da escolaridade japonesa faz com que a oferta de mão-de-obra para a produção se limite a 0,7% ao ano. O empresário japonês esclareceu que existe uma demanda não atendida de 840.000 trabalhadores por ano, o que só pode ser suplementado através do uso dos robôs⁴².

Para Tragtenberg, portanto, a “infra-estrutura tecnológica acompanha a emergência do sistema fabril, que consiste na reunião de um grande número de trabalhadores numa só fábrica, disciplinando o operário.” (TRAGTENBERG, 1974, p. 61). A tecnologia acompanha o movimento de acumulação do capital. Com a acumulação flexível, o processo de reestruturação produtiva exige da tecnologia novos mecanismos que atendam às necessidades de formas diferenciadas de controle e indicadores de produtividade compatíveis com a nova realidade. Assim, na terceira fase de industrialização, os ofícios tradicionais perdem espaço para as novas formas de trabalho. “Os ofícios qualificados subdividem-se, especializam-se, embora outros ofícios, que continuam qualificados, percam parte de seus valores. Os novos ofícios estão na dependência de uma máquina que sofre aperfeiçoamento contínuo. A maquinaria específica dessa nova divisão de trabalho é o trabalho coletivo, como

⁴² NO BATEMTO- ROBÔS BENEFICIAM EMPRESAS. Publicado no jornal Notícias Populares - São Paulo, 05/01/83.

continuidade dos trabalhos parciais. A especialização impede que o aprendiz passe a ajudante e este a companheiro; o trabalho como elemento da ascensão social implicará a *educação permanente*. (TRAGTENBERG, 1974, p. 70)

A educação permanente, presente no discurso corrente das organizações capitalistas, na realidade, decorre de uma necessidade e tem por objetivo criar condições de adaptações rápidas dos trabalhadores em relação à tecnologia. Há outro elemento essencial a reforçar esse discurso ideológico, a adaptação comportamental, levando a que o próprio comportamento seja essencial para a acumulação. No plano micro, toda organização e “conhecimento” criados pelo capital, visando à manipulação psicológica, tornam-se, elas mesmas, materialidade da ideologia, ou seja, elementos importantes e indispensáveis, que se incorporam ao modo de produção.

Esse movimento já é descrito por Tragtenberg em relação à Escola de Relações Humanas, conforme se verifica:

Tem-se o surgimento da Escola de Relações Humanas de Mayo, como resposta intelectual a um sistema industrial onde a alta concentração do capital fora traduzida na formação de grandes *corporations*, em que as formas de regulamentação da força de trabalho do operário efetuadas por via autoritária direta (esquema Taylor-Fayol) *cedem lugar à sua exploração* de forma indireta: *pela manipulação do operário por especialistas*, os quais, por sua vez, *são instrumentos manipulados pela direção das empresas*, onde a força de trabalho é recrutada pelos chamados *conselheiros psicológicos*, especialistas em *relações humanas e relações industriais*. Da mesma forma que os meios de produção no contexto capitalista usam o trabalho operário, em nível administrativo, *usam* o saber especializado do *human-relations*, geralmente formado por *Business School* e reproduz no nível pedagógico os conceitos e as relações de dominação do sistema econômico-político, formando *agentes* desta reprodução em contato com a mão-de-obra *livre* no interior da empresa. Em Mayo, encontramos a lógica da eficiência *taylorista* redefinida como lógica da cooperação; insere-se ele na *tradição* Taylor-Fayol: os interesses da administração *coincidem* com os interesses dos operários. (TRAGTENBERG, 1974, p. 197)

Não basta, portanto, o aprimoramento do processo produtivo, faz-se necessário incorporar à produção elementos de controle rebuscados, seja por meio de elementos de subsunção, real ou imaginária, do trabalhador em relação ao capital. A especialização decorrente atinge os aspectos da técnica de produção, mas também dos elementos que promovem o sequestro da subjetividade⁴³ do trabalhador.

⁴³ O sequestro da subjetividade do trabalhador passou a se intensificar com os novos modelos de controles psicológicos viabilizados por uma reorganização dos modelos de produção e gestão, representados, atualmente, pelo toyotismo. Técnicas como o *team work*, *kaizen*, *just-in-time*, *CCQ's*, *TQC*, são capazes de propiciar o sequestro da subjetividade do trabalhador, intensificando o ritmo de trabalho e precarizando as condições físicas e psicológicas do ambiente de trabalho, submetendo o trabalhador à lógica da acumulação ampliada do capital. São as cinco formas de sequestro da subjetividade: (i) Sequestro pela identificação: refere-se à condição de ajustamento ao imaginário instituído pela

Segundo Lukács, a gênese da concepção de especialização está na separação entre sujeito e objeto, por isso, tanto a ciência como a arte correspondem a formas especializadas de conhecimento. Para conhecer, a consciência necessita, portanto, de “especializar-se” para apreender o real e, assim, várias categorias de análise são criadas pela tensão originada entre o trabalho manual (material) e trabalho intelectual. Outros elementos, que, inicialmente, parecem dissociados da realidade de produção, estão indiretamente associados ao modo de produção capitalista. Falar em “integralização”, como oposto da especialização, somente é possível em outro modo de produção. Além de servir para a intensificação das diferenças entre o pensar e o fazer no contexto do trabalho, a especialização, na atualidade, torna-se sinônimo de fragmentação.

Como elemento intensificador do processo de alienação do trabalhador, essa especialização vai exigir, para mediar a relação entre sujeito e objeto, uma nova apreensão da realidade.

A especialização, vista como parcialização do trabalho, acaba por requerer indivíduos com um imaginário de que ela ocorre por necessidade ontológica do próprio trabalho. Surgem, portanto, os “intelectuais” do capital, indivíduos capazes de criar esferas imaginárias e materializar a ideologia para fazer garantir a reprodução do modo de produção capitalista. Na atualidade, “os intelectuais fazem parte integrante do complexo militar-industrial-acadêmico. Os ‘especialistas de renome’ possuem altos cargos na universidade, constituem-se à imagem da marca da área do conhecimento específico ante o grande público, como Parsons em sociologia, Milton Friedman ou Galbraith em economia, os consultores das grandes fundações”. (TRAGTENBERG, 2004, p. 22-23)

Encontram-se esses “intelectuais” em todas as áreas do conhecimento, inclusive, exercendo uma crítica não voltada para a emancipação, mas como um mecanismo de adaptação para uma realidade mais produtiva e de interesse do capital.

organização que faz com que o trabalhador o considere como parte de si; (ii) Sequestro pela essencialidade valorizada: refere-se ao sentimento, alimentado pelo trabalhador, de indispensabilidade por motivo de merecimento, de crença no reconhecimento, pela organização, de seus méritos; (iii) Sequestro pela colaboração solidária: refere-se ao desenvolvimento de atitudes voltadas à contribuição, pelo trabalhador, para com os projetos organizacionais, através da adesão, do vínculo, do apoio e do envolvimento com os grupos de trabalho; (iv) Sequestro pela eficácia produtiva: refere-se à crença, pelo trabalhador, na colaboração efetiva para com a obtenção de melhores resultados do que aqueles previamente pretendidos; (v) Sequestro pelo envolvimento total: refere-se ao sentimento de entrega, pelo trabalhador, à sedução e ao encantamento proporcionado por valores oferecidos pela organização e que atuam com alicientes de comprometimento. (FARIA; MENEGHETTI, 2007)

As universidades, segundo Tragtenberg, são as grandes formadoras de intelectuais, já denunciada por Gramsci, e responsáveis por especializarem o “exército industrial de reserva”, ou seja, por criarem mão-de-obra “qualificada” para o mercado. As contradições são frequentes no espaço da universidade, não só porque cria contradições, mas porque manifesta contradições situadas no próprio cerne da sociedade. Uma delas é que na universidade “há uma inversão: os filhos das classes A e B, que fazem os melhores colégios, estudam em universidades gratuitas, caso de Rio e São Paulo, e os pobres pagam as particulares noturnas. Porém, o diploma conseguido pelo pobre a duras penas não tem o poder de promover suas ascensão vertical, ele não ascende socialmente, por isso, geralmente se mantém na mesma ocupação. O Banco do Brasil está cheio de datilógrafos com diploma de graduação universitária.” (TRAGTENBERG, 2004, p. 194)

É importante observar que as análises de Tragtenberg são datadas nos anos oitenta e início dos anos noventa. Assim, as críticas precisam ser contextualizadas àquele período histórico. Comparando com a realidade da educação superior posterior a segunda metade dos anos noventa em diante, período da expansão em massa do ensino superior, suas críticas precisam ser relativizadas e reavaliadas. Caso isso não seja feito, é provável o equívoco de julgar de forma inapropriada seus comentários e críticas.

Em relação ao trabalho, se, por um lado, ele é condição ontológica na formação do indivíduo e da sociedade, o trabalho no sistema de produção taylorita/ fordista separa o fazer do pensar. A divisão do trabalho se reflete na alienação dos indivíduos e esta não exclui nenhuma atividade ou profissão, nem mesmo a de professor.

A especialização, nesse contexto, consiste em afirmar a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual, criando no trabalhador a falsa sensação de domínio de determinado conhecimento, quando, na realidade, fragmenta a consciência do próprio trabalhador.

O taylorismo/ fordismo estabelecem uma nova organização burocrática do trabalho. A burocracia consolida-se, assim, dentro de graus de racionalização do trabalho que influenciam diretamente nas organizações relacionadas ao contexto do trabalho. Entre as organizações que são influenciadas, as comissões de fábrica são algumas delas.

Socialista convicto, Tragtenberg acreditava ser a organização dos trabalhadores a condição fundamental para a afirmação de uma nova realidade social. Defensor da autogestão como ponto de inflexão para as transformações no plano econômico,

entendia que um “projeto socialista está vinculado à autogestão da luta pelos próprios trabalhadores, assim como pela autogestão da economia da base ao topo e das demais instituições: hospitais, escolas, empresas⁴⁴.”

A organização dos trabalhadores nas fábricas ressalta a possibilidade de uma nova organização política do trabalho. Por exemplo, Tragtenberg via crédito na “profunda importância que tomaram os Comitês de Fábrica e Comitês de Interfábricas na formação e crescimento do sindicato Solidariedade. Porque, através dele, era a própria classe que dirigia sua luta, sem tutela de ninguém, de nenhum grupúsculo vanguardista ou de intelectuais que além da ditadura científica almejam o poder de Estado para exercerem-na no plano político-econômico⁴⁵.”

As advertências de Tragtenberg para não cair na armadilha da burocracia são constantes na coluna operária. Por várias vezes, alertou sobre a interferência de pessoas que, por força dos interesses particulares, acabavam se aproveitando da força e da estrutura criada pelos sindicatos. Tragtenberg alerta, ainda, em relação à confiança e aos limites da credibilidade que se deve dar para determinados indivíduos⁴⁶.

Apesar dessa crença no movimento operário organizado,

o movimento operário internacional fora corroído por homens da classe média encastelados nos Comitês Centrais dos partidos políticos autodenominados de esquerda, que na prática, ao tomarem o poder de Estado, se convertiam nos maiores carrascos dos trabalhadores, pretextando serem sua vanguarda organizada e consciente. Não entendem esses vanguardistas convertidos em policiais do Estado Socialista que é através do processo de existência real que uma classe operária forma sua consciência político-social, e não por meio de injeções doutrinárias da autodenominada vanguarda constituída na sua maioria de ex-militares e filhos do latifúndio ou da classe média, como é o caso das direções clássicas do PCB⁴⁷.

⁴⁴ Trabalhador não ganha “boas-festas” nem “feliz ano novo”. Artigo publicado no jornal Folha de São Paulo, em 23 de dezembro de 1981.

⁴⁵ Trabalhador não ganha “boas-festas” nem “feliz ano novo”. Artigo publicado no jornal Folha de São Paulo, em 23 de dezembro de 1981.

⁴⁶ “A luta dos trabalhadores poloneses reunidos em torno do sindicato “Solidariedade” é a luta de todos aqueles que pretendam que a classe operária em qualquer lugar do mundo tenha voz e seja ouvida. Nesse sentido, diz respeito aos trabalhadores brasileiros que lutam também pela autonomia e liberdade sindical ante o Estado e quaisquer partidos, independente da fachada “operária”, que tenham que lutar por melhores condições de trabalho e contra a condenação dos sindicalistas do ABC. A repressão polonesa encerra uma grande lição: na sua luta pela sua classe o trabalhador só pode confiar em si e nas comissões surgidas da base. Ao delegar poder a Partido, a burocratas de um Estado, seja fantasiado de “operário” ou não, ele perde poder, está sujeito à morte caso não vá trabalhar “na marra”. Por isso, não pode se deixar levar pelo “canto da sereia” dos discípulos brasileiros do general Jaruscelsky: os adeptos do MR-8 (Hora do Povo), PCB, PC do B e do diabo que for.” Trabalhador não ganha “boas-festas” nem “feliz ano novo”. Artigo publicado no jornal Folha de São Paulo, em 23 de dezembro de 1981.

⁴⁷ Trabalhador não ganha “boas-festas” nem “feliz ano novo”. Artigo publicado no jornal Folha de São Paulo, em 23 de dezembro de 1981.

Essa experiência mostra a força de desarticulação por manipulação da ideologia presente na “classe média”, ou mais especificamente, no “homem médio⁴⁸”, o qual está presente em todos os indivíduos por meio de sua condição histórica.

Tragtenberg comemora quando a classe trabalhadora consegue se organizar fundamentando-se no próprio local de trabalho⁴⁹. Contudo, não se ilude com o poder de sedução do capital e com a invasão da burocracia nas organizações sindicais. Para ele, a unidade da classe é sempre vista como um meio e não um fim. A unidade sindical, portanto, é uma manifestação da tendência de dominação de uns por outros no interior da própria classe trabalhadora⁵⁰. Não quer dizer que não se possa pensar em unidade sindical, mas, em muitas situações, é articulação para privilegiar alguns e concentrar poder.

Por isso, Tragtenberg tem ressalvas em relação à atuação dos sindicatos, porque

o que observamos é que, no processo de suas lutas, o trabalhador cria instituições horizontais (grupo ou comissão de fábrica) e que as instituições existentes, como sindicatos e partidos construídos verticalmente, pretendem ‘tutelar’ ou ‘dirigir’. Uma comissão de fábrica pertence, antes de qualquer coisa, aos trabalhadores que lá

⁴⁸ “O homem médio é o indivíduo representante de grande parte dos homens e mulheres que compõem a massa social, elemento da engrenagem do sistema de produção e consumo que o capitalismo vem sedimentando na consciência desses sujeitos. A subsunção ao capital, seja de forma direta ou indireta, consciente ou não consciente, confirma a vitória do processo de racionalização da sociedade. A informalidade por meio da burocracia e da impessoalidade com que o capital se apresenta no cotidiano das pessoas passa a ser aceita como natural. O domínio da natureza passa, então, a ser a dominação do homem pelo homem. Na maior parte do seu tempo, o homem médio é produtor; tornando-se consumidor, quando deixa de sê-lo. Se reificado antes no processo produtivo, agora, alienado do produto por ele elaborado, o qual desesperadamente deseja consumir para satisfazer, muitas vezes, falsas necessidades. O homem médio é moralmente “fraco”, ou seja, vincula-se à moral de forma a atender seus interesses pessoais e particulares, mediado pelo cálculo utilitário de consequências. Na atualidade, é o indivíduo que deixou de ter sua característica de sujeito da história para afirmar seu individualismo, caracterizado pelas realizações de natureza narcisista e egoísta. Acredita estar sempre certo, mesmo que seus argumentos sejam pouco racionais ou desamparados dos exemplos da realidade concreta.” (BAIBICH; MENEGHETTI, 2005, p. 72-73)

⁴⁹ Ainda a Mercedes Benz e a Reifenhausem não assinaram igual acordo. Razão pela qual os membros da diretoria cassada, tendo o Jair Meneguelli à testa, esperam pressioná-las para que aceitem igual acordo. Essa vitória dos metalúrgicos de SBC mostra que é a organização do trabalhador, a partir do local de trabalho, a condição básica que lhe permite iniciar, desenvolver e controlar o processo de sua luta e reivindicações. Mostra a importância da existência de Comissões de Fábrica representativas no interior das empresas, capazes de falar realmente em nome do trabalhador. Quem constituiu a Comissão de Fábrica? São os próprios trabalhadores, daí ter razão João Bernardo, quando escreve que a vanguarda da classe é a própria classe. O resto é mera empulhação. (No Batente – Vitória dos metalúrgicos do ABC derruba “pacotes” governamentais. Publicado no jornal Notícias Populares, São Paulo-SP, em 20/11/1983.)

⁵⁰ “Quando alguém falar em unidade deve-se perguntar: unidade para o que, com que finalidade? Para os adeptos do sindicato único, atrelado, a unidade é um fim em si mesmo, isso nada quer dizer ao peão. Ele é que deve ser ouvido se quer um sindicato por categoria ou se quer ter a liberdade de formar um sindicato livre, desatrelado, sem ter medo de ser chamado de ‘paralelista’. Quem o chama assim é geralmente ‘pelego antigo’. Se os trabalhadores poloneses ficassem com medo de serem chamados ‘paralelistas’ não criariam o ‘Solidariedade’, onde a maioria da classe operaria se filiou, transformando em sindicato ‘paralelo’ o sindicato oficial. É isso aí. Sem consulta ao peão de nada adiantam receitas de ‘iluminados’” (No Batente -Unidade unicidade sindical? Publicado no jornal. Notícias Populares- São Paulo, 27/06/82.).

labutam, não pertence a partido político algum ou a corrente sindical alguma. Pode a comissão de fábrica apoiar a luta do sindicato da categoria, ou ter entre seus membros trabalhadores que pertençam a partidos políticos, porém ela é autônoma em relação a tudo isso. Isso é muito importante, especialmente porque a comissão de fábrica permite que o trabalhador se apresente na luta e elimina a necessidade do intermediário (seja ‘dirigente’ sindical ou de partido político) representá-lo⁵¹.

A autonomia constrói-se, dessa forma, no plano das comissões de fábrica. Toda estrutura surgida da organização dos trabalhadores na base da produção precisa ser um meio e não um fim em si mesmo.

As instituições intermediárias, como o sindicato e os partidos políticos, são instituições burocráticas que incorporam a mesma lógica das empresas capitalistas. A racionalidade instrumental penetra nessas organizações de tal maneira que a própria gestão dessas organizações é espelhada na gestão das empresas privadas. A administração financeira, a contabilidade, as técnicas de *marketing*, a publicidade e propaganda são semelhantes às das empresas, ou seja, carregam no seu cerne os mesmos princípios ideológicos definidos pelo capital.

No trabalho, ocorre a disciplinação do operário. No processo de trabalho, a qualificação formal atua como um “reforço ideológico”, pois nem sempre os treinamentos ou processos educativos têm relação direta com as competências necessárias para que o trabalhador desenvolva seu trabalho. Por isso, “predominando o capitalismo, nas chamadas funções de supervisão, exige-se diploma universitário. Aí se coloca a função intelectual, não só para produzir mesmo no plano simbólico, como para conduzir a direção moral e intelectual da sociedade de classes, legitimando com seu saber o poder existente e sua distribuição desigual⁵².”

Em Tragtenberg, percebe-se, ainda, que a luta e defesa da classe é um princípio educativo, que surge como legítimo e necessário para a emancipação da classe trabalhadora. Por esse motivo, em muitos escritos direcionados para os operários, identificam-se argumentações, articulações e informações capazes de mobilizar união maior entre o operariado⁵³.

⁵¹ No Batente - Ainda sobre a tão falada unidade sindical. Publicado no jornal Notícias Populares- São Paulo, 30/06/82.

⁵² Universidade e Hegemonia. Publicado em São Paulo, no jornal Folha de São Paulo, em 24/12/1981.

⁵³ “Sem dúvida, é urgente a remoção do entulho autoritário que infelicitou nossa terra nesses últimos 20 anos. A revogação da Lei de Segurança Nacional, a revogação da atual Lei de Greve, que torna inviável e ilegal qualquer greve, a garantia da liberdade de associação do trabalhador, seja urbano, seja rural, seja operário industrial, ou assalariado de empresa estatal. Diremos que estruturalmente isso mudou. O fosso entre os trabalhadores urbanos e rurais permanece, a classe média empobrecida, cada vez mais se expande a rede bancária e fecham fábricas. Porém, conjunturalmente, algo mudou. Verdade que é muito pouco. A

Como elemento estratégico da luta pela defesa da classe trabalhadora, a mobilização de todos é de fundamental importância. Independente da atividade – operário, bóia-fria e outros – todos que estão na posição de trabalhadores assalariados pertencem, a princípio, à mesma classe⁵⁴.

A favor da luta dos trabalhadores, Tragtenberg não faz distinção quanto à área profissional. Sua preocupação em defender a classe trabalhadora extrapola a temática das condições de trabalho ou do salário, opondo-se, inclusive, ao preconceito, de forma recorrente nos seus escritos, conforme se verifica:

Já se incorporou ao vocabulário corrente o termo ‘grevismo’ usado para significar a ocorrência inusitada, descontrolada e leviana de movimentos de greve. O termo mostra um grande preconceito contra o trabalhador, no estilo de antigamente, grevista era visto como ‘baderneiro’, ‘arruaceiro’, ou ‘vadio’. Infelizmente, muitos elementos da elite e da classe média brasileira, incluindo empresários e políticos, ainda vêm o trabalhador dessa forma. (...) O movimento grevista no país apresenta a relação de 1 dia homem parado, na Espanha apresenta a relação 1,5 homem parado e Itália 3 homem/dia parados. Nem por isso, a democracia afundou na Itália ou Espanha. Porque, então, essa gritaria no Brasil? Há mais, em 1989, estamos tendo menos greves que nos últimos dois anos. 1.989 oferece um índice de paralisações igual ao calmo ano do Cruzado 1m 1.986. Austrália tem índice de greves igual ao do Brasil, sabia o Dr. Brizola disso? Por tudo isso, dizemos é pura demagogia de mal informado ou cidadão de má fé falar em grevismo no Brasil. É a velha história: branco quando corre é atleta, negro é ladrão. É o mesmo preconceito⁵⁵.

Detalhe importante se nota nos escritos de Tragtenberg, que sempre são fundamentados ou com informações que sustentam suas argumentações, da mesma forma com que esclarece a quem são dirigidas suas críticas.

Em muitas situações, faz críticas aos grupos organizados, mesmo que a intenção seja de ajudá-los a conquistar novos espaços. Por exemplo, conforme Tragtenberg afirma, “o movimento negro precisa de negros com consciência social e política e não de jabolicabas, negro que reproduz relações sociais de exploração e dominação, que tem

mudança que se vê no horizonte é da liberdade de organização e reunião, que é fundamental para os trabalhadores conjuntamente estruturarem suas reivindicações. Que possam reunir-se em seus locais de trabalho, nas praças públicas, nos seus órgãos de classe, sem sentirem-se delinquir por fazê-lo.” (No Batente – A Nova República. Publicado no jornal Notícias Populares, São Paulo-SP, em 17/03/1985.)

⁵⁴ “Os bóias-frias de Guariba e Sertãozinho sentiram na pele o cassetete democrático e sabem o que é repressão democrática. Sabem também, que somente pela auto-organização qualquer classe dominada conseguirá alguma coisa. Atuando diretamente sem intermediários é que os trabalhadores conseguirão a parte que lhe cabe no você trabalhou o Brasil mudou. Não é político profissional algum que irá fazê-lo.” (No Batente – O Pacto Social: “Cascata da nova República. Publicado no jornal Notícias Populares, São Paulo-SP, em 027/02/1985.)

⁵⁵ No Batente – Grevismo. Publicado no jornal Notícias Populares, São Paulo-SP, em 24/05/1989.

alma branca ou vota no PDS. Negro jaboticaba é aquele que é negro por fora, branco por dentro, com caroço duro de engolir⁵⁶.”

O que Tragtenberg não percebe, e que não comenta, é que as atividades são transformadas em profissões e que cada profissão já está incorporada de racionalidade dominante. Tragtenberg deu pouca importância na incorporação da ideologia diretamente nas tarefas e nas atividades do trabalho.

Em relação aos sindicatos, Tragtenberg vivenciou um período singular do movimento sindical, quando o tensionamento entre capital e trabalho foi marcante, no período entre 1970 e 1980, e o poder da classe social foi posto à prova. Ele defendia: “que o trabalhador metalúrgico e a classe trabalhadora como um todo deve cobrar de seus dirigentes ou líderes sindicais- não importa a fantasia com que se apresentem – é que as negociações ou contatos com chefes de Estado, não sejam feitos secretamente⁵⁷.”

Defensor da transparência nas negociações, Tragtenberg afirma que

nenhum sindicalista autêntico, comprometido com os trabalhadores pode aceitar um encontro fechado ou secreto com nenhuma autoridade, seja governador ou Presidente. Pelo contrário, deve ir acompanhado por companheiros da categoria que testemunham as conversações. Essas, depois, devem ter a maior publicidade possível que deve partir dos chamados líderes sindicais. Sem controle da classe trabalhadora, tais encontros secretos podem transformar-se em conchavos contra a própria classe operária. Isso nenhum sindicalista que se preze pode admitir⁵⁸.

Esse alerta é permanente nos escritos de Tragtenberg, sobretudo, nos textos direcionados aos trabalhadores. Os questionamentos sobre a vinculação dos sindicatos com os partidos políticos, ou ainda com organizações estudantis, desvirtuam o papel originário de defesa da classe trabalhadora, não a partir da base, mas da representação da classe.

Essa relação entre Estado, partidos políticos e organizações de uma forma geral é criticada por Tragtenberg. O Estado chinês é o exemplo disto.

Os sindicatos e as uniões estudantis continuaram atrelados ao partido e ao Estado. As greves de trabalhadores eram proibidas e os grevistas fortemente punidos. Paralelamente, o Estado chinês construiu uma grande máquina de guerra onde o Exército se tornou um dos elementos chaves no poder. Toda vez que após uma revolução, tenha ela o nome que tiver, se cria uma máquina militar hierárquica, burocrática, e que tenha o monopólio das armas ante a classe trabalhadora, esta tende a ser escravizada por quem detém as armas.

⁵⁶ No Batente – Movimento Negro. Publicado no jornal Notícias Populares. São Paulo, 09/06/1982.

⁵⁷ No Batente – A importância do Conclat em São Bernardo do Campo. Publicado no jornal Notícias Populares, São Paulo-SP, em 28/08/1983.

⁵⁸ No Batente – A importância do Conclat em São Bernardo do Campo. Publicado no jornal Notícias Populares, São Paulo-SP, em 28/08/1983.

Esse é o sentido do que ocorre nessa Praça da Paz Celestial onde o poder militar esmagou milhares de pessoas. Tudo isso foi feito “em nome do povo”. A repressão chinesa constituiu uma lição para a esquerda mundial de como a construção de um estado “socialista” significou a morte da Revolução⁵⁹.

Defensor da classe trabalhadora, Tragtenberg sempre esteve atento ao processo de dominação de uma classe sobre outra, de que o grau de burocracia desenvolvido constituía uma das formas de “monitoramento”. No caso da Revolução Chinesa, a simples comprovação do uso da violência e da burocracia crescente como controle social já descaracterizaria o aparecimento do socialismo. Ao contrário, esses dois elementos comprovam que, na China, ocorre o avanço do modo de produção capitalista acompanhado de uma ditadura amparada por uma ideologia repressora.

Esse fenômeno ocorre nesse país, porque a sua história permite as condições materiais de existência para tal fato, uma vez que, desde o regime dos mandarinatos, a população em geral estava “doutrinada” a obedecer e a “tolerar” as diversas formas de violência. O controle das possíveis rebeliões se realizava pelo controle burocrático instituído no plano micro, ou seja, nas organizações formais e não formais, no ambiente de trabalho ou no interior da própria família.

Os sindicatos, unificados pelo discurso da unidade sindical, servem a esse propósito, na medida em que essas unidades sindicais possibilitam controlar e promover a pacificação dos indivíduos. A utilização dos sindicatos⁶⁰ foi um meio para promover a ilusão de participação popular nos processos de controle de uma classe sobre as classes trabalhadoras nos países, que se definem socialistas ou comunistas.

Na Polônia, no ano de 1981, por exemplo, verificou-se que “é que o Estado é propriedade de uma casta de funcionários estatais e do partido único dominante acima citado. Nessa qualidade eles dispõem de privilégios e imunidades e do uso da polícia e do exército contra os trabalhadores poloneses. Tão logo o trabalhador procure organizar-se automaticamente, independente do sindicato atrelado ao Estado, a repressão chega e violenta⁶¹.” Dessa forma, não se pode esperar que os sindicatos sejam

⁵⁹ No Batente - A China de Mao na pior. Publicado no jornal. Notícias Populares - São Paulo, 14/06/89. No Batente - A China de Mao na pior.

⁶⁰ Polônia, ano zero. Artigo publicado no jornal Folha de São Paulo, em 11/07/1986.

⁶¹“A questão sindical ocupava posição central no conflito. Enquanto Trotsky era favorável e realizou a militarização dos sindicatos, Cronstad denunciava, a 8/3/1921, que, “sob a ditadura bolchevista, os problemas de direção dos sindicatos foram reduzidos ao mínimo estrito. Durante os quatro anos do movimento revolucionário na Rússia socialista, os sindicatos jamais puderam tornar-se organismos de classe, devido ao Partido no poder educar as massas pelo método centralizador. Daí a atividade sindical reduziu-se unicamente a recensear – tarefa inútil – os membros de tal ou qual sindicato, a profissão deste ou daquele aderente ou o partido a que pertence. Isso levou as massas operárias a se afastarem dos

formas de libertação da classe trabalhadora, pois, exemplificando, mesmo na situação da Polônia, o sindicato teve pouca influência ou capacidade de defender a classe trabalhadora. O apelo de Tragtenberg sempre se volta para a organização autônoma do trabalhador, a partir do chão de fábrica.

O que ocorre, portanto, é que “por meio do capitalismo sindical, o capitalismo moderno se redimensiona: o capitalista cuida das máquinas, o sindicato cuida da disciplina da mão-de-obra. Noventa por cento das entidades, grupos ou partidos que trazem o nome ‘operário’ têm a finalidade de controlar o operariado.” (TRAGTENBERG, 1986, p.74)

No discurso do coletivo, uma parte das pessoas que estão no comando das organizações burocráticas manipula o imaginário de que representam e são os legítimos defensores da classe trabalhadora. A concepção de que os sindicatos são “máquinas de negociação à cata de mais salários, redução de jornada de trabalho e melhores condições de trabalho, sem perseguir objetivos mais elevados, como o de uma sociedade mais solidária” (DÄUBLER, 1994, p. 26) reduz o papel do sindicato a mero negociador fundamentado em cálculo de custo/ benefício.

A escola, a igreja, a família e outras formas de organizações presentes na sociedade são responsáveis por aprendizagens que introjetam silenciosamente um mecanismo de estabelecimento de cálculo baseado na relação custo/benefício. A lógica da racionalidade instrumental invade a consciência dos indivíduos por meio das próprias relações sociais. Na atualidade,

o fato é que a mão-de-obra sai da empresa para entrar no sindicato burocratizado, ou frequenta a Igreja ou frequenta um partido, os dois estruturados em forma de pirâmide, com níveis de *staff* e linha, com regras rígidas interpretadas legitimamente por outros elementos treinados nesse *mister*, dispondo dos títulos reconhecidos. Em suma, o ritmo é regulado pela escola, exército, empresa, hospital, agência de viagens e, finalmente, o asilo. (TRAGTENBERG, 2004, p. 66)

sindicatos e os gendarmes do bolchevismo serviram-se deles como aparelho auxiliar para explorar as massas. Os sindicatos reorganizados, assim como suas comissões, resolverão o problema da educação das massas em consonância com a construção cultural e administrativa do país. “Deverão animar suas atividades com sopro inovador, tornando-se intérpretes dos interesses do povo.” O Socialismo Blindado do General Jaruzelski. Artigo publicado no jornal Folha de São Paulo, em 16/12/1981.

Outra tática utilizada é a da unicidade sindical⁶². Independente do regime político, manter a unidade sindical favorece o controle efetivo sobre as ações e idéias que dominam o partido, favorecendo a burocracia da administração como planejamento, organização, direção e controle. Assim, a previsibilidade torna-se permanente, deixando a negociação sempre com o mesmo alinhamento e permitindo que “a organização do operariado seja reconhecida como um negócio, como o de qualquer outra empresa, [o que] completa o processo de reificação do homem. A força produtiva de um trabalhador hoje não é apenas induzida pela fábrica e nem apenas subordinada pela liderança dos sindicatos operários.” (HORKHEIMER, 2000, p. 150)

Com os sindicatos agindo e operando nos mesmos moldes das empresas capitalistas, provoca-se o enfraquecimento da classe trabalhadora, por agir como negociadores profissionais, cujos pressupostos são os mesmos utilizados nas negociações entre empresários. A racionalidade econômica é predominante nas relações entre empresários e trabalhadores e toda negociação baseia-se no máximo ganho de eficiência.

O que ocorre, portanto, é que

a tradição sindical e seu poder de atração, o poder central e a autoridade burocrática superior, confiscam aos assalariados o direito e a capacidade de gerir suas próprias lutas. Os dirigentes profissionais dos sindicatos e dos partidos, mesmo aqueles que são verbalmente ‘comunistas’, pelo único fato de existirem e centralizarem tudo, dirigirem tudo, perpetuam a divisão de trabalho e, por consequência, as relações de produção capitalistas no seio mesmo da organização e funcionamento interno das lutas. (TRAGTENBERG, 1989, p. 112)

Para Tragtenberg, o sistema educacional prepara os indivíduos para as organizações burocráticas. Os aprendizados da educação formal preparam os indivíduos para as atividades e tarefas no sistema de produção capitalista. A área de Recursos Humanos, portanto, tem de ser observada minuciosamente, pois cria a política de dominação da organização sobre a objetividade e subjetividade dos trabalhadores. Os sindicatos, nesse processo, devem estar atentos aos mecanismos cada vez mais sutis de

⁶² A classe patronal para manter sua dominação, às vezes, usa a tática da unicidade sindical, é o caso de Salazar, Mussolini e Vargas. Na Polônia, os donos do poder tacham o sindicato Solidariedade de divisionista e se colocam como campeões da unidade sindical, só lá, onde eles dizem que o operário é classe dominante, na hora H, é o único que apanha. Nunca vi classe dominante apanhar, classe dominante bate. Se ela bate em operário é lógico que classe dominante é outra. O que importa é que unidade sindical ou pluralismo sindical não sejam vistos como questões fechadas, mas como recursos táticos que o movimento operário pode utilizar conforme as situações concretas aconselharem. Assim, na Polônia, 12 milhões de trabalhadores escolheram a tática de dividir para depois unir pela base. É importante lutar pela unidade do trabalhador, porém, a partir da fábrica se assim não for será mera empulhação. No Batente - Unidade sindical e democracia. Publicado no jornal Notícias Populares, São Paulo, 09/12/81.

controle e dominação. Entretanto, não é isso que ocorre. Ao contrário, conforme Tragtenberg afirma, os sindicatos “dormem em berço esplêndido.”⁶³

Mesmo assim, é importante afirmar que a classe operária não se integra totalmente à ideologia dominante. Algumas minorias combatem em favor do interesse coletivo, independente de um aparelho sindical corrompido e burocratizado. Mas esses fenômenos são exceções.

O sindicalismo de ‘indústria, marcado por uma tradição e uma vontade de enfrentamento aberto com os empregados e seus representantes, ao conhecer grandes derrotas, teve que aceitar sua transformação em sindicalismo de ‘empresa’, ao mesmo tempo em que foi obrigado a passar de práticas de enfrentamento a formas cada vez mais marcadas pelo acordo, e até mesmo pela cooperação com os representantes dos interesses do capital. (CORIAT, 1994, p. 85)

Tragtenberg denuncia as práticas dos “pelegos do sindicato”. Na coluna “No Batente”, por várias vezes relatou as atitudes reacionárias e autoritárias⁶⁴. A ética da empresa, ou seja, de cada um por si, é incorporada nas relações que governam o interior dos sindicatos. As associações escusas são entendidas como ações de sobrevivência. Os “pelegos sindicais” agem com o pressuposto de que os fins justificam os meios.

Formam-se, assim, “os novos coletivos de trabalho, integrados ativamente aos imperativos das gerências.” (BRAGA, 1996, p. 272). A consolidação da burocracia despersonaliza as ações dos indivíduos, os quais, despersonalizados e transmutados, são absolvidos por suas ações. Em grande parte, as ações dos “pelegos sindicais” são

⁶³ “O sistema educacional define o papel do indivíduo no sistema industrial. Os CQCs que lá se constituíram, atualmente, estão sendo trazidos para cá. Porém, nenhum partido está prestando atenção nisso, da mesma forma como nenhum sindicato está prestando atenção que deveria prestar ao peso da Secção de Recursos Humanos e Treinamento, como área vital, cujos dados são importantíssimos para a ação sindical, razão pela qual os partidos devem deixar de “dormir deitados eternamente em berço esplêndido”, e olhar mais dentro da fábrica e ver o que lá está ocorrendo, antes que seja tarde demais.” Da “fechadura” à “Abertura”. Publicado no jornal Notícias Populares, em 03 /06/1982

⁶⁴ “Os pelegos sindicais e “Hora do Povo” unidos agiram de forma nazi contra a comissão interna da Fiat e seu comando de greve: tratava-se de impedir a realização da assembleia marcada para o dia 17/6, onde a comissão interna faria a minuta do acordo de 81: a diretoria do sindicato procurou impedi-la lançando panfleto distribuído pela Fiat, proibindo-a. Impedia a utilização da subdelegacia de Xerém para distribuição de três toneladas de alimentos e como sede provisória da Associação. Também porque o jornal “Hora do Povo” colocou um de seus membros como delegado na área sindical da Fiat, o sr. Edur, esse cargo nunca existiu, foi criado para esvaziar a comissão interna e comprar a ação dos membros da HP no assalto nazista a Xerém. Em suma, quem são os militantes da “Hora do Povo”? Ouçamos o boletim distribuído pela comissão interna da Fiat: “Os militantes do HP dizem defender os trabalhadores. Na verdade, o que querem é obrigar os operários a aceitar suas idéias através da violência e não do convencimento. Em todo sindicato que atuam acabam com toda democracia que possa existir entre os trabalhadores e passam a servir de tropas de choque para os pelegos contra os interesses sindicais da massa. Combatem com violência os trabalhadores que se organizam independentemente da estrutura patronal do sindicato atrelado ao Ministério do Trabalho. Querem com isso que os trabalhadores se tornem submissos às leis dos patrões e não combatam as ações dos pelegos e traidores da classe.” HP e pelegos sindicais, a nova face da repressão. Publicado no jornal Folha de São Paulo, São Paulo, em 13/07/1981.

reforçadas pela omissão, uma vez que grande parte da burocracia está amparada na ausência dos indivíduos.

Essa nova “formatação” do sindicato é resultado de um processo histórico.

A liberdade sindical foi uma conquista do movimento operário europeu, durante o período que transcorreu entre 1890 e 1914. Período que se caracterizou pelo predomínio do capitalismo liberal, economia de mercado de “concorrência perfeita”, onde a “mão invisível” do mesmo regulava a oferta e a procura. Por outro lado, essa conquista na Europa e EUA significou para os trabalhadores possibilidades de luta contra a degradação da classe ao nível de uma massa impotente ante a onipotência do Estado e do patronato. Porém, a crise do sistema capitalista limita as concessões aos trabalhadores e a instauração de regimes fascistas ou autoritários na Europa e América Latina implica a destruição do sindicalismo livre⁶⁵.

Para Tragtenberg, é evidente que a verdadeira representação dos interesses da classe trabalhadora parte da base, ou seja, da organização coletiva dos trabalhadores a partir do chão de fábrica. A unicidade sindical, as organizações que concentram poder e que se caracterizam pelas práticas burocráticas semelhantes às empresas não passam de formas organizadas para garantir uma elite específica no poder.

Faz-se necessário, também, tecer comentários em relação ao Estado Capitalista, organização burocrática mais complexa existente.

Se, por um lado, a burocracia estatal é a garantia de controle de uma minoria sobre a maioria por meio de um discurso de dissuasão dos interesses particulares ante o coletivo, a burocracia das organizações privadas precisa, também, de alguma forma seguir a mesma lógica sem, contudo, “engessar” as tomadas de decisões.

As classes dominantes utilizam-se do Estado para articular e garantir a realização de seus interesses econômicos. Em Tragtenberg, evidencia-se que o Estado serve às classes dominantes, mesmo nos países tidos como socialistas ou comunistas, ele se apresenta como meio de dominação de uma burguesia do capitalismo de estado. Portanto, nesses países, “a burguesia de Estado estrutura-se numa propriedade capitalista coletiva, onde a abolição da propriedade individual, o planejamento estatal, não constituem condição suficiente para liquidação definitiva da burguesia como classe dominante.” (TRAGTENBERG, 1974, p.191-192)

Nos escritos de Tragtenberg, as análises referentes ao Estado demonstram nitidamente que essa forma burocrática passa a existir porque se faz necessária uma organização maior para garantir a reprodução do sistema de produção dominante. Em outros termos, o

⁶⁵ Declínio da liberdade sindical. Publicado no jornal Folha de São Paulo, 06/11/80.

Estado, no modo de produção capitalista, tem por função zelar pela manutenção das relações de produção dele derivadas. No Brasil, a objetivação capitalista é tardia. Ela se realiza através da “revolução passiva” da revolução pelo “ato”. A evolução do capitalismo no Brasil não foi precedida pelas realizações da “cidadania” e da “comunidade democrática”. A burguesia industrial ligou-se à antiga classe dominante através do processo de conciliação, isso explica o fato de a revolução democrático-burguesa no país ser uma flor exótica e a via colonial do desenvolvimento capitalista ter permeado nossa formação econômico-social. O desenvolvimento capitalista se realiza através da alavanca do Estado social fundado no esquema keynesiano. Não é um Estado socializante nem representa uma solução além do modo de produção capitalista⁶⁶.

Tragtenberg critica todas as formas de implantação de socialismo ou comunismo, principalmente, porque na sua concepção não é possível passar de um modo de produção para outro com a permanência de um Estado Capitalista. O que ocorre, a seu ver, em alguns países como a França, é uma socialização dentro de um Estado Capitalista⁶⁷. Assim, o socialismo ou comunismo pode, no máximo, ser um discurso ideológico.

No capitalismo, as contradições fazem com que os indivíduos e os coletivos criem a ilusão do “mundo perfeito” ou do “futuro perfeito”, necessária para gerar a expectativa de um destino melhor. Em parte, a criação imaginária de uma sociedade socialista mostra-se uma necessidade para o próprio capitalismo, caso contrário, não seria possível viver com as contradições produzidas pelo próprio sistema.

⁶⁶ O Estado Capitalista. Artigo publicado no jornal Folha de São Paulo, São Paulo-SP, em 24/10/1977.

⁶⁷ “Porém, é necessário esclarecer, nem tudo que reluz é ouro e, estatizar, sob o Estado capitalista, mesmo Mitterrand no topo, não significa socializar, significa transformar o Estado em ‘capitalista coletivo real’. É necessário ressaltar que a economia francesa é estruturalmente capitalista, articulada no Mercado Comum Europeu. Nesse tipo de economia, a função do Estado é distribuir a parte do trabalho não paga ao operário, que é apropriada pelo capitalista, à classe capitalista no seu conjunto que assume as formas de: empresa comercial, industrial, bancária ou fazenda. Estruturalmente, portanto, não há uma ruptura com o sistema capitalista de produção. É sabido que o Partido Socialista Francês não concentra a maioria do operariado francês, partido de escriturários, pequenos comerciantes com alguma penetração entre os trabalhadores industriais e que procura realizar o sonho da classe média sem propriedade; a construção do socialismo através do Estado Capitalista e pela via parlamentar. (A vitória de Mitterrand na França. Publicado no jornal Folha de São Paulo, 23 a 25/08/81).

Evidente que o discurso do socialismo nos países do leste europeu⁶⁸ e na própria ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas não teve somente essa conotação. A apropriação de um modelo socialista serviu para justificar as ações das classes dominantes que se apoderaram do Estado. Para justificar as ações autoritárias e reacionárias, a elite do Estado usava as idéias de Marx, quem, entretanto, não pode ser responsabilizado em nada pelas condutas equivocadas dessas elites.

Os trabalhadores pouco ou nada têm a ver com o uso inapropriado das idéias e da conduta das elites burocráticas dos Estados em que imperava o capitalismo de estado. A utilização do coletivo como justificativa para as ações reacionárias nesse sentido é pura manipulação.

Uma das formas como as elites dominam as massas é a representação política, da qual o partido político é a forma organizada. Todavia, Tragtenberg faz críticas aos partidos, afirmando “há inúmeros partidos falando em nome do povo ou do trabalhador, porém, a classe trabalhadora não os conhece, nem de vista. Ela trabalha no interior das oficinas, fábricas, na exploração mineira do subsolo, na exploração florestal e não tem tempo a perder com palavras que para ela nada significam.”⁶⁹

Assim sendo, os partidos são representantes das elites, sobretudo, porque “são dirigidos por castas, intelectuais e políticos profissionais. Não são democráticos, porque neles domina uma minoria dirigente com interesses específicos.” (TRAGTENBERG, 1986, p.70). A democracia, portanto, não é governo de todos propriamente dito, apesar do discurso professado. A sociedade elege os eleitos, ou seja, elege aqueles que foram definidos nas prévias dos partidos, sem levar em consideração o que a maioria realmente quer ou deseja. Os interesses das elites são garantidos, portanto, pela burocracia eleitoral. Os “donos do poder” perpetuam-se pela alienação do trabalhador, pois estes não conseguem sair dessa prisão imposta pelo modo de produção capitalista.

⁶⁸ “Enquanto isso, o general Jaruzelski afirmou que o governo de Varsóvia está firmemente comprometido com a aplicação dos princípios do marxismo-leninismo, nas condições polonesas, visando ao desenvolvimento democrático no espírito de renovação socialista. Se as práticas acima citadas são o resultado da aplicação dos princípios do marxismo-leninismo, a conclusão é que esses princípios estão vinculados à morte e repressão contra os trabalhadores, que enunciam defender. Só que a classe operária polonesa tem que se defender de seus defensores, e de que maneira, ameaçando explodir estaleiros e minas caso seus defensores invadam! Tudo isso suscita reflexões. Como pode ser revolucionário um Estado – conforme Boletim de Greve de Gdansk n.º 5, de 26/8/80 ed. Mpaspero – que realiza colossais despesas com burocratas do Partido, com a polícia política e com as Forças Armadas? Onde o trabalhador tem que lutar para que o Estado socialista reconheça o direito de greve, sindicatos desatrelados do Estado.” (Trabalhador não ganha “boas-festas” nem “feliz ano novo”. Artigo publicado no jornal Folha de São Paulo, em 23 de dezembro de 1981.)

⁶⁹ Congresso Constituinte é safadeza da Nova República. Publicado no jornal Notícias Populares, em 22 / 11/1986.

Cumpra-se, assim, o projeto da democracia da antiga Grécia, em que somente os cidadãos tinham direito a voto, excluindo as mulheres e escravos desse processo. Hoje, a exclusão é refinada e acompanhada de dissimulações. O comprometimento das percepções causado pelas diferenças de compreensão da realidade e o excesso de trabalho impedindo a participação da vida coletiva são exemplos de que a participação efetiva não depende da mera vontade do trabalhador. Isto porque na “democracia política, o programa de cada partido somente é conhecido por uma minoria; a grande maioria só conhece *slogans*, palavras de ordem e promessas ambíguas. Numa democracia parlamentar, a decisão é tomada por uma minoria, que, assim sendo, se corrompe e decide em seu próprio benefício.” (TRAGTENBERG, 1986, p.70)

É importante, agora, conhecer de que forma Tragtenberg entende a burocracia e como se constitui a organização da educação. A importância deve-se ao fato que Tragtenberg fez críticas as organizações burocráticas da educação, salientando de que forma a estrutura burocrática está relacionada à educação.

4. BUROCRACIA E A ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM TRAGTENBERG

Antes de analisar a organização da educação como estrutura social, é importante compreender as concepções de Tragtenberg em relação à burocracia, à ideologia e às classes sociais e suas relações com a educação, de uma forma geral. Estes conceitos e relações são fundamentais para compreender os argumentos desenvolvidos por Tragtenberg em relação à estrutura da educação.

A concepção de Tragtenberg em relação à burocracia é essencialmente weberiana. Weber, assim como Marx, está entre os autores mais estudados em sociologia. Várias leituras e interpretações em relação às suas obras foram realizadas, muitas delas por pesquisadores, intelectuais e acadêmicos importantes. Particularmente, em relação a Weber, “diversas leituras sobre o autor, frequentemente muito difundidas no espaço acadêmico, tentaram reduzir a polifonia weberiana, frisando este ou aquele traço do seu pensamento e obra. Assim, temos o Weber de Talcott Parsons, quase que um ‘sociopsicólogo’, o Weber positivista de Adorno/Horkheimer, um apologista do *status quo*, o Weber fenomenológico de Alfred Schutz, e o Weber preso à ilusão objetivista, de Lucien Goldmann e Michael Löwy.” (LAZARTE, 1996, p. 27)

Maurício Tragtenberg, sobretudo pela sua fluência com a língua alemã, possibilitando-lhe inclusive a tradução dos textos de Weber para o português, fez com que ficasse muito próximo às idéias originais do autor de “Ética protestante e o espírito do capitalismo”, “Economia e sociedade” e demais.

Uma compreensão importante em relação a Weber, como intelectual, é “pensar e refletir criticamente com Weber e não *polemizar* contra Weber, sem subterfúgios, escamoteação dos problemas centrais, penetrando na reflexão efetiva para superar, isto é, absorver a contribuição de Weber e excedê-la”. (TRAGTENBERG, 1974, p. 156) Muitas divergências ocorridas em relação às idéias de Weber se efetivaram, porque muitos acadêmicos e intelectuais, municiados dos seus pressupostos teóricos, não compreenderam o contexto histórico em que a teoria da burocracia foi escrita. Tragtenberg, nessa situação, convida os estudiosos interessados na compreensão da teoria weberiana para “*superar* em Weber as limitações do tempo e contexto social em que se situa a sua obra; discuti-la *sem* compromissos ideológicos *que impliquem o sacrifício do intelecto* com o respeito que uma obra do porte que ele nos legou implica.” (TRAGTENBERG, 1974, p. 157)

Sem desconsiderar o rigor epistemológico, Weber contribui para a compreensão do processo de racionalização, em que a sociedade tradicional, baseada nas crenças, valores e em uma economia atrelada ao período da idade média, transforma-se em uma sociedade baseada nas relações em que os fins são mais importantes que os meios e o “desencantamento do mundo” são uma realidade permanente.

Há, na obra de Weber, conforme afirma Tragtenberg (1974, p. 161-162), uma “contradição fundamental relacionada aos postulados metodológicos presos ao neokantismo e à sociologia histórica das formas de dominação, onde dialoga com a sombra de Marx. Em virtude disso, Weber é o reflexo das contradições e do agravamento destas na vida alemã, que levaram à solução nazista de 1933, já por ele pressentida.”

Para alguns autores, como Lukács (1959), Weber é um dos intelectuais que “prepararam o terreno” para o aparecimento do regime nazista. Todavia, as ações e atitudes de Weber em nenhum momento corroboraram a possibilidade de ele ser um disseminador dos interesses reacionários e totalitários que afirmam a ideologia fascista. Acusar Weber de ser um intelectual do fascismo é o mesmo que culpabilizar alguém que teve simplesmente uma compreensão da realidade pelos atos de terceiros.

A obra de Weber segue a tradição da filosofia alemã. Sua teoria da burocracia ocorre em um período de formação econômico-social do capitalismo. Antes dele, Hegel já procurou entender a burocracia por outras categorias de análise. Ambos, Weber e Hegel, procuraram compreender a burocracia prussiana no contexto do processo de racionalização do mundo capitalista por vias diferentes. “Diferentemente das burocracias patrimoniais do Egito, da China, de Roma e de Bizâncio, a burocracia capitalista na Europa Ocidental fundara-se na economia capitalista, transpondo à área administrativa a crescente divisão de trabalho e à racionalização. O que não quer dizer que a causalidade econômica explique, em última análise, a emergência deste fenômeno; somente unida à análise política, poderá fazê-lo.” (TRAGTENBERG, 1974, p. 93)

Tragtenberg tem ciência de que a burocracia estudada por Weber é um processo marcado por características determinadas por um período histórico em que o capitalismo é a forma econômica dominante. Aliás, a análise de Tragtenberg é, antes de tudo, uma avaliação de caráter histórico, em razão disso não se pode negar que o fundamento epistemológico que acompanha Tragtenberg seja o materialismo histórico. A citação anterior corrobora isso, mormente, porque parte do pressuposto de que a

burocracia é consequência de uma forma específica de racionalização, originária da divisão do trabalho no contexto do capitalismo. Marcuse (1998), com propriedade, chegou a essa conclusão, estudando o processo de burocratização na sociedade industrial.

Na atualidade, conforme afirma o próprio Tragtenberg (1974, p. 144),

a ênfase no estudo de Weber a respeito da burocracia deve ser dada não como o é por muitos autores, nas suas virtudes organizacionais, mas no oposto, como defender-se ante este avanço implacável da burocracia? Esta é a preocupação central de Weber que não se esquece de advertir que a burocracia é uma máquina de difícil destruição. No Mundo Antigo ela só caiu com o colapso da estrutura de poder, assim se deu na China, no Egito, no Baixo-Império Romano. Weber desmistifica a tese segundo a qual é possível vida digna sem os *Direitos do Homem*; em outras palavras, sem a *liberdade política*, de *pensamento e expressão*. Isso coloca o problema do controle *político-social* da burocracia.

Burocracia é o oposto de autonomia, tanto individual como coletiva. O próprio pensamento da atualidade encontra-se “refém” da burocratização. No interior das organizações, os trabalhadores – do operário ao executivo – são condicionados pelas determinações de que a burocracia (vista como sedimentação da racionalização oriunda da divisão do trabalho) impõe. Para Tragtenberg, a burocracia materializa a face perversa do capital; resulta num problema real com origem na expansão do sistema de capital. Nos seus estudos, a proposta sempre foi criar mecanismos de defesa ante os nefastos efeitos da burocracia.

Em Weber, burocracia é “um tipo de poder. Burocracia é igual à organização.” (TRAGTENBERG, 1974, p. 139). Seguindo as concepções de Weber, Tragtenberg compreende que a complexidade crescente das organizações no sistema capitalista faz com que as organizações adotem, de forma crescente, uma estrutura racional legal, caracterizada pela impessoalidade, para garantir a reprodução da própria organização. Além disso, a burocracia é entendida como um sistema racional, construída da divisão do trabalho, que tem, como princípio, os fins. A impessoalidade, dessa forma, transforma-se em alibi das eventuais injustiças ou, como afirmam os funcionalistas, das disfunções burocráticas. Quando os meios não estão adequados aos fins visados, os indivíduos são identificados como os principais fatores de insucessos. Destarte, a “burocracia implica predomínio do formalismo, de existência de normas escritas, estrutura hierárquica, divisão horizontal e vertical do trabalho e impessoalidade no recrutamento dos quadros.” (TRAGTENBERG, 1974, p. 139).

A especialização crescente deixa a burocracia organizacional cada vez mais “forte”. Os gestores isentam-se de responsabilidades pela regra da impessoalidade, do formalismo ou do discurso de profissionalismo. A capacidade do indivíduo dá lugar à profissão e à autoridade intrínseca do indivíduo ao cargo com suas respectivas responsabilidades.

A dinâmica da constituição da burocracia dar-se-á, portanto, a partir da divisão do trabalho, que faz com que o trabalhador especializado seja percebido, contraditoriamente, de duas formas: o especialista passa a “concentrar” conhecimento específico, ao mesmo tempo em que destitui dos demais trabalhadores o “poder” de eles agirem, por falta, justamente, de conhecimentos específicos. Por outro lado, o trabalhador especializado desumaniza-se cada vez mais, pois o conhecimento, a habilidade ou a competência específica interessam à organização e não ao indivíduo. Assim, a organização, que não deve depender de ninguém, articula-se para criar substitutos para o especialista. Criam-se e incentivam-se aparatos ideológicos e um conjunto de tecnologias e técnicas, para envolver o trabalhador de forma sutil e “silenciosa”. Explicitam-se: tecnologia da informação, sistemas de controles gerenciais, manuais de gestão, protocolos de qualidade, normas, regras, hierarquias, assim como técnicas de gestão colaborativas (exemplo mais recente e eficiente é o *kaizen*, utilizado em ampla escala no Sistema Toyota de Produção).

Apesar das convergências conceituais, Tragtenberg via em Weber a separação entre o econômico e o político. “Weber aceita, como os liberais, a separação entre o econômico e o político, mas contrariamente a eles, acentua o peso dos fatores economicamente condicionados e, muitas vezes, insiste nos *aspectos meramente econômicos* em detrimento do político, não considerando a interação dialética entre os fatores.” (TRAGTENBERG, 1974, p. 161)

Essa análise define sua preferência epistemológica pelo materialismo dialético como método de análise.

Em um aprofundamento sobre a separação entre as esferas econômicas e políticas, Tragtenberg destaca que

a dualidade da realidade alemã é vivida por Weber no seu labor sociológico: a separação das esferas do político e do econômico; a dialética das formas de dominação oscilando entre o carisma e a burocracia; a dominação do *ethos* burocrático na vida política alemã e o recurso ao *carisma plebiscitário* que Weber qualifica como fenômeno inextirpável na democracia de massas; a posição política da Alemanha entre o convencimento anglo-saxão e o despotismo russo; a não superação das contradições levará a Alemanha a uma solução

autoritária. No plano individual, tal impossibilidade levará Weber aos limites da razão. (TRAGTENBERG, 1974, p. 107)

As contradições existentes na própria realidade vivenciada por Weber configuram-se elementos importantes na sua construção teórica. Conforme Sennet (2007) afirma, a teoria da burocracia é influenciada pela burocracia militar. A rigidez dessa forma de organização é generalizada.

O que Weber julga generalizar-se pela sociedade é a tendência à crescente complexidade das organizações, surgindo a burocracia como uma forma organizada decorrente da racionalização, consolidada pela formação dos grandes estados nacionais.

Os interesses particulares são dispersos pela generalidade imaginária do coletivo e o Estado, visto como ente que representa os interesses da maioria, na realidade, consolida os interesses particulares. Assim, “as finalidades do Estado são as da burocracia e as finalidades desta se transformam em finalidades do Estado. A ideologia da burocracia aparece quando se dá a divisão dos funcionários como portadores de símbolos, uniformes e signos do que do saber real, técnico e utilitário: hierarquia autoritária.” (TRAGTENBERG, 1974, p. 24)

A legião de trabalhadores que formam a máquina burocrática do Estado exerce, no limite, os interesses de uma parte da elite dominante, realizando a tarefa de mediação do capital com os interesses do coletivo, por meio de participações específicas no processo de racionalização. Em relação à educação, por exemplo, “o Estado possui o monopólio da educação e regula burocraticamente as construções públicas e privadas, os rituais das festas, o nascimento e a morte.” (TRAGTENBERG, 1974, p. 33)

Tragtenberg (1974, p. 132), em uma leitura de Weber, vê que, na concepção do sociólogo alemão, a crescente socialização (aqui definida como estatização da economia) dos meios de produção na posse de um Estado proletário implicaria, necessariamente, aumento da burocratização. A ditadura do proletariado seria, inevitavelmente, transformada em ditadura do burocrata, do funcionário do Estado.

Diante dessa análise,

A eliminação do capitalismo privado resolveria o problema da burocratização? Weber crê que aumentaria o nível de burocratização e mais, a situação dos operários dirigidos pelo Estado não mudaria sensivelmente e, ainda, a luta contra uma burocracia estatal pela participação no poder, segundo Weber, é sem esperança. A causa explicativa do progresso da organização burocrática foi sempre a superioridade *técnica* da burocracia sobre qualquer outro tipo de organização. Um mecanismo burocrático desenvolvido atua em relação a outras organizações como uma máquina em relação aos métodos artesanais de trabalho. A precisão, rapidez, continuidade, discrição, uniformidade, subordinação rigorosa, ausência de conflitos

e custos são infinitamente maiores numa administração severamente burocratizada e especialmente monocrática, fundada em funcionários especializados, do que em qualquer organização do tipo colegiado ou honorífico. (TRAGTENBERG, 1974, p. 142)

Resta evidente que a superação da burocracia não pode ocorrer apenas por meio da consciência política dos trabalhadores. A própria estrutura econômica, na sua unidade elementar, que é o modo de produção, consolida essa burocracia como forma específica de organização da produção e, conseqüentemente, da sociedade em geral.

Evidente que, para a fase atual de desenvolvimento das forças produtivas, não há como negar a necessidade de uma forma de burocracia, uma vez que ela apenas consolida uma forma específica de produção. Todavia, quando a “*burocracia participa da apropriação da mais-valia, participa do sistema de dominação*”. A burocracia age antieticamente: de um lado, responde à sociedade de massas e convida à *participação* de todos; de outro, com sua hierarquia, monocracia, formalismo e opressão afirma a *alienação de todos*, torna-se jesuítica (secreta), defende-se pelo sigilo administrativo, pela coação econômica, pela repressão política. Em suma, ela une a sociedade civil ao Estado.” (TRAGTENBERG, 1974, p. 190)

Contudo, não foi somente no âmbito acadêmico que Tragtenberg explanou sua opinião em relação à burocracia, pois, em outros locais de discussão também manifestou suas idéias a respeito sem abrir mão de sua coerência de raciocínio e militância política. Avesso a qualquer forma de burocratização que impedisse a autonomia dos indivíduos, caracteriza-se como um dos pioneiros na crítica ao regime autoritário com que o “socialismo” tentou se estabelecer no Leste Europeu. A afirmação, que segue, resume bem as várias manifestações contra essa realidade.

Na realidade o que ocorre é que com o nome de economia socialista existe uma economia de Estado nas mãos de uma burocracia dominante, que exerce o poder em nome do trabalhador. Que há um Estado vertical e um exército burocrático e hierárquico, acima da população e dirigido contra ela nas épocas de crise. Por isso, nenhuma ditadura é revolucionária, pois ela tende a ser exercida por um quadro burocrático e defender o *status quo*. A isso, chamam “socialismo realmente existente”, seus defensores profissionais. Na realidade trata-se de um capitalismo de Estado monopolista, onde a burocracia coletivamente detém nas mãos os meios de produção e o trabalhador permanece como escravo assalariado, domesticado através do Partido e do Estado⁷⁰.

A clareza da análise de Tragtenberg demonstra domínio em relação ao fenômeno da burocratização. A burocracia instalada nos países ditos socialistas ocorre igualmente

⁷⁰ Trabalhador não ganha “boas-festas” nem “feliz ano novo”. Artigo publicado no jornal Folha de São Paulo, em 23/12/1981.

em outros estados declaradamente liberais, somente com uma “máscara” diferente. Em outra ocasião, Tragtenberg escreve sobre o Leste Europeu, da seguinte forma: “Sob Stalin, o regime do Leste europeu reproduziu o modelo russo: economia de Estado regida por uma burocracia que gozava de imunidades e privilégios defendidos por um Estado policial, onde a liberdade era vista como ‘preconceito burguês’.”⁷¹

Mesmo os partidos políticos são incorporados pela burocratização e “a luta partidária, no Estado atual, assume a forma definida por Max Weber; é a luta pelo direito de nomeação aos cargos públicos. (...) O problema mais sério do partido é, após escalar o poder, quem o tira de lá. Diriam alguns: é através do processo eleitoral. Concordamos, porém, ressaltando que as diferenças entre os partidos brasileiros são de rótulo. Eles se constituem nos viveiros de uma nova burocracia tecnocrática, que, legitimada pelo voto popular, melhor poderá explorá-lo e dominá-lo⁷²”.

O Estado, de certa forma, estrutura-se para manter a ordem vigente, além de criar normas, regras, hierarquias e organizações de forma muito semelhante às empresas da iniciativa privada⁷³. As diferenças apresentam-se, nessas situações, apenas para garantir a reprodução do sistema e o “equilíbrio” estrutural para que o capital avance com o mínimo de dificuldade possível.

Ressalta-se que Tragtenberg não poupou esforços para compreender o fenômeno da burocracia nos diversos contextos sociais. Em relação à Polônia, por exemplo, alertou sobre o poder “generativo” da burocracia⁷⁴ ante os avanços do proletariado na construção do regime socialista. Sobre as ditaduras, não deixou de mencionar sobre a burocracia cubana e romena, anos atrás das mudanças que ocorreriam⁷⁵.

⁷¹ Traços Comuns. Publicado no jornal Folha de São Paulo, em 27/01/1990.

⁷² São Paulo pergunta. Publicado no jornal Folha de São Paulo, em 11 /11/1981.

⁷³ Ao lado desse processo, origina-se outro: o deslocamento das finalidades dos partidos. Enquanto não detêm o poder, se propõem missões de salvação nacional, de mudança social, não deixam por menos. Criam os líderes profissionais, ou seja, os vereadores, deputados e senadores que legislam em nome do povo, sem o povo e, em geral, em causa própria. Assim, um órgão legislativo, que tem como finalidade reunir os representantes do povo para defendê-lo, cria um grande aparato burocrático com cargos de concursados e de confiança, como meio para atingir os fins, só que o fim é esquecido e o meio torna-se fim: a auto-sustentação dos clãs parentais nos cargos burocráticos é a grande finalidade da Câmara (São Paulo Pergunta. Publicado no jornal Folha de São Paulo, em 11 /11/1981.)

⁷⁴ As reivindicações de Walesa continuam não só a linha básica dos movimentos anteriormente citados, na Polônia, como também a herança da “Oposição Operária” a Lênin e dos marinheiros de Cronstad. Enquanto esses foram reprimidos militarmente na época, Walesa e seus adeptos conseguiram uma vitória política sobre a burocracia. Porém, há o imenso perigo da burocracia “recuperar” pouco a pouco o que cedeu ao proletariado no ‘calor da hora’. Em suma, como dizia Sócrates do “Planeta dos Macacos” não se pode elogiar. (Um dos pilares do Estado polonês é o sindicato atrelado. Publicado no jornal Movimento n.º 275 – SP, em 12 /10/1980.)

⁷⁵ O estilo de vida de Ceausescu reproduz os tiranos do despotismo asiático tão bem descritos por Marx nos seus textos sobre a Índia, a China e a Rússia; onde havia um modo de produção ‘asiático’, a burocracia tinha o poder econômico e político diretamente, explorando o trabalho, embora, não houvesse

O Estado, como representante e legitimador da burocracia, tem papel central na consolidação de uma sociedade organizada em função de crescente processo da ação racional-legal, que legitima os interesses do capital. Uma idéia centraliza bem a forma como Tragtenberg analisa esse fenômeno:

A máquina do Estado funda seu poder sobre o controle de todos a partir do centro: ela funciona na monarquia absoluta que estatiza pouco a pouco todos os aspectos da vida, todos os detalhes do comportamento social, econômico, político, sexual e afetivo. O ensino, a religião, a psiquiatria, o esporte, a pornografia, e o urbanismo no processo de estatização são verdadeiras indústrias de castração, onde os efeitos completam a escravidão assalariada e as relações de produção capitalistas. Como predissera Marx, com lucidez, *o trabalho assalariado nos transforma em eunucos industriais*. Não é o suficiente reduzir os escravos assalariados a seu estado de objeto, de mercadoria; o Estado programa detalhadamente o processo de ‘coisificação’. Daí é que os senhores tiram não somente a sua mais-valia pecuniária, mas sua mais-valia energética e libidinal, o que leva Kissinger a dizer que o poder é um afrodisíaco, tanto mais absoluto quanto mais absoluto for. (TRAGTENBERG, 1989, p. 110)

A concepção do Estado como meio de controle e aparelho repressor se faz evidente em Tragtenberg para quem, qualquer forma de Estado, representa um tipo de burocracia. O Estado, dessa forma, nada mais representa que uma sociedade sofrendo um processo de desencantamento do mundo, ou seja, uma manifestação evidente e clara da ação racional-legal como os meios de produção se organizam e se constituem. Em uma passagem de seu livro “Reflexões sobre o socialismo”, Tragtenberg (1986) escreve: “as lutas sociais podem tender à burocratização e à perda de suas finalidades iniciais, mas há sempre alguém – a classe trabalhadora – que reage a isso criando suas entidades igualitárias e novas relações sociais antagônicas à burocratização’.” (ACCIOLY, 2001, p. 80)

Na citação acima, Tragtenberg considera o processo de burocratização um fenômeno social, conseqüência, também, do grau de complexidade das forças produtivas em uma sociedade que passa a quantificar-se em todas as dimensões da vida social, inclusive, na educação.

propriedade privada. O caso Fidel é outro. Emergindo de uma revolução camponesa dirigida por intelectuais, cai sob órbita russa graças à miopia da diplomacia norte-americana da ‘guerra fria’. Ele é uma figura que explora seu carisma pessoal, anda entre o povo sem seguranças. Porém, apesar disso, apresenta traços comuns com o romeno: o patriarcalismo familiar de Ceausescu estava presente no poder através de sua mulher e filho. No caso cubano, fala-se do irmão de Fidel como “herdeiro” do poder. Raul Castro continuaria a tradição patriarcal familiar no poder apoiado na ditadura do partido único e no Estado policial: traços convergentes da dominação da burocracia cubana e romena. Duvido que o jornal oficial de Cuba – no caso de seus interrogadores – trouxesse essa manchete da Folha de 24/01: “Jornalista acusa ministro de tê-lo interrogado no DOI-Codi em PE”. É isso aí. (Traços Comuns. Publicado no jornal Folha de São Paulo, em 27/01/1990.)

Em relação à ideologia, no interior das organizações burocráticas ela exerce um importante papel no disciplinamento e na instituição do controle social. A origem da ideologia está na divisão social do trabalho, ou seja, na propriedade privada. Para Marx, divisão do trabalho e propriedade privada são expressões idênticas, uma se refere à atividade e a outra ao produto dessa atividade.

Entretanto, conforme afirma Gramsci (1975, p. 868), é preciso evitar o erro de se ter uma visão ideológica da ideologia. Explica ele: “O processo desse erro pode ser facilmente reconstituído. 1) A ideologia é identificada como distinta da estrutura, e afirma-se que não são as ideologias que mudam a estrutura, mas, ao contrário, é a estrutura que muda as ideologias; 2) Afirma-se que determinada solução política é ‘ideológica’, isto é, insuficiente para mudar a estrutura, quando acredita que poderia mudá-la; afirma-se, então, que ela é inútil, estúpida, etc.; 3) Passa-se, por fim, a afirmar que toda ideologia é ‘pura’ aparência, é inútil, estúpida, etc.”

Em Gramsci, pode-se perceber que a ideologia é muito mais que uma manifestação da distorção imaginária ou da falsa consciência social. A ideologia é uma manifestação presente em todas as épocas históricas, contudo, sua dinâmica difere-se, fundamentalmente, porque as distinções da organização material da vida e o modo de produção diferem consideravelmente de uma época para outra. Por todo esse tempo, os homens vêm estabelecendo as relações sociais, de acordo com a forma como produzem sua vida material, produzindo assim, também, os princípios, as idéias, as categorias e os imaginários, conformes às relações sociais exercidas. Dessa forma, segundo Marx afirma, essas idéias, categorias e outras mais são efêmeras, quanto às relações que as exprimem. São, como tudo que habita a consciência dos homens, produtos históricos e transitórios.

Em Tragtenberg, seguindo a linha de pensamento de Marx,

A tomada de consciência dos problemas de uma época se dá quando a época impõe seu encaminhamento à solução necessária. Os problemas dominantes de uma época exprimem as contradições das relações reais dominantes. Os pensamentos que preponderam são aqueles que têm consciência do caráter descontínuo do processo da consciência em relação à realidade, que na unidade do múltiplo dos seus aspectos contraditórios a supera traduzindo no plano intelectual as relações ativas entre os *ideólogos* ativos da classe que domina e a *conjuntura concreta do processo histórico*. É necessário analisar o conteúdo objetivo do produto ideológico e a vontade consciente do ideólogo, julgando a respeito da significação objetiva de seu discurso. Todo criador situa-se num campo de objetividade, queira-o ou não, na

totalidade em que trabalha, reproduzindo-a em sua linguagem, pois só em relação a ela define sua *função real*. (TRAGTENBERG, 1974, p. 154)

A afirmação anterior leva, necessariamente, a algumas reflexões: primeira, à necessidade de compreender o processo histórico; segunda, às funções e reais motivações dos ideólogos; terceira, à reprodução da ideologia por vias objetivas e não objetivas; quarta, à reprodução intencional e não intencional; quinta, à função da ideologia no sistema de produção dominante. Essas dimensões da ideologia provocam a própria ideologização da ideologia. Por isso, “as distorções ideológicas não se deixam explicar mediante o emprego de uma fórmula extraída da física, da óptica. Os problemas concernentes à ideologia nos remetem a um processo complicadíssimo” (KONDER, 2002, p. 50)

No campo científico, por exemplo, a Teoria da Ciência de Weber, “definindo a *neutralidade axiológica*, separando juízos de valor dos juízos de realidade, é *ideológica* na medida em que se constitui representação do intelectual burguês que procura participar miticamente das mudanças sociais, buscando a *coincidência* entre estas mudanças e seu objetivo ideal: o ideal da Ciência sem pressupostos.” (TRAGTENBERG, 1974, p. 211)

Analisando essa afirmação, segundo a concepção de Tragtenberg, Weber insere-se no contexto histórico da afirmação da classe burguesa como classe economicamente dominante⁷⁶. No plano ideológico, portanto, as motivações de Weber, mesmo não tendo veiculação direta e exercendo o papel de “crítico” da própria burguesia⁷⁷, estão diretamente relacionadas ao seu contexto social. A função da teoria de Weber,

⁷⁶ “Max Weber é parte integrante da sociologia alemã, que se constitui numa das mais altas formas de autoconsciência e autocrítica, produto de uma das maiores desagregações e reorganizações sociais, na transição do século XIX e XX. Isso ocorre no século passado, quando a Alemanha se revela impotente para competir externamente nos mercados mundiais com a Inglaterra que desencadeara o processo do capitalismo industrial, refletido na Escola Clássica; impossibilitada de elevar-se ao radicalismo político francês oriundo da revolução, que colocara *política* na ordem do dia, gerando a crítica de Proudhon e Saint-Simon; a Alemanha refluí, então, sobre si própria, produzindo Kant, Fichte e Hegel. Marx representou uma síntese de caráter totalizador, integrando os esquemas clássicos da economia inglesa, do socialismo francês e a dialética hegeliana, constituindo-se resposta intelectual à emergência de uma sociedade de classes oriunda da Revolução Industrial e de sua propagação pela Europa.” (TRAGTENBERG, 1974, p. 108)

⁷⁷ “Max Weber é tributário da *ideologia liberal*. Tal *ethos* percorre toda sua obra. Sua concepção de *neutralidade* da técnica aparece paralela à industrialização extensiva fundada na reprodução do trabalho simples e na reprodução ampliada do capital, após a Revolução Industrial. Justamente, quando as coisas aparecem como objetos técnicos, no qual o próprio homem está incluído na sua determinação social como trabalhador, é que a *ideologia* da neutralidade axiológica da técnica é fundamentada.” (TRAGTENBERG, 1974, p. 203)

sobretudo em relação à neutralidade axiológica, tem uma função real de contextualização ideológica. A objetividade da ciência, para o autor mencionado, é a própria fonte de objetivação da ciência. Além disso, a ciência da neutralidade axiológica, do ponto de vista da moral, é “neutra”, ou seja, não é responsável pelas diferenças que possam ocorrer nas relações de produção.

Dessa forma,

coberta pelo ideal de ‘neutralidade ante valores’, a maioria dos acadêmicos universitários vegeta no conforto intelectual agasalhada pelas sinecuras burocráticas e legitimadas ideologicamente pelo apoliticismo: a ideologia dos que não têm ideologia. Na realidade, esse apoliticismo converte-se na ideologia da cumplicidade trustificada. Sem dúvida, o cultivo de ideologia livre de valores é paralelo à despreocupação sobre as implicações éticas e políticas do conhecimento. (TRAGTENBERG, 2004, p. 23)

Em Tragtenberg, a ideologia é discutida com maior profundidade nas análises sobre a Teoria da Administração, no entanto, como é comum entre os teóricos da administração, a técnica e o conhecimento da área são separados da história que alicerçaram sua construção. Há, assim, um processo de ideologização da Teoria Administrativa. Taylor, Fayol, Mayo e Weber são estudados e incorporados sem nenhuma contextualização histórica ou sem o esclarecimento em relação para quem, para que e para quais funções o conhecimento desses personagens existe. (TRAGTENBERG, 1974, p. 212)

Portanto, “o *processo de ideologização* da Teoria Administrativa está em sua postura como ontologia despida de historicidade. Ela representa a tradução em linguagem administrativa da *práxis* econômico-social historicamente definida. A mesma divisão de trabalho que *separa* planejamento de execução, trabalho *manual* de trabalho *intelectual* na empresa capitalista, opera a *divisão* entre a Sociologia, Filosofia e a Teoria da Administração, formando os *experts* em Teoria Administrativa.” (TRAGTENBERG, 1974, p. 209)

Nas análises de Tragtenberg em relação às Teorias Administrativas, percebe-se, claramente, que a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual é responsável pela construção ideológica, que intensifica as formas de controle no trabalho. Dessa forma,

A Escola de Relações Humanas define-se como uma *ideologia manipulatória* da empresa capitalista num *determinado* momento

histórico de seu desenvolvimento. Acentua a preferência do operário fora do trabalho pelos seus companheiros, quando na realidade ele quer, após o trabalho ir para casa; é sua maior satisfação. Valoriza aparatos símbolos de prestígio, quando o operário procura maior salário. Vê os conflitos da empresa na forma de *desajustes individuais*, quando atrás disso se esconde a oposição de duas lógicas: a do *empresário* que procura maximizar *lucros* e a do *trabalhador* que procura maximizar seu *salário*. (TRAGTENBERG, 1974, p. 198)

Pode-se dizer, então, que Tragtenberg é precursor nos estudos referentes às formas de dominação e controle no trabalho com base no avanço das Teorias da Administração. Entretanto, ele não elabora estudos sistemáticos e *in loco* nas organizações que analisam os avanços e tendências dessas formas de dominação e de controle no trabalho. Suas análises resumem-se a reflexões apoiadas em observações e na proximidade com a realidade operária da sua época.

Observações, como a que segue, passam a ser constantes nos escritos de Tragtenberg.

Empresa não é só o local físico onde o trabalho excedente cresce a expensas do necessário, o palco da oposição de classes é também o cenário da inculcação ideológica. Nesse sentido, empresa é também aparelho ideológico. O jornal de empresa tem um público específico: o público interno da mesma; daí seus temas terem com ponto de partida a realidade quotidiana, segundo a ótica patronal, mediada pelo veículo. Por ocasião de greves, esses veículos são utilizadíssimos pela classe patronal (apenas mencionamos que a General Motors tem seu canal de televisão e a United Steel tem seu programa no vídeo). Nos EUA, entre as décadas de 50/60, havia mais de 6.000 jornais fabris, com tiragens que ultrapassavam 70.000.000 de exemplares, no conjunto. A Europa Ocidental, no conjunto, possuía 2.500 títulos. (TRAGTENBERG, 1989, p. 25-26)

Observa-se nitidamente que Tragtenberg acompanha a evolução dos mecanismos de controle por meio da inculcação ideológica, os quais, na atualidade, são muito mais sutis. Faria (2004, 2007), em seus estudos feitos com base na realidade e em metodologia definida e consistente, garantindo-lhe veracidade e credibilidade nas conclusões apresentadas, aponta os mecanismos de controle e a evolução deles ao longo dos anos.

Tragtenberg alerta, em 1974, sobre as tentativas de “ocultamento” da relação de exploração do capital em relação ao trabalho por meio da manipulação simbólica dos benefícios indiretos ou da falsa sensação da participação operária no capital mediante a participação acionária.

A “autonomização” (TRAGTENBERG, 1974, p. 209) da Teoria Administrativa, dar-se-á pela mediação das instituições como escolas, institutos de pesquisa e de centros de estudos. A construção das teorias por parte dos “ideólogos do capital” tem como premissa ocultar as formas de dominação e controle. A burocracia não deixa de ser, nesse processo, a sedimentação de uma racionalidade responsável pela pacificação dos indivíduos no ambiente de trabalho. As contradições são aceitas e “toleradas” pela disciplinação por meio de regras, normas, hierarquias, enfim, pelos mecanismos de controle que a estrutura burocrática permite. Dessa forma, “a *autonomização* da Teoria Administrativa é *ideológica*, na medida em que ela é *desvinculada* do processo onde as partes não se reconhecem pertencer à *totalidade*.” (TRAGTENBERG, 1974, p. 209)

Na ex-URSS, ocorre o mesmo fenômeno. Tragtenberg demonstra a convicção de que o regime comunista da ex-URSS não passou de um capitalismo de estado, em que o modo de produção é capitalista, mas o sistema político tenta se impor com a ideologia comunista. Essa idéia comprova-se na frase que segue:

O equivalente na URSS à *Escola de Relações Humanas* dos EUA chama-se *trabalho ideológico, propaganda e agitação*. Os dois países tendem aos mesmos objetivos: manipulação da mão-de-obra disponível. O *trabalho* ideológico na URSS tem como função aumentar a produtividade do trabalho, enquanto a técnica das relações humanas nos EUA tende a uma *integração da mão-de-obra na empresa*. Na URSS, a burocracia publica grande número de obras que têm como título *Manual do Agitador, O Trabalho, a Propaganda e a Vida, A Relação entre a Propaganda e as Tarefas de Produção, A Concretização e a Visualização, Condições Importantes para uma Propaganda Eficaz*, utilizados por mais de 400.000 agitadores. (TRAGTENBERG, 1974, p. 86)

A manipulação ideológica se apresenta também como uma realidade na ex-URSS. As técnicas de sedução no interior da empresa, nos partidos políticos, nos clubes, nas escolas, nos jornais da empresa, nas atividades de lazer em geral⁷⁸ formam um conjunto integrado que tem como objetivo a subsunção ao capitalismo de estado da ex-URSS.

⁷⁸ Tayloristicamente, o agitador tem como princípio interessar material e individualmente o trabalhador pelo que faz, amparando-se em citações de Lênin. As reuniões de empresa, células do partido, Komsomol, clubes culturais e educacionais, jornais de empresa e cartazes fazem o papel do *organizador coletivo* na empresa. Tais reuniões intensificam-se por ocasião da aplicação de *novas diretrizes*. Os resultados desse trabalho pedagógico são amplamente divulgados e constituem base para uma próxima atividade. O *lazer é organizado*, os agitadores ocupam as horas vagas do operário organizando excursões culturais e piqueniques, visitas a museus técnicos, científicos e de antiguidades e concitam a maior leitura de livros. Tal organização tem como finalidade reagir à ação dos *bêbados e vadios*. A atividade esportiva é considerada ótimo meio para atingir os objetivos dos propagandistas. (TRAGTENBERG, 1974, p. 87)

As contradições surgem, inevitavelmente, nos países “comunistas”. Não é possível a sustentação de um regime político “comunista” com uma base de produção capitalista. Somadas a essa contradição, as posturas autoritárias e reacionárias aceleram a queda de um regime que surge, desde sua origem, na polarização política de duas nações com suas forças produtivas em diferentes graus de desenvolvimento.

Tanto nos países declaradamente capitalistas como nos “comunistas”, os mecanismos de controle e submissão do trabalhador na sua essência se assemelham e são utilizados para assegurar a reprodução das elites, apesar das pequenas diferenças.

A ideologia, ao longo desse processo de transformação da base produtiva, incorpora elementos cada vez mais elaborados e consistentes no processo de exploração e controle do capital sobre o trabalho.

Em um dos ensaios em “Prismas”, Adorno (1962) escreve: “A ideologia, a aparência socialmente necessária, é hoje a própria sociedade real.”, Essa afirmação encontra amparo no contexto da educação, porque esta se tornou um dos elementos essenciais para a reprodução do sistema capitalista. Para Mészáros (2002), a educação exerce a ação de garantir a reprodução sociometabólica do capital. Entretanto, uma educação construída em outras bases, ou seja, em outro modo de produção, muito provavelmente influenciaria o modo de produção dominante.

Assim, a universidade atual “reproduz o modo de produção capitalista dominante, não apenas pela ideologia dominante que transmite, mas também pelos servos que ela forma”. (TRAGTENBERG, 2004, p. 14). A universidade e todo o complexo burocrático erguido em função do modo de produção capitalista fundamentam-se na formação daqueles que, após seus estudos, irão se inserir diretamente na produção, a “reciclagem” daqueles que já estão inseridos, a não “qualificação” daqueles que formam o “exército industrial de reserva”.

Para que isso ocorra na base da educação, “a ideologia do acadêmico é não ter nenhuma ideologia, faz fé de apolítico, isto é, serve à política do poder”. (TRAGTENBERG, 2004, p. 17).

A educação, por essa perspectiva, é responsável pela materialização da ideologia na consciência dos indivíduos, preparando-os para aceitarem a realidade, para reproduzirem a organização do mundo dominante, para “romperem” com a realidade em

direção aparentemente oposta, mas que, na verdade, segue o mesmo padrão. Em razão disso, a educação incorporada no sistema burocrático da escola torna-se “inculcação ideológica”. Dessa forma, “o aparelho escolar impõe a inculcação ideológica primária e é seguido pelos diversos aparelhos: televisão, publicidade, seitas, etc.” (TRAGTENBERG, 2004, p. 56)

Ressalte-se, todavia, que “os aparelhos ideológicos [a escola nesta situação] não criam a ideologia; inculcam a ideologia dominante. Não é a Igreja que cria e perpetua a religião; é esta que cria e perpetua a Igreja, diferentemente do que pensava Max Weber”. (TRAGTENBERG, 2004, p. 57). A escola materializa a ideologia dominante na consciência dos indivíduos por meio das relações sociais estabelecidas no seu interior.

Apesar disso, é importante salientar que há possibilidades reais de mudanças. A própria dimensão histórica, a composição psíquica dos sujeitos, as contradições ocorridas nas relações sociais e o rompimento natural oriundo das transformações do mundo concreto são elementos mais que suficientes para mudanças que, inicialmente, são quantitativas e, posteriormente, qualitativas. É a concepção da dialética negativa⁷⁹ de Adorno (1975), em que o princípio da não-identidade é a lógica da transformação.

Para Tragtenberg, o aparelho escolar exerce o papel ativo na reprodução das relações sociais de produção. Isso ocorre, porque:

- i. Contribui para a formação da força de trabalho.
- ii. Inculca a ideologia dominante por meio das práticas escolares.
- iii. Reproduz as relações materiais das classes sociais.
- iv. Contribui para manter as condições ideológicas nas relações de dominação.

Dessa forma, a escola apresenta-se como um aparelho ideológico, cujo objetivo é inculcar a “ideologia primária”. Reforçando a escola, os demais aparelhos de disseminação ideológica (a televisão, a publicidade, as religiões e outros) exercem função ativa, tanto quanto a escola (TRAGTENBERG, 2004, p. 56).

⁷⁹ “*La formulación Dialéctica Negativa es un atentado contra la tradición. Ya en la dialéctica platónica, el instrumento lógico está al servicio de un resultado positivo; la figura de una negación de la negación fue siglos después un nombre pregnante para lo mismo. Este libro intenta libertar la dialéctica de una tal naturaleza afirmativa, sin perder lo más mínimo en precisión. Devanar su paradójico título es una de sus intenciones*”. (ADORNO, 1975, p. 7)

Assim, como aparelho ideológico, a escola é uma unidade contraditória que compreende a cultura, a família e a própria escola. Ela manifesta, em muitas situações, o princípio da diferença social (TRAGTENBERG, 2004, p. 55), resultado da divisão social do trabalho. “A escola pode ser aparelho ideológico segundo estágios do modo de produção capitalista na sua combinação concreta no interior de cada formação social capitalista. A escola não cria a divisão em classes, mas contribui para essa divisão e para a reprodução ampliada das classes sociais, que comporta alguns aspectos: os aparelhos ideológicos não criam a ideologia; inculcam a ideologia dominante.” (TRAGTENBERG, 2004, p. 56-57)

A escola, portanto, inculca a ideologia por meio do “saber”, da cultura, da “verdade científica” e assim por diante. (TRAGTENBERG, 2004, p. 53). A universidade, nesse contexto, apresenta-se como uma organização dominante, de reprodução da ideologia, ao mesmo tempo em que cria uma contra-hegemonia de resistência.

Mesmo nos chamados “cursos críticos”, o que se percebe é uma adesão de segunda ordem aos princípios da ideologia dominante. “Isso se realiza mediante um processo de ‘contaminação’. O curso catedrático e dogmático transforma-se num curso magisterial e crítico; a crítica ideológica é feita nos chamados ‘cursos críticos’, que desempenham a função de um tranquilizante no meio universitário.” (TRAGTENBERG, 2004, p 13)

A falsa sensação de rompimento com a lógica de dominação vigente por meio da crítica elaborada na universidade não passa, segundo Tragtenberg, de uma estratégia de “alívio” da consciência dos críticos da universidade. A crítica, então, funciona como um meio de desculpabilização social.

Todo esse movimento, portanto, precisa de uma revisão profunda. A crítica tornou-se, ela mesma, um elemento de mediação. Com essa “apropriação da crítica pelo mandarinato universitário, mantidos o sistema de exames, a conformidade ao programa e o controle da docilidade do estudante, como alvos básicos, constitui-se numa farsa, numa fábrica de boa consciência e delinquência acadêmica, daqueles que trocam o poder da razão pela razão do poder. Por isso, torna-se necessário realizar a crítica da crítica, destruir a apropriação da crítica pelo mandarinato acadêmico”. (TRAGTENBERG, 2004, p. 14)

Cria-se, assim, uma ideologia do consenso, que, na relação entre trabalho e educação, se manifesta como “‘formação, como realização da ‘vocação profissional’, que, na realidade, não significa a atualização de potencialidades inatas na mão-de-obra, mas obediência à lei da oferta e procura da força de trabalho no mercado. O conceito ‘formação permanente’ foi considerado impróprio e modificado para ‘formação profissional contínua’, que tem como fim a ascensão social: adaptar os trabalhadores às mudanças tecnológicas.” (TRAGTENBERG, 1989, p. 30-31)

Por isso, “é melancólico observar que a ideologia do poder consiste na mentira. Isto é, o poder apresenta um discurso autonomista e uma prática de dependência.” (TRAGTENBERG, 2004, p. 112) Na concepção de Tragtenberg, a universidade reproduz essa ideologia dominante, contribuindo ainda na mediação para perpetuação das explorações por meio de trabalhadores com formação e qualificação para o trabalho.

Nessa perspectiva, fica bastante claro que a educação formal não é força ideologicamente primária que consolida o sistema do capital; tampouco é capaz de, por si só, fornecer uma alternativa emancipadora radical. Uma das funções principais da educação formal nas nossas sociedades é produzir tanta conformidade ou ‘consenso’ quanto for capaz, a partir de dentro e por meio dos seus próprios limites institucionalizados e legalmente sancionados. Esperar da sociedade mercantilizada uma sanção ativa – ou mesmo mera tolerância – de um mandato que estimule as instituições de educação formal a abraçar plenamente a grande tarefa histórica do nosso tempo, ou seja, a tarefa de romper com a lógica do capital no interesse da sobrevivência humana seria um milagre monumental. É por isso que, também, no âmbito educacional, as soluções “não podem ser formais; elas devem ser essenciais”. Em outras palavras, elas devem abarcar a totalidade das práticas educacionais da sociedade estabelecida. (MÉSZÁROS, 2007, p. 207)

Na sociedade do consumo, diploma universitário vira mercadoria. “No entanto, o que tais diplomas significam no nível de maturidade política? A essa pergunta Weber mesmo responde: qualquer empregado ou dirigente sindical que vive os problemas políticos tem mais maturidade do que qualquer diplomado em Física, Filologia ou Filosofia, a quem falta a *práxis* política e um nível de consciência.” (TRAGTENBERG, 1974, p. 120)

Ao contrário do que se imagina, o diploma universitário não representa necessariamente um indivíduo mais emancipado, no máximo, um indivíduo esclarecido⁸⁰.

⁸⁰ Segundo a concepção de Horkheimer e Adorno (1985).

O problema não é a escolha por uma formação técnica, pela consolidação do esclarecimento. Mais ainda,

(...) problema não é colocar todo mundo na universidade, por princípio – sem dúvida, se o cidadão tiver interesse em uma carreira técnica. (...) acontece que, na estrutura atual, a escola técnica e o curso profissionalizante cada vez mais se transformam em escolas de pobre, e, mais do que isso, formam um cidadão obediente e respeitoso à hierarquia, ao poder, em vez de lhe dar uma qualificação para o exercício de alguma profissão. Nesse sentido, é que eu digo que a educação é acima de tudo um problema político.” (TRAGTENBERG, 2004, p. 182)

Educação e política, para Tragtenberg, apresentam uma relação direta e íntima. Na sociedade do esclarecimento, aparece o que Tragtenberg chama de psicocratas e tecnofrenos. “Manipulado, angustiado, inculcado, o indivíduo hoje se caracteriza por grande *apatia* política. Por quê? Porque o poder social de um indivíduo é igual ao do outro. Ou, toda preocupação do poder é fragmentar as classes sociais em indivíduos. É o triunfo do psicólogo sobre o político deliberadamente ocultado. Trata-se da regressão do político ao psíquico.” (TRAGTENBERG, 1989, p. 26-27)

O indivíduo só recupera seu poder social no interior da sua classe social, mesmo assim, com limitações. O movimento de regressão do plano político ao plano psíquico, provocando fragmentação e desarticulação política, leva ao aparecimento de um mecanismo de compensação de valores e manipulação das crenças. Assim, “a regressão do político ao psíquico leva a um modo pervertido de existência social onde cada um compensa sua castração pelo prazer de manipular o outro. O que o poder pede à psicossociologia é ocultar os conflitos do nível político, pois o conflito ao nível político pressupõe a divisão do poder.” (TRAGTENBERG, 1989, p. 28)

Discussões são introduzidas para promover a articulação política. Todavia, a fragmentação das relações sociais, a incapacidade do Estado de gerenciar atividades consideradas estratégicas só pode ser rompida com o processo de compensações gradativas. Essa “economia das pequenas recompensas”, somadas à oferta das “falsas sublimações”, dimensiona a política como elemento de mediação dos interesses das classes dominantes.

No âmbito do aparelho ideológico escolar, a disseminação da ideologia se dá, em grande parte, pelas relações políticas formadas nas relações sociais. Não há conhecimento ideologicamente neutro e até mesmo os conhecimentos surgidos do mais

refinado critério empírico não deixam de ter sua dimensão política. Tudo isso ocorre, porque nenhum sujeito está à mercê da vida política. Na escola, essa realidade é bem mais evidente. Dessa forma,

A instrução e o conhecimento, segundo Ferrer, de elementos de libertação na estrutura escolar atual transformam-se num poderoso meio de servidão nas mãos dos que detêm o poder. Analisando a função professoral, Ferrer mostra que ‘os professores não passam de instrumentos conscientes ou inconscientes das vontades dos que detêm o poder de mando, eles próprios formados segundo os princípios dominantes’. Para Ferrer, além da função da inculcação, a Escola mantém um *ethos* repressivo, oprime os oprimidos (professores) e os oprimidos (alunos) ‘são oprimidos de tal forma que só têm como solução a obediência’. Tal ‘educação’ é, segundo Ferrer, a tradução da ‘dominação’. O saber opera como tradução do poder. Para Ferrer, a educação racional opera como mecanismo de defesa contra os preconceitos e a ignorância a serviço do poder político e econômico. (TRAGTENBERG, 2004, p. 154-155)

Analisando a citação anterior, um questionamento surge ao natural: como se “libertar” desse processo de dominação que também invade a educação como um todo?

Dois caminhos são inevitáveis: a superação do modo de produção capitalista e a ação de educar os educadores. Nenhum desses caminhos é fácil de acontecer, mas o tempo histórico comprova que um modo de produção inevitavelmente é superado por outro. O regime do mandarinato na China, o modo de produção da Idade Média, em que o monopólio da força e da violência garantia o poder concentrado nos senhores feudais, até o capitalismo de mercado, baseado no anonimato weberiano e na estrutura burocrática estudada por ele, são exemplos de que períodos históricos surgiram e são superados.

Todavia, é importante ressaltar que nenhum modo de produção se tornou tão destrutivo ou potencialmente bárbaro como o do sistema de capital. Exemplos disso são a bomba de Hiroxima, a poluição ambiental, a violência em massa (genocídio de Ruanda), o nazismo e outros. Os indivíduos perdem sua identidade e alienam-se cada vez mais no trabalho, incorporando uma série de novas responsabilidades, para as quais não é permitido o fracasso (SENNET, 1997). Seu nome passa a dar lugar para o “fulano” da empresa X. No geral, transformam-se em consumidores, trabalhadores, colaboradores, profissionais, esquecendo-se sua dimensão humana. A destruição da subjetividade provoca ruínas que exigem a edificação de uma nova subjetividade em bases pouco sólidas. Indivíduos tornam-se pessoas, daí para frente, o homem desumaniza-se cada vez mais, pois as pessoas vão se tornando impessoais. Portanto, o

indivíduo é reificado cada vez mais, em um processo contínuo, que Marx explica no trecho descrito a seguir.

Os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; estas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina a realidade; ao contrário, é a realidade social que determina sua consciência”. (MARX, 1979, p. 82-83)

O modo de produção capitalista produz valores, crenças e um conjunto de normas reguladas pela “ética do capital, o lucro.” (FARIA, 2004). Entretanto, essa ética, quando desmorona, desestabiliza a dinâmica social e o sentido das práticas, instalando-se a crise. O capital permite organizar novamente esses valores, crenças e regras, por meio daquilo que Mészáros (2002) chama de “reprodução sócio-metabólica do capital”. Essa reorganização ocorre pela relação entre uma nova formatação das relações de produção com a ideologia em vigor, uma “nova cultura” e uma “nova política” criadas pelo capital. Daí surge a pós-modernidade, em consequência dessa nova reorganização do capital em tempos de acumulação flexível.

A educação não cria a consciência, apenas a consolida ou prepara os indivíduos para uma posição de resistência e/ou para a luta no plano político e cultural. Conforme afirma Marx, a consciência é determinada pela realidade social. No plano político, a consciência é o elemento de luta, mas as armas são fabricadas no modo de produção da vida material.

Em relação a luta de classes, para Tragtenberg verifica-se um entendimento ampliado sobre classes sociais. Suas análises estão ponderadas por fatos históricos relevantes. Crítico em relação ao conceito de classes sociais em Weber, não deixa que preconceitos fundamentem as diferenças de classes sociais. Esse fato pode ser verificado na idéia que segue:

Ressalta a importância dos fatores morais na luta de classes, onde os sentimentos de solidariedade das massas são decisivos nas suas lutas reivindicatórias, de certa forma repetindo Marx quando enunciava ser o auto-respeito e a independência mais importantes que o pão. Quanto à seleção natural em si mesma, o biólogo Hans Driesch caracterizou a hipótese darwiniana de uma acumulação gradativa das variações acidentais como idêntica à hipótese de criar uma estrutura de uma casa jogando tijolos no local ao acaso. A resposta a isso não se acha na

biologia, eis que Diderot no século XVIII sustentara iguais princípios. Darwin juntara a isso a teoria da população de Malthus, segundo a qual a população tende a crescer geometricamente e as subsistências crescem aritmeticamente; assim a pobreza, crime, guerra são as únicas alternativas à abstinência cristã ou à exterminação voluntária. É claro que o malthusianismo legitimava a posição diferencial que as classes ocupam numa sociedade estratificada sob o capitalismo, daí o neo-malthusianismo ver nos anticoncepcionais um escape ao vício e à miséria⁸¹.

Analisando com maior detalhamento, Tragtenberg associa a idéia de classes sociais e, conseqüentemente, a de luta de classes com a luta ideológica em que uma parte da ciência torna-se argumentação para a barbárie. A luta de classes, portanto, está associada à disputa pela dominação de todas as formas de um grupo sobre o outro.

Denúncias sobre a tendência de dominação de determinadas classes sociais sobre outras, impulsionadas pelos instrumentos de poder, como a burocracia, por exemplo, são reiteradas em Tragtenberg. Por isso,

A dominação da burguesia alemã se deu com a exclusão da penetração do capitalismo no campo. Isso determinou um ritmo lento na transição ao capitalismo, fazendo com que a burguesia alemã acordasse no plano político, tendo como contraste a organização dos trabalhadores. Esse ritmo de desenvolvimento desigual do capitalismo levou-a a soldar sua dominação em aliança com a nobreza, onde o estado cumpria o papel de cimentar a nova aliança de classes. O crescimento de uma pequena burguesia nos poros de uma formação feudal em transição, onde o Estado tem o papel de “cimento” político, explica. A relevância do Estado, exército e burocracia no processo alemão e, logicamente, o fosso entre o autoritarismo real e o discurso liberal sob Weimar que levaria às trevas do nazismo. Da mesma forma, a penetração do capitalismo no Brasil se dá na base de uma aliança de classes entre a oligarquia rural, setores industriais e bancários nascentes e a presença do Estado cimentando tal aliança⁸².

Em Tragtenberg, a temática da luta de classes está associada com o processo civilizatório. A dominação de muitos por alguns é o próprio limiar da barbárie, em que a violência se apresenta como um ato justificado pela razão construída pela ideologia das classes dominantes. Observa-se, também, que os “grandes atos bárbaros” da humanidade são denunciados no cotidiano dos indivíduos. É na ação transformadora da sociedade, ou seja, no trabalho, que se percebe o processo civilizatório que acompanha a humanidade.

Em relação a educação de classe, a universidade é uma instituição de classe, ou seja, uma instituição dominante ligada à dominação. (TRAGTENBERG, 2004, p. 12). Não é uma instituição neutra e tampouco democrática no sentido pleno. As contradições de classe manifestam-se, sobretudo, porque a universidade não é neutra, apesar de

⁸¹ A nova eugenia. Publicado no jornal Folha de São Paulo, em 23/12/1984.

⁸² De Weimar a Dallari. Publicado no jornal Folha de São Paulo, em 29/07/1980.

desenvolver uma ideologia do “saber neutro”, científico, voltado para o avanço da cultura e acima de qualquer ideologia.

No sistema de produção capitalista, a universidade

forma a mão-de-obra destinada a manter nas fábricas o despotismo do capital; nos institutos de pesquisa, cria aqueles que deformam dados econômicos em detrimento dos assalariados; nas suas escolas de direito, forma os aplicados de legislação de exceção; nas escolas de medicina, aqueles que irão convertê-la numa medicina do capital ou utilizá-la repressivamente contra os deserdados do sistema. Em suma, trata-se de ‘um complô de belas almas’ recheados de títulos acadêmicos, de doutorismo substituindo o bacharelismo, de uma nova pedantocracia, da produção de um saber a serviço do poder, seja ele de que espécie for. (TRAGTENBERG, 2004, p. 12)

A universidade funciona como uma máquina de títulos acadêmicos. Na sociedade da produção em massa, a quantidade é mais importante que a qualidade. Criam-se linhas de produção e as “melhores instituições” tem seus selos – os diplomas emitidos – de qualidade aceitos e valorizados pelo mercado de trabalho. “(...) o título acadêmico torna-se o passaporte que permite o ingresso nos escalões superiores da sociedade: a grande empresa, o grupo militar e a burocracia estatal”. (TRAGTENBERG, 2004, p. 17)

Evidente que há educação voltada para a emancipação no interior da universidade. Todavia, a burocracia que regula a educação superior no Brasil – e aqui se destacam o Ministério da Educação, as agências de pesquisas e de regulação – impõem uma lógica da racionalidade econômica e instrumental, em que a quantidade precisa atender ao crescimento econômico.

Uma reflexão de Tragtenberg, referente ao acesso à universidade do Estado, destaca quem tem acesso a ela

(...) aquele que pode pagar um bom curso colegial. Então, há uma articulação entre um colégio de elite e uma universidade ‘gratuita’, porque a universidade do Estado não é gratuita, porque todos os que produzem bens, todos os produtores da sociedade, estão pagando essa universidade. Só que aos benefícios dela é uma pequena minoria, uma pequena fração da sociedade que tem acesso. (TRAGTENBERG, 2004, p. 174)

Há uma exclusão velada e revestida de democracia aparente por meio de um processo seletivo, o vestibular, cujo problema, segundo Tragtenberg, precisa ser visto dentro do problema da educação como um todo. Os supostos critérios de imparcialidade na realidade não existem, uma vez que o vestibular apenas legitima as classes dominantes, aqueles que têm acesso à educação com formação suficiente para classificar quem pode e quem não pode entrar em uma universidade do Estado. O

vestibular é o primeiro indicador de classe, pois, alguns poucos conseguem transpor essa educação estratificada em classes sociais. As diferenças estruturais da educação, desde a formação básica somada ao regime de classificação por competências, fazem da universidade do Estado uma falácia, ao professar o discurso de educação para todos.

O que se tem hoje é a criação de uma “reserva de mercado” na educação superior do Estado e nem mesmo a ampliação das vagas é suficiente para democratizar o acesso à Educação Superior. A exclusão, portanto, não se inicia no vestibular, ela acontece muito antes, ao longo de todo processo de educação a que os indivíduos estão submetidos.

Mesmo com essas críticas, Tragtenberg reconhece a necessidade de criar um sistema de entrada democrático, com critérios de imparcialidade e racionalidade. Alerta, apenas, que o problema do vestibular não está dissociado do problema da educação, assim como não está dissociado dos problemas sócio-econômicos⁸³.

Nas sociedades burocratizadas, a educação é estratificada. Nesse contexto, “a escola não cria a divisão em classes, mas contribui para essa divisão e reprodução ampliada”. (TRAGTENBERG, 2004, p. 56). Toda lógica da educação, do ensino formal às demais instâncias da educação, alunos e professores são incorporados na relação instrumental e racional legal. Reproduz-se a divisão de classes por meio de práticas e regras internalizadas e aceitas pelos indivíduos na sociedade. Fica mais fácil, assim, aceitar as diferenças, as mesmas que se identificam, ao longo da história, em outras épocas. Por isso, na atualidade, aceita-se “uma escola de alto nível, que prepara pessoas em termo de alto nível para mandar na sociedade, para as funções de mando nas empresas, nos institutos, para reproduzir as relações de dominação. E temos faculdades isoladas que funcionam em cada bairro, que fornecem apenas uma gratificação simbólica ao cliente que, geralmente, é um pobre, um diploma que nada vale. Essa é a grande mistificação que ocorre aí.” (TRAGTENBERG, 2004, p. 174)

O papel do professor, segundo Tragtenberg, é servir ao aparelho escolar e não ao de sua classe. (TRAGTENBERG, 2004, p. 55). “No interior do sistema social, as

⁸³ “Voltando ao nosso problema, eu não estou invalidando os esforços em estruturar um vestibular que realmente, do ponto de vista formal, obedeça a critérios de imparcialidade, de racionalidade, etc. Absolutamente não é isso, não. Apenas a minha colocação é a seguinte: que o problema do vestibular é importante ser visto dentro do problema da educação como um todo e esta, por sua vez, não pode estar dissociada do quadro socioeconômico. Não é que a gente vai resolver isso mesmo, porque aqui no país nós temos uma relação geralmente assim: muito saber sem poder e muito poder sem nenhum saber. Nas sociedades capitalistas chamadas democráticas, a estrutura diferencial de classe leva a uma estrutura diferencial do saber, sem dúvida. Agora, nas sociedades burocráticas, em que há uma estratificação diferencial, há uma estrutura diferencial de saber, também, sem dúvida nenhuma.” (TRAGTENBERG, 2004, p. 179)

instituições educacionais e seus sacerdotes, os professores, desenvolvem um trabalho contínuo e sutil para a conservação da estrutura de poder e, em geral, da desigualdade social existente.” (TRAGTENBERG, 2004, p. 67).

A posição radical de Tragtenberg define “as principais funções conservadoras atribuídas à escola e aos professores: a exclusão do sistema de ensino dos alunos das classes sociais inferiores e a que definimos como socialização à subordinação, isto é, a transmissão ao jovem de valores compatíveis com o seu futuro papel de subordinado.” (TRAGTENBERG, 2004, p. 68)

O posicionamento de Tragtenberg em relação ao papel da escola e dos professores demonstra claramente que ele não tem como centralidade verificar a posição ocupada pelo professor na estrutura social. Para ele, a definição da classe a que um indivíduo pertence passa necessariamente pela ideologia a que o indivíduo serve e a seu papel político na relação entre capital e trabalho.

Mas porque mesmo com toda crítica direcionada aos professores Tragtenberg deposita confiança na atividade docente?

Para Tragtenberg grande parte dos problemas está na estrutura burocrática existente. Para ele, a “universidade é rica em princípios e é pobre em organização democrática.” (TRAGTENBERG, 2004, p. 98). Os discursos são mais importantes que a realidade, sobretudo, porque as palavras servem, para os acadêmicos, como instrumentos de manutenção do poder. A burocracia universitária faz do uso das palavras armas de combates ideológicos, em que os conteúdos são menos importantes do que a forma. Na universidade, por exemplo, “o recrutamento do corpo docente, a origem social dos alunos, na sua maioria provindos das classes alta e média, caracterizam a elitização acadêmica como reprodutora do social mais amplo.” (TRAGTENBERG, 2004, p. 98)

Em Maurício Tragtenberg, toda educação é educação de classe. Ele não considera haver isenção ideológica no processo de educação. A escola é uma arena de lutas ideológicas, em que cada professor escolhe a que classe pertence, sendo que o simples fato de ser trabalhador não significa que o professor pertença, automaticamente, à classe trabalhadora. O que define sua identidade de classe é a ideologia a que o professor serve. Somada à burocracia da educação, o professor é um reprodutor da lógica do capital, em que a divisão de classe existe, mas que cada vez mais é dissimulada pela impressão de pertencimento de classe.

Neste contexto, a escola, a universidade e as instituições formais de ensino são organizações burocráticas.

As instituições formais de educação certamente são uma parte importante do sistema global de internalização⁸⁴. Mas apenas uma parte. Quer os indivíduos participem ou não – por mais ou menos tempo, mas sempre em um número de anos bastante limitado – das instituições formais de educação, eles devem ser induzidos a uma aceitação ativa (ou mais ou menos resignada) dos princípios reprodutivos orientadores dominantes na própria sociedade, adequados a sua posição na ordem social e de acordo com as tarefas reprodutivas que lhes foram atribuídas. (MÉSZÁROS, 2007, p. 206)

A educação formal, focada aqui no sistema de ensino, são organizações do capital para o capital. As escolas e as universidades, portanto, são depositárias de saber instrumental, responsáveis pela formação por meio da transmissão de conhecimentos que possibilita a dominação crescente sobre a natureza e o mundo em geral. Educa-se na tradição do esclarecimento, dentro dos princípios iluministas, mas discute-se, muito pouco, sobre a educação moral, crítica e reflexiva. Quando são colocadas em pauta as questões morais, aparecem os filósofos do iluminismo – Diderot, D’Alembert, Locke e as idéias de Rousseau apresentadas de forma equivocada. Os filósofos do iluminismo pensaram em uma moral específica que hoje é apropriada para justificar o atual sistema de ensino.

É notório que os “Filósofos da Ilustração”, parafraseando Adorno, são os intelectuais do ensino tradicional, mas não se pode condená-los por isso, pois não são os responsáveis pelos equívocos conceituais aplicados ao sistema de ensino contemporâneo.

A pedagogia, na atualidade, além da filosofia do iluminismo, está organizada com os mesmos princípios da burocracia. “Isso é reproduzido na educação, onde o ensino tem muito de administrativo e ‘programado’. A rotina pedagógica não auxiliou os ‘administradores’ do ensino a agir num sentido de renovação; a rigidez dos programas administrativos e das rotinas escolares é reflexo da organização do meio e da rigidez de comportamento e atitudes – produtos dessa ‘matriz’ burocrática.” (TRAGTENBERG, 1989, p. 41)

A prevalência da estrutura burocrática no ensino resulta na “delinquência acadêmica”, segundo Tragtenberg.

⁸⁴ Segundo Mézáros (2007, p. 206), a internalização tem com objetivo “assegurar que cada indivíduo adote como suas próprias metas de reprodução objetivamente possíveis do sistema. Em outras palavras, no sentido verdadeiramente amplo do termo educação, trata-se de uma questão de ‘internalização’ pelos indivíduos da legitimidade da posição que lhes foi atribuída na hierarquia social, juntamente com suas expectativas ‘adequadas’ e as formas de conduta ‘certas’”.

A delinquência acadêmica caracteriza-se pela existência de estruturas de ensino em que os meios (técnicas) se tornam fins, os fins formativos são esquecidos; a criação do conhecimento e sua reprodução cedem lugar ao controle burocrático de sua produção como suprema virtude, em que ‘administrar’ aparece como sinônimo de vigiar e punir – o professor é controlado mediante os critérios visíveis e invisíveis de nomeação; o aluno, mediante os critérios visíveis e invisíveis de exame. Isso resulta em escolas que se constituem em depósitos de alunos, como diria Lima Barreto em *Cemitério de vivos*. (TRAGTENBERG, 2004, p. 18)

As características da administração burocrática são integralmente incorporadas na estrutura de ensino. Toda regulamentação – normas, leis, regras, etc. – do ensino superior é feita para garantir as instâncias de poder concentradas nas mãos das elites.

A delinquência acadêmica, segundo Tragtenberg, ocorre porque:

- A técnica, como manifestação da racionalidade instrumental, é mais importante que a própria formação dos indivíduos.
- A geração de conhecimento cede e está subordinada ao controle burocrático da produção do conhecimento.
- O sistema de controle é autoritário e está baseado na vigilância e punição, direta e indireta, dos “transgressores” das normas e regras definidas.
- O sistema de meritocracia prevalece, mascarando as desigualdades e as diferenças originais entre os indivíduos.
- As escolas passam a funcionar como fábricas de transmissão de conhecimento, em que o produto diploma é acreditado e validado por força da autoridade burocrática.
- Os alunos passam a ser clientes do produto conhecimento transmitido por meio de aulas.
- As escolas são administradas com base na “gestão profissionalizada” e as quatro funções básicas da administração são mais importantes que o princípio educativo do ensino.

O que ocorre na delinquência acadêmica é a imposição de modelos de gestão totalmente articulados com os princípios burocráticos das organizações capitalistas. O ensino formal tornou-se, no geral, mercadoria. Eventualmente, ocorrem contradições nas relações entre os indivíduos das trocas, sobretudo, porque o ensino ainda tem componentes seculares.

Conforme afirma Uhle (2001, p. 164) em relação ao pensamento de Tragtenberg sobre a educação, “a educação escolar só existe dentro de um projeto político, não existe

neutralidade nem meio termo nesse campo. Formar crianças e jovens implica pensar, antes de mais nada, em para o que estou formando. A história testemunha que os projetos educativos foram sempre ligados a projetos de dominação.”

A educação formal age como um “cão-de-guarda *ex-officio* e autoritário”, que introduz um conformismo generalizado e subordina os indivíduos à ordem estabelecida. (MÉSZÁROS, 2007)

Na escola, “o chamado ‘currículo invisível’ pode condenar o mestre. A escola funciona, nesse sentido, mais como elemento de domesticação do que como elemento de libertação e auto-afirmação. A burocracia universitária e ministerial oprime o mestre. Ele, por sua vez, tende a reproduzir essa opressão sobre o aluno: é a dialética do senhor e escravo de Hegel.” (TRAGTENBERG, 2004, p. 195)

O ensino é o principal meio de promoção da educação para o capital. No processo de ensino, é possível transmitir de forma direta os valores do sistema de capital, tanto na forma de conhecimento técnico, como na forma de ideologia propriamente dita, decorrendo, portanto, uma educação institucionalizada dos princípios que atende a esse sistema, cujo principal mecanismo centra-se no ensino. Assim,

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma “internalizada” (isto é, pelos indivíduos devidamente “educados” e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente imposta. (MÉSZÁROS, 2007, p. 2002)

A internalização dos valores que legitimam os interesses dominantes processa-se de forma mais direta e imediata por culturas onde predomina o sistema de ensino como processo de aprendizagem. Sobressai o fato de que, quanto mais burocratizado um país, maior a tendência de a educação desse mesmo país adotar o ensino como principal forma de transmissão e aquisição de conhecimentos.

Para Tragtenberg, o sistema de ensino tradicional é uma manifestação da burocracia instituída em um país. A educação, sendo mais ampla que o ensino, está diretamente associada ao processo de aprendizagem por meio do ensino tradicional. Todavia, o ensino, segundo Tragtenberg, atende aos interesses do capital. Para isso, estrutura todo processo de aprendizagem desenvolvido por meio da transmissão de conhecimentos instrumentais e ideológicos de forma a atender o projeto pedagógico do capital: aprender para produzir e consumir.

Em relação na educação no taylorismo/ fordismo, ela pode ocorrer por meios formais como o ensino, a pesquisa e a extensão, entretanto, não é somente nas organizações educacionais que a educação ocorre. Assim, como Mészáros, Tragtenberg era convicto de que

muito de nosso processo contínuo de aprendizagem se situa, felizmente, fora das instituições educacionais formais. Felizmente, porque esses processos não podem ser manipulados e controlados de imediato pela estrutura educacional formal legalmente salvaguardada e sancionada. Eles comportam tudo, desde o surgimento de nossas respostas críticas em relação ao ambiente material mais ou menos carente em nossa primeira infância, do nosso primeiro encontro com a poesia e a arte, passando por nossas diversas experiências de trabalho, sujeitas a um escrutínio racional, feito por nós mesmos e pelas pessoas com quem as partilhamos e, claro, até nosso envolvimento, de muitas diferentes maneiras e ao longo da vida, em conflitos e confrontos, inclusive as disputas morais, políticas e sociais dos nossos dias. Apenas uma pequena parte disso tudo está diretamente ligada à educação formal. (MÉSZÁROS, 2005, p. 53)

Tragtenberg (2004, p. 193) afirma, “a educação, enquanto sistema, não pode estar acima do desenvolvimento econômico social de uma sociedade.” É a base econômica⁸⁵ que define a educação e suas características e não o contrário.

Na atualidade, segundo Tragtenberg, é notório que “o conhecimento foi expropriado, formalizado e aprisionado nas instituições de ensino. O conhecimento formal torna-se mercadoria de consumo e, como tal, passa a ser o único valorizado.” (SILVA, 2001, p. 122)

Tragtenberg faz severas críticas à indústria da educação. “A criação de diplomas concedidos por institutos técnicos e universidades, o clamor pela criação de títulos em todos os setores em geral estão a serviço da formação de uma camada privilegiada nas repartições oficiais e nos escritórios particulares.” (TRAGTENBERG, 1974, p. 141)

A estrutura mercantilizada da educação reflete-se na comercialização de títulos acadêmicos, que privilegia uma parte da sociedade. Em grande parte, a transferência dos títulos herdados pelas relações de propriedade ou de nobreza presentes na Idade Média é substituída pela titulação das “competências” ou dos “méritos” obtidos na educação formal. Por um tempo, tentou-se elitizar a emissão de diplomas. Assim, ocorre “a chamada ‘democratização do ensino’, ou seja, a possibilidade de os capitais particulares terem rápido retorno na sua aplicação na indústria do ensino integrou grande contingente de estudantes que, ao se formarem, tornaram-se, como arquitetos, professores, engenheiros, médicos, mão-de-obra barata e abundante, sujeita às leis da

⁸⁵ A base econômica aqui deve ser entendida como as condições de produção da vida social a partir das condições materiais de existência.

exploração do capital através da condição de assalariados.” (TRAGTENBERG, 2004, p. 199)

O sistema produtivo do capital precisa de mão-de-obra especializada para conseguir produtos e serviços que serão vendidos, provocando, no ensino, uma dupla realidade: a massificação (para atender aos interesses da indústria da educação) e a elitização. Conforme Tragtenberg: “elitização do ensino se dá na medida em que quem tem capital econômico tem capital cultural (saber línguas estrangeiras, viajar ao exterior, comprar livros caros); para este, a universidade confirma com o diploma um poder simbólico ao poder real existente.” (TRAGTENBERG, 2004, p. 200)

A sociedade, nessa relação, valoriza o diploma acadêmico, porque “o mundo da realidade concreta é sempre muito generoso com o acadêmico, pois o título acadêmico torna-se o passaporte que permite o ingresso nos escalões superiores da sociedade: a grande empresa, o grupo militar e a burocracia estatal.” (TRAGTENBERG, 2004, p. 17)

Nas faculdades de educação, experiência comprovada pelo próprio Tragtenberg, “forma-se o planejador tecnocrata, a quem importa discutir os meios sem discutir os fins da educação, confeccionar reformas educacionais que na realidade são verdadeiras ‘restaurações’.” (TRAGTENBERG, 2004, pg. 12)

No ensino burocratizado, a formação está limitada às necessidades imediatas requeridas pelo sistema de capital. Para garantir o atendimento dessas necessidades, em partes, o professor acaba por fazer o papel policial que garante estabilidade da burocracia existente. Assim, o próprio ensino, forma “o professor policial, aquele que supervaloriza o sistema de exames, a avaliação rígida do aluno, o conformismo ante o saber professoral.” (TRAGTENBERG, 2004, pg. 13)

O conhecimento, no ensino semiformal, é menos importante do que o controle sobre ele, assim, deve ser assegurado para evitar a apropriação indevida ou perdas de interesse do capital. Logo, “a pretensa criação do conhecimento é substituída pelo controle sobre o parco conhecimento produzido pelas nossas universidades, o controle do meio transforma-se em fim, e o *campus* universitário cada vez mais parece um universo concentracionário...” (TRAGTENBERG, 2004, pg. 13)

Suas críticas não são direcionadas a ninguém em específico e têm o objetivo de conduzir a classe a um olhar mais crítico sobre si mesmo. Suas provocações estão orientadas para uma reflexão profunda do papel do professor na sociedade sob o sistema de produção capitalista.

O saber do professor, em nenhum momento, é desmerecido, questionando-se, não obstante, a concentração de poder em decorrência da instituição burocrática da educação. Os sistemas de avaliações regulamentados por órgãos da educação são os instrumentos de garantia de dominação. Dessa forma,

O exame, mais que o programa, define a pedagogia do docente. O objetivo que a pedagogia burocrática lhe propõe não é o enriquecimento intelectual do aluno, mas seu êxito no sistema de exames. O melhor meio para passar nos exames consiste então em desenvolver o conformismo, submeter-se: isso é chamado de ‘ordem’. Portanto, colocam-se três objetivos ao docente: conformidade ao programa, obtenção da obediência e êxito nos exames. (TRAGTENBERG, 2004, p. 48)

Para Tragtenberg, o ensino reflete o mundo do trabalho, mais especificamente, a separação entre trabalho manual e intelectual. Por isso,

Os formadores não precisam eles mesmos de uma ‘reciclagem’? Os ‘educadores’ não precisam ser educados? Nenhuma declaração oficial de intenções poderá mudar a concepção de ‘formação’ contínua, fundada: a) na separação taylorista entre trabalho manual e intelectual, b) na superioridade da cultura clássica, fundada no intelecto, sobre outras, fundadas na prática. A pedagogia dos jogos de empresa tem como finalidade mostrar à mão-de-obra que os problemas complexos, a situação enredada, tendo como fim último conscientizar a mão-de-obra da onipotência dos tecnocratas. (TRAGTENBERG, 1989, p. 32-33)

A separação entre ensino nas escolas tradicionais e empresas é proposital, refletindo a separação entre instâncias de poder baseados na divisão entre classes sociais. A escola tradicional prepara os indivíduos para desenvolver habilidades e competências essenciais para garantir o sistema de produção do capital, assim como os prepara para internalizar as regras e comandos necessários para manutenção do *status quo*. A empresa cria seus métodos de ensino – treinamento, vivências, etc. – como forma de reforçar tecnicamente e psicologicamente os indivíduos para suportar a vida.

Weber, analisando a produtividade do trabalho na indústria têxtil de propriedade de sua esposa, procura estabelecer as causas das diferenças entre os operários, levando em consideração as diferenças de raça, sexo, idade ou origem social. Estuda, também, a função estabilizadora do casamento. Consegue mostrar que, após um período de adaptação, “o operário chega a um equilíbrio ótimo entre o esforço e a produtividade.” (TRAGTENBERG, 1974, p. 110)

Com esse estudo, percebe-se que o trabalho tem uma função de estabilização, mas para que isso ocorra, os fatores que influenciam esse fenômeno precisam estar em conformidade com as expectativas dos operários. De certa forma, a educação tem essa

mesma função em determinadas situações, sobretudo, nas relacionadas ao cotidiano do trabalho.

Os treinamentos, os processos de qualificação, as aprendizagens promovidas no ambiente da empresa têm a finalidade, também, de adaptar os indivíduos para as atividades do trabalho. Antes mesmo da empresa e do seu processo de disciplinação no interior da empresa, “a escola é um elemento de ‘disciplinação’ da futura mão-de-obra para as indústrias e para a burocracia de Estado. A burocracia escolar controla o professor através da nomeação e dos mecanismos de carreira e o aluno através do sistema de exames e notas.” (TRAGTENBERG, 2004, p. 194)

Se, por um lado, a escola controla por meio de exames e notas, na empresa, controla-se pela produtividade, tanto individual como coletiva. Entretanto, não é a escola que cria o ambiente e o projeto pedagógico para adaptar os alunos ao sistema de produção, mas, ao contrário, é o sistema de produção que define os ambientes e projetos pedagógicos necessários para que o processo de disciplinação aconteça de forma mais tranquila possível. A escola tem, ainda, outra função, na atualidade, a de preparar os alunos para se tornarem consumidores. Com a variedade de produtos disponíveis para serem consumidos, faz-se necessária a “preparação” dos alunos para se tornarem consumidores qualificados e adequados às novas estratégias de comunicação, ao ritmo do lançamento de novos produtos, às adaptações entre o que é consumido e o que está relacionado à classe social, etc.

A empresa institui e dissemina a pedagogia do capital. As empresas estabelecem as aprendizagens instrumentais e pedagógicas fundamentais para garantir a reprodução sociometabólica do capital. Para garantir a reprodução harmônica dos princípios e valores, várias estratégias são implantadas na empresa, muitas delas, lembrando o próprio ambiente escolar ou a estrutura da escola. Por exemplo,

A biblioteca é precioso auxiliar do jornal de empresa. A maioria do seu acervo é composta de literatura de divertimento ou moralizante, no gênero ‘Vencer na vida’, ‘Auto-ajuda’ e outras preciosidades. Os cursos nas empresas ocupam grande espaço, especialmente, os destinados àqueles que têm com o operário uma relação cara a cara: os quadros médios. A administração procura conciliar uma atitude amistosa com o operário e a manutenção da hierarquia e autoridade da empresa. Cursos como ‘arte de falar em público’, ‘fale corretamente’, ‘com dirigir uma reunião’ ocupam programas com 10 horas diárias de aulas, utilizando filmes, computadores, estudo de ‘casos’ e toda a tecnologia educacional disponível. Há também cursos à noite de gramática inglesa, retórica, oratória, como relacionar-se com o próximo, história da empresa, que ocupam grande parte do tempo dos especialistas em relações humanas. (TRAGTENBERG, 1989, p. 26)

Em muitos casos, os trabalhadores das empresas não precisam, de fato, dos conteúdos apreendidos para realizar seu trabalho, no entanto, a sensação de estar atualizado, de ser “cuidado” pela empresa, de estar aprendendo, de obter cultura é fundamental para a criação de um imaginário da empresa-mãe. A escola, dessa forma, prepara o aluno para se adaptar à realidade organizacional sem maiores dificuldades.

Peter Drucker, “ideólogo das grandes corporações” (TRAGTENBERG, 1989, p. 4), é fundamentalmente um “educador” da empresa. Sua principal tarefa é mediar as contradições ocorridas no interior das organizações. O princípio educativo da empresa é o acúmulo do capital e as propostas pedagógicas são orientadas para as aprendizagens que garantam a separação entre trabalho intelectual e trabalho manual e a internalização da ideologia dominante.

Na atualidade,

as instituições de educação [incluindo as empresas] tiveram de ser adaptadas no decorrer do tempo, de acordo com as determinações reprodutivas em mutação do sistema do capital. Desse modo, teve de se abandonar a extrema brutalidade e a violência legalmente impostas como instrumentos de educação – não só inquestionavelmente aceitos antes, mas até ativamente promovidos por figuras do início do período iluminista, como o próprio Locke, como acabamos de ver. Elas foram abandonadas não devido a considerações humanitárias, embora tenham sido frequentemente racionalizadas em tais termos, mas porque uma gestão dura e inflexível revelou-se um desperdício econômico, ou era, no mínimo, supérflua. E isso era verdadeiro não só em relação às instituições formais de educação, mas também a algumas áreas indiretamente ligadas a idéias educacionais. (MÉSZÁROS, 2007, p. 205)

As empresas criam a cada dia que passa mecanismos de sedução mais elaborados e sutis. Os indivíduos percebem pouco ou alienam-se em relação à exploração do capital sobre o trabalho, porque a violência explícita vem sendo substituída por estratégias de dominação cada vez mais racionalizadas e aceitas socialmente. Conforme o próprio Mézszáros afirma, a violência tem sido alterada por outras formas de dominação, não causada pela humanização ou pela consciência emancipada dos indivíduos, mas porque economicamente é mais viável para o próprio capital. Desenvolve-se um movimento contraditório, em que a passivização no trabalho é inversamente proporcional às posturas agressivas dos indivíduos nos atos de consumo.

Tragtenberg acompanha as mudanças do mundo do trabalho, incluindo esse processo de mudança da violência explícita para a sutil. Além disso, Tragtenberg identifica o aparecimento de uma pedagogia, relacionada diretamente ao processo de burocratização. Assim, “aparentemente o exercício da chefia liga-se à competência: o

melhor aluno do colégio atinge a universidade, a melhor datilógrafa torna-se secretária, o melhor professor torna-se diretor.” (TRAGTENBERG, 1989, p. 16). A educação na empresa herda a separação de classes ocorrida desde os anos iniciais da educação. A conformação social é presente na sociedade japonesa⁸⁶. As organizações japonesas integram a escola tradicional com a empresa de forma singular, sobretudo, porque a cultura é, em partes, homogênea. Apesar de o Japão ser um país democrático, o que acontece na realidade é uma separação em classes reforçada pela conformação dos indivíduos na sociedade. Essa separação, herdada do seu período medieval, exerceu forte impacto na constituição social do país.

Tragtenberg acredita que as relações sociais seguem um padrão de autoridade, amplamente reproduzido na sociedade e nem sempre relacionado ao critério de competência, no sentido rigoroso da palavra. Dessa forma, “as sobrevivências anacrônicas na formação tradicional, produto por sua vez dos mesmos modelos fundamentais, tendem a produzir, engendrar e reproduzir o mesmo tipo de relações entre professores e alunos, chefes e subordinados, vendedores e clientes.” (TRAGTENBERG, 1989, p. 37)

A regra do “mercado”, ditada pela lógica da oferta e demanda da economia, faz dos indivíduos objetos. As ciências, nesse contexto, são instrumentos de dominação e de poder. Tem-se a percepção de que “o homem e os grupos humanos, para simplificar, funcionariam como máquinas. Como não se pode vender sem psicologia, ensinar-se-á isso aos vendedores, aos executivos. Isso determina uma formação específica ao nível do ‘saber’ e do ‘saber-fazer’.” (TRAGTENBERG, 1989, p. 34)

Para Tragtenberg, portanto, a formação e aperfeiçoamento decorrem de uma imposição externa, orientada para o acúmulo de capital, por isso, “o tipo de ‘formação’ e de aperfeiçoamento será uma pura transposição de modos tradicionalmente aprovados de ensino e aprendizagem. Os executivos aprenderão a psicologia de que necessitam. Reconhecendo as lacunas da formação acadêmica, as empresas procurarão organizar seus cursos e conferências.” (TRAGTENBERG, 1989, p. 34)

⁸⁶ “Os tais ‘Círculos de Controle de Qualidade’ surgiram no Japão, como resultado da formação de ‘Grupos Pensantes’ da indústria japonesa, tendo em vista conseguir maior produção e baixar os custos. O importante do ponto de vista do trabalhador é saber o que ele ganha com isso. No Japão, há uma integração do sistema escolar com a indústria. Assim, o estudante que ingressa em Universidade de nível ‘A’, trabalha em indústria do nível ‘A’. Se ingressar em Universidade de nível ‘C’, trabalhará em indústria do nível ‘C’, o que transforma o exame vestibular em martírio, permitindo a ocorrência de suicídios devido ao “fracasso escolar” e o estudante não ter ingressado em universidade de nível ‘A’. Da “fechadura” à “Abertura”. Publicado no jornal Notícias Populares, em 03/06/1982.

Como forma de resistência da formação tradicional, ocorrida tanto na escola como nas organizações capitalistas, Tragtenberg valoriza “o conhecimento tido como senso comum: o saber do trabalhador, o conhecimento gerado pela própria ação dos trabalhadores e, portanto, externamente às instâncias formais de ensino.” (SILVA, 2001, p. 122)

Ressalta-se, ainda, que a falta de domínio sobre a história faz com que a maioria dos indivíduos não consiga perceber outras possibilidades e modelos de educação, além das que já existem hoje. A falta de percepção das mudanças econômicas, ideológicas, políticas e sociais sucedidas na história criam uma rede de racionalidades que levam necessariamente a pensar sempre nas mesmas alternativas para educação. A tradição na educação, portanto, é reflexo de um movimento sinérgico das relações econômicas e sociais reproduzidas e controladas por um imaginário instituído na sociedade (CASTORIADIS, 1985).

As organizações capitalistas, incluindo as empresas, criam “propostas pedagógicas” com a finalidade de desenvolver habilidades e competências, instrumentais, comportamentais e conceituais, que proporcionam o fim último dessas organizações: o lucro. Eventualmente, essas propostas pedagógicas têm como objetivo a educação como meio para emancipar os indivíduos.

Como toda organização burocratizada, as educacionais “seguem uma conduta burocrática que “implica uma exagerada dependência dos regulamentos e padrões quantitativos, impessoalidade exagerada nas relações intra e extragrupo, resistências à mudança, configurando os padrões de comportamento na escola encarada como organização complexa. Em suma, o administrativo tem precedência sobre o pedagógico”. (TRAGTENBERG, 2004, p. 52)

Desde as escolas das séries iniciais até a universidade, “o sistema burocrático estrutura-se em nível de cargos, que, por sua vez, articulam-se na forma de ‘carreira’, onde diploma acreditativo, tempo de serviço e conformidade às regras constituem precondições de ascensão. Seu modo de recrutamento e sistema de promoção são definidos por ela como sigilo, como mecanismo de comunicação intraburocrático, diluído nas diversas áreas de competência.” (TRAGTENBERG, 2004, p. 47)

O mercado de trabalho cultua a competição como forma de comprovação de competências, ou seja, o mercado separa os “vencedores” dos “perdedores”, os “competentes” dos “incompetentes”. A escola, por essa lógica, incentiva essa prática mediante “sistemas de promoção seletivos” (TRAGTENBERG, 2004, p. 53). O aluno é

tão livre quanto o trabalhador para “decidir” entre ter êxito ou não. A escola, assim, apresenta-se como um aparelho de preparação, exercendo a função de simulador da realidade do mercado de trabalho, inclusive, para inculcar nos “fracassados” a certeza da sua incapacidade.

“As práticas do ritualismo escolar – deveres, disciplinas, punições e recompensas – constituem o universo pedagógico” (TRAGTENBERG, 2004, p. 54) de preparação dos futuros trabalhadores. A ideologia é incorporada sem maiores reflexões. Os alunos, portanto, apresentam-se para o mercado produtivo como instrumentos preparados para se alienarem no processo de trabalho. A domesticação da consciência se dá muito antes da vida produtiva do trabalho. Esses elementos garantem de forma segura a reprodução do sistema do capital sem maiores questionamentos ou resistência. Está assegurado, assim, “o escravo feliz”, preparado para aprender o que for necessário para melhoria contínua dos processos produtivos.

Por isso, Tragtenberg (2004, p. 54) afirma que “a escola realiza com êxito o processo de recalçamento de pontos de vista opostos aos hegemônicos e essa sujeição condiciona a inculcação.” A escola é como o centro da reprodução das relações de produção. “Não há escola única. Há graus de ensino nos quais alguns têm acesso em nível decrescente quanto mais alto for o escalão acadêmico”. (TRAGTENBERG, 2004, p. 52)

Dessa forma, “o aparelho escolar tem seu papel na reprodução das relações sociais de produção, quando: (a) contribui para formar a força de trabalho; (b) contribui para inculcar a ideologia hegemônica, tudo isso pelo mecanismo das práticas escolares; (c) contribui para reprodução material da divisão em classes; (d) contribui para manter as condições ideológicas das relações de dominação”. (TRAGTENBERG, 2004, p. 56). Ao exercer radicalmente o papel de crítico da escolarização, apesar de sua descrença no papel da escola como formadora de identidades sociais ou instituição capaz de educar os indivíduos, Tragtenberg dirige-se à instituição com conotação política de classe, que atende aos interesses diretos e imediatos do capital. Para essa posição, explica: “isso porque há uma separação entre as práticas escolares e as práticas produtivas em geral. A separação escolar é a chave na determinação do papel no conjunto de relações da sociedade atual. Isso é devido à divisão entre o trabalho material e o intelectual, entre teoria e prática. Toda escolarização é por sua natureza conservadora, pois é ela quem legitima a separação entre a consciência e a prática.” (TRAGTENBERG, 2004, p. 54)

De forma geral, o sistema educacional opera como uma “indústria intelectual”, em que a formação instrumental torna-se essencial para dar continuidade à separação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual. O sistema educacional

(...) operando por exclusão que atinge grande parte da população, é um dos aparelhos de hegemonia dos setores dominantes operando em relação ao povo não pelo ‘fazer falar’, mas pelo ‘fazer calar’. Nesse sistema insere-se a universidade. Ela é a porta que dá acesso ao desempenho às funções hegemônicas, obedecendo ao processo de industrialização, em que a alta densidade tecnológica implica funções de supervisão exercidas por ‘acadêmicos’. (TRAGTENBERG, 2004, p. 79)

As críticas destinadas à universidade, ao contrário do que podem parecer, não representam ataques para tirar o crédito da sua importância como instituição educativa. Referem-se à semelhança com as organizações produtivas do sistema capitalista apresentada pela organização burocrática da universidade.

Outra crítica referente volta-se para sua conformação de instituição dominante, ou seja, uma organização burocrática com a finalidade de reproduzir as relações de dominação ocorridas nas relações de produção. Por isso, “até hoje, a universidade brasileira formou assessores de tiranos, é o antipovo. Criada para produzir conhecimento, ela se preocupa mais em controlá-lo. A dominação que passa pela relação professor/aluno aparece através do sistema de exames.” (TRAGTENBERG, 2004, p. 71-72).

Assim como a empresa está intimamente relacionada ao controle da produtividade por meio de mecanismos quantitativos de medição de eficiências, “a universidade [no contexto histórico do taylorismo/ fordismo] acima de tudo faz exames, é o coroamento burocrático do saber. A pedagogia burocrática se define pela valorização das aulas magisteriais, avaliação regida através do sistema de notas e troca de informações entre professores sobre alunos. Isso mostra uma pedagogia repressiva.” (TRAGTENBERG, 2004, p. 71-72). O chão de fábrica representa-se, na escola, pela sala de aula. As planilhas de controles de produção, na atividade docente, são os diários de classe. As formas de controle reproduzidas nas organizações capitalistas são, portanto, reproduzidas nas universidades. Apesar disso, estas instituições, ao longo da sua história, somada à sua universalidade, carregam contribuições seculares, pois são anteriores ao próprio capitalismo.

A universidade não é “só uma instituição dominante na estrutura atual, como instituição de dominação. A universidade legitima sua existência pela produção de conhecimentos e pela transmissão dos mesmos. Na realidade, a ênfase da burocratização

na universidade se dá: (a) pelo controle sobre o conhecimento; (b) por substituir sua produção e criar um agente burocrático especializado pela transmissão do mesmo: o professor.” (TRAGTENBERG, 2004, p. 72)

A compreensão de que nenhum sistema econômico estabelece suas relações entre o concreto e o imaginário por completo por uma determinada sociedade, as contradições decorrentes das transformações históricas acabam por mediar o passado e o futuro, não de forma mecânica, mas por meio das contradições inerentes à própria história. Assim, o conhecimento gerado no passado entra em “conflito” com o da atualidade, embora prevaleçam os interesses das classes dominantes, estruturando todas as instâncias da produção. O elemento central da produção da universidade está no controle do sistema de exames, o batismo burocrático do saber. “O sistema de exames faz parte de uma pedagogia burocrática no sentido weberiano, que se converte em uma pedagogia repressiva na medida em que o aluno é submetido a: (a) avaliações rígidas pelo sistema de notas; (b) valorização da aula magistral (reconvertida a aula magna por uma reforma universitária); (c) troca de informações entre professores a respeito de alunos.” (TRAGTENBERG, 2004, p. 72)

No modelo da universidade burocratizada, a produção do conhecimento não configura o elemento mais importante, uma vez que o elemento central situa-se no controle sobre o conhecimento existente e sobre as pessoas, transformadas em trabalhadores. As “panelas burocráticas” formam-se e acabam por criar os “feudos” investidos de racionalidades dos “intelectuais”. “No tipo dessas ‘panelas’, professores investidos do poder de coordenadores de programas de graduação ou pós-graduação chefes de departamentos, institutos ou faculdades, colocam seus colegas sob ‘estado de sítio’. Estabelece-se na instituição universitária uma certa ‘ditadura acadêmica’ em que a dissensão é punida com o ostracismo, onde a fofoca de corredor age como retaliação do ‘excluído’.” (TRAGTENBERG, 2004, p. 213)

A universidade, então, aproxima-se de qualquer outra forma de organização capitalista, ao mesmo tempo em que se torna o espaço da socialização, da convivência, do fornecimento de identidades, da sublimação e da realização, transforma-se na arena das lutas pelo poder, da retaliação, do preconceito, da invasão, das malevolências. “Em suma, a universidade enquanto organização complexa não é uma ‘fábrica de consenso’, o reino da ‘harmonia’; é o espaço onde se explora trabalho humano; onde se dá a contradição entre os poucos que planejam e os muitos que executam.” (TRAGTENBERG, 2004, p. 74)

No interior da universidade, encontra-se uma “linha de produção”. Caso o professor não esteja no ensino público, ele se situa na “indústria do ensino em escolas particulares, onde prepara jovens burgueses para o bacharelado.” (TRAGTENBERG, 2004, p. 145). A universidade é vista por Tragtenberg como claro exemplo de que a burocracia avança em todas as direções, invadindo as organizações de ensino e as transformando em uma organização capitalista como outra qualquer. Não poderia ser diferente, pois, a universidade não forma uma estrutura à parte da própria organização do sistema capital. Apesar de muitas vezes os indivíduos que trabalham na universidade exercerem resistências ao modelo econômico em vigência, na maioria das vezes, elas atuam, apenas, como mediadoras do próprio sistema de capital, fortalecendo as relações de dominação.

Tragtenberg não é contra a existência da universidade, sendo sua atitude sempre de questionamento dos pressupostos burocráticos que invadiram os espaços universitários, sobretudo, para atribuir autonomia a uma organização que, em tese, deveria ser plural e voltada a formar para a emancipação.

Em uma sociedade, cujo modo de produção capitalista avança em decorrência da divisão do trabalho cada vez mais intensa, a separação entre os que pensam e os que executam, os que “sabem” e os que “agem”, intensifica cada vez mais a separação entre as classes sociais. No caso da educação, o professor alinhado com a ideologia capitalista equivale a um mediador da relação entre capital e trabalho.

A quantificação e a qualificação do saber têm como finalidade o controle sobre o processo produtivo. O saber, transformado em conhecimento, é apropriado para atender aos interesses do capital, logo, sua importância tem muito pouco a ver com as necessidades da humanidade, pois, prevalecem os resultados obtidos para apropriação de poucos. Assim, o modo de produção capitalista

(...) determina o tipo de formação por meio das transformações introduzidas na escola, que coloca em relação mestres e estudantes. O mestre possui um saber inacabado e o aluno uma ignorância transitória, não há saber absoluto nem ignorância absoluta. A relação de saber não institui a diferença entre aluno e professor, a separação entre aluno e professor opera-se através de uma relação de poder simbolizada pelo sistema de exames – “esse batismo burocrático do saber”. O exame é a parte visível da seleção; a invisível é a entrevista, que cumpre as mesmas funções de “exclusão” que possui a empresa em relação ao futuro empregado. Informalmente, docilmente, ela “exclui” o candidato. Para o professor, há o currículo visível, publicações, conferências, traduções e atividades didáticas, e há o currículo invisível – esse de posse da chamada “informação” que possui espaço na universidade, onde o destino está em aberto e tudo é possível acontecer. (TRAGTENBERG, 2004, p. 14)

As semelhanças com as empresas forçam a universidade e a educação formal em geral a aproximarem-se da lógica de acumulação do capital, em que se faz importante criar meios para a reprodução das relações de produção. As instituições da educação renderam-se, recentemente, à forma de organização produtiva e burocrática das empresas modernas, porque o modelo de gestão das instituições de ensino e toda estrutura legal no Brasil favoreceram a continuidade de práticas seculares e da burocracia baseada na tradição, em decorrência da pouca competitividade entre as instituições educacionais. Contudo, após a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, uma nova lógica foi incorporada às formas organizativas da educação.

Ergue-se, então, uma nova frente para o processo de acúmulo do capital no sistema de educação.

No interior do sistema social, as instituições educacionais e seus sacerdotes, os professores, desenvolvem um trabalho contínuo e sutil de conservação da estrutura de poder e, em geral, da desigualdade social existente. Duas são as principais funções conservadoras atribuídas à escola e aos professores: a exclusão do sistema de ensino dos alunos de classes sociais inferiores e a que definimos como socialização à subordinação, isto é, a transmissão ao jovem de valores compatíveis com o seu futuro papel de subordinado. (TRAGTENBERG, 2004, p. 68)

A “domesticação” das atitudes e o inculcamento ideológico são transmitidos no processo de socialização entre professor e aluno. Os professores procuram manter sua autoridade também pela legitimidade da tradição, procurando afastar as “intromissões estranhas”. Por exemplo, são praticamente unânimes na “recusa à interferência dos pais no seu trabalho, pois isso pode prejudicar sua posição de autoridade e sujeitá-los a controles por elementos estranhos”. (TRAGTENBERG, 2004, p. 50)

Da mesma forma, mostram-se avessos a mudanças que venham a questionar a relação de autoridade e responsabilidade entre professores e alunos. Contudo, é importante lembrar que o crescente avanço da relação mercantil na educação e da lógica da incorporação da autoridade baseada no racional-legal modificou as relações entre professores e alunos. Nesse meio, surge a figura do cliente e do empregado: o aluno cliente internaliza a lógica da mercantilização e o professor empregado da dominação e submissão em relação aos interesses do capital.

Em outros tempos, antes da “abertura” da educação para a iniciativa privada, a “transformação do professor ‘cão de guarda’ em ‘cão pastor’ acompanha a passagem da universidade tecnocrática, na qual os critérios lucrativos da empresa privada

funcionarão para a formação das fornadas de ‘colarinhos brancos’ rumo às usinas, aos escritórios e às dependências ministeriais.” (TRAGTENBERG, 2004, p. 13)

O diploma passa a corroborar um sistema em que a educação se transforma em burocracia, esse papel justifica a formação, a história, a “verdade” sobre as competências e habilidades adquiridas por um aluno que vai procurar emprego. Convenciona-se, portanto, que: medicina apenas para os médicos, contabilidade para os contadores, psicologia para os psicólogos e filosofia para os filósofos. Realmente, até mesmo a filosofia rendeu-se à lógica da mercadoria de Marx e a da burocracia de Weber. Não que não seja necessária a comprovação de conhecimentos específicos para o exercício de certas profissões, de fato, faz-se necessário assegurar que determinados conhecimentos sejam de domínio de um profissional, a questão consiste em garantir o exercício de qualidade de atividades por um simples diploma.

Em outra lógica, sem que a simples massificação ocorra também no âmbito da educação, o exercício da profissão deve ser amparado por relações intercambiáveis entre a produção do conhecimento, a reflexão do seu impacto para a sociedade e a forma e o contexto de aprendizagens em que os indivíduos se inserem. Assim, a superação da burocracia acadêmica tem como premissa fundamental “a criação de canais de participação real de professores, estudantes e funcionários no meio universitário, que se oponham à esclerose burocrática da instituição”. (TRAGTENBERG, 2004, p. 18)

A burocracia erigida na educação é a mesma alastrada em outras instâncias econômicas. Enquanto o burocrata da empresa privada é o seu gerente, diretor e demais, o da instituição de ensino é o professor, na maioria das vezes. Alguns podem se questionar: o professor é, realmente, o burocrata da educação? Responde-se: sim e não. Sim, quando exerce o papel de ideólogo do capital, isto é, trabalha para consolidar a ideologia que justifica a exploração entre trabalho e capital ou quando racionaliza o mal nas organizações (DEJOURS, 1999). Não, quando, ciente do seu papel social, luta contra essa forma de dominação, ao mesmo tempo em que se preocupa com a “autonomia” dos indivíduos. Nesse caso, “no que se refere ao pessoal, o burocrata da educação está separado dos meios de administração como o operário dos meios de produção, o oficial dos meios de guerra e o cientista dos meios de pesquisa”. (TRAGTENBERG, 2004, p. 47)

Outros indivíduos compõem a relação entre professor e aluno, destacando-se entre eles, o diretor ou coordenador. “Nas suas relações com o diretor, a expectativa de comportamento dos professores é que recebam apoio do mesmo, seja em relação a

alunos ou pais de alunos. Funciona o princípio de que nenhum professor deva criticar o colega ante terceiros, especialmente alunos.” (TRAGTENBERG, 2004, p. 50)

Representante dos interesses imediatos do capital, o diretor e o coordenador atuam para evitar os conflitos inerentes à relação entre capital e trabalho. São responsáveis por garantir a ética do capital para manter o *status quo*. Sua atribuição é de “preparar” o terreno para garantir a reprodução do sistema. Em muitas situações, o diretor “funciona como mediador entre o poder burocrático da secretaria e da escola como conjunto; sofre pressão dos professores no sentido de alinhar-se com eles, dos alunos para satisfazer reclamos racionais ou não, dos pais para manter a escola no nível desejável pela ‘comunidade’. Tem que possuir as qualidades de um político, ter algum senso administrativo, ser especialista em relações humanas e relatórios oficiais.” (TRAGTENBERG, 2004, p. 50)

O “gerente da indústria da educação” precisa garantir a harmonia na instituição, assim, passa a empregar na educação as mesmas técnicas de gerenciamento utilizadas nas indústrias, na atualidade. Administração por projetos, criação de indicadores de desempenho, remuneração e liberação de verbas variáveis de acordo com o desempenho são constantes na atual forma de administração das instituições de educação, seja em qualquer nível.

Assim, Tragtenberg entende por pedagogia burocrática

(...) um sistema onde os meios de controle se tornam fins, e os fins são esquecidos. Então, o Diário de Classe do Professor e o registro de faltas e notas são mais importantes que o curso ministrado ao aluno. Da mesma maneira que o ‘professor-polícia’ controla o aluno, o ‘diretor-polícia’ controla o professor que, por sua vez, na esfera estadual, é escravo do delegado de ensino, na maioria das vezes preposto dos grupos de interesse privado que se articulam com o nome de Arena – vide a última discussão a respeito em Caxias do Sul sobre a nomeação de delegados de ensino sujeitos ao ‘curral eleitoral’ da Arena local. A pedagogia burocrática se caracteriza também por procurar, além de um controle totalitário de todos, o conformismo em relação ao ensino recebido e transformar a avaliação e nota como novo ‘fetiche’. (TRAGTENBERG, 2004, p. 203)

A pedagogia burocrática revela-se na manifestação de uma sociedade, cuja racionalização se mostra inevitável e crescente, expressando o poder do capital ao invadir todas as instâncias da vida social. Nessa pedagogia burocrática, o professor torna-se um burocrata, mesmo sem saber. Do professor aos diversos níveis de escolaridade, o capital organiza, estrutura e racionaliza, transformando tudo a sua volta em “insumos” ou “coisas”.

5. A BUROCRACIA COMO EDUCAÇÃO NO SISTEMA TAYLORISTA/ FORDISTA DE PRODUÇÃO: POR UMA CONCLUSÃO

A educação, por meio das organizações burocráticas,

forma a mão-de-obra destinada a manter nas fábricas o despotismo do capital; nos institutos de pesquisa, cria aqueles que deformam dados econômicos em detrimento dos assalariados; nas suas escolas de direito, forma os aplicadores de legislação de exceção; nas escolas de medicina, aqueles que irão convertê-la numa medicina do capital ou utilizá-la repressivamente contra os deserdados do sistema. Em suma, trata-se de ‘um complô de belas almas’ recheadas de títulos acadêmicos, de doutorismo substituindo o bacharelismo, de uma nova pedantocracia, da produção de um saber a serviço do poder, seja ele de que espécie for. (TRAGTENBERG, 2004, p. 12)

A estrutura econômico-social é condição estruturante da educação. No sistema de capital, a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual, o processo de racionalização instituído e a forma como a burocracia se apresenta nas organizações educacionais constituem os elementos que levam, por exemplo, à “dissociação entre universidade e mercado de trabalho” (TRAGTENBERG, 2004, p. 184)

Apesar disso, segundo afirma Gramsci (1957, p.121), “não há nenhuma atividade humana da qual se possa excluir qualquer intervenção intelectual – o *Homo faber* não pode ser separado do *Homo sapiens*.” A separação entre pensar e fazer é consequência de uma sociedade alienada que se origina no processo de trabalho. Em toda a obra de Tragtenberg, transparece essa condição, o que não implica um pensamento fatalista sem saídas para o problema originário da própria estrutura do capital.

A burocracia no taylorismo/ fordismo educa o trabalhador por meio do disciplinamento e do consenso. Todavia, salienta-se que, ao mesmo tempo em que o trabalho se submete à educação baseada no taylorismo/ fordismo e em uma burocracia relacionada a essa forma específica de produção, ele cria mecanismos de resistência a essa mesma educação.

Tragtenberg, por ser um dos maiores estudiosos da burocracia e pela sua vivência nas organizações burocráticas da educação, apresenta contribuições significativas para se compreender como a burocracia educa o trabalhador. Entretanto, enfatizam-se, brevemente, algumas limitações concernentes a suas contribuições.

Primeiro, em referência a sua concepção anarquista, incorporada tanto na sua prática como na sua formação intelectual, provocando, em muitos momentos, entraves à

coerência epistemológica de suas análises. Salvo em relação à teoria da burocracia, em que delimita e concatena com cuidado as contribuições de Marx e Weber, em muitas críticas realizadas, sobretudo nos escritos das colunas de jornais, carrega concepções libertárias e anarquistas que padecem de coerência epistemológica.

Segundo, as críticas realizadas aos professores, às organizações burocráticas da educação (em que a universidade se destaca) e às organizações de forma geral (Estado, sindicato, empresas e outros) devem ser contextualizadas no período histórico em que o sistema de produção dominante é o taylorismo/ fordismo. Caso as análises sejam realizadas fora desse contexto, elas se apresentam destoantes da realidade. Exemplo disso é que, na atualidade, os exames, por meio de provas, não têm mais a mesma importância que na época de Tragtenberg. Eles são modelos de formalização e protocolos burocráticos que garantem a legitimidade da burocracia, mas não detêm mais a mesma característica de controle como tinham na época do taylorismo/ fordismo.

Do mesmo modo, processa-se em relação ao *status* da atividade docente. Apesar de preservar certa nobreza no imaginário social, essa atividade representada pelos professores não alcança mais o patamar referencial da época do taylorismo/ fordismo. Em relação ao diploma universitário, constata-se crescente banalização causada, mormente, pelo mercantilismo praticado na educação superior. Dessa forma, deve-se levar em consideração o contexto histórico analisado.

A origem da burocracia baseada no taylorismo/ fordismo situa-se na separação entre trabalho manual e trabalho intelectual, cuja especialização decorrente cria uma estrutura racionalizada no estabelecimento de um projeto pedagógico da burocracia, marcado pela impessoalidade, pela formalização e pelo profissionalismo.

Com a mudança do foco do trabalho individual para o coletivo cometida pela burocracia, o trabalhador deixa de ser um fim em si mesmo e passa a ser um meio para produção. O produto torna-se o fim último da organização burocrática e o lucro, o objetivo primordial a ser perseguido.

A burocracia resulta, portanto, de um conjunto de racionalidades e realidades baseadas na organização da infra-estrutura (produção propriamente dita) e na manipulação da superestrutura (ideologia, política, cultura e outros), possibilitando que a burocracia seja entendida como forma de dominação (forma específica de poder), de controle e de alienação.

As organizações burocráticas constituem a principal unidade de educação na burocracia, que se faz presente nas entidades mais simples até nas mais complexas:

empresas, sindicatos, partidos políticos, Estado e outras. Por exemplo, ao regular a educação no plano público e privado, o Estado, atuando por meio das instituições federais de ensino, regula o funcionamento das instituições privadas de educação. Não é difícil concluir que as organizações burocráticas se encontram a serviço dos interesses do capital, seja pela atuação direta, seja por meio de regulamentação.

Especificamente, como a burocracia educa o trabalhador no taylorismo/fordismo? Apresentam-se alguns exemplos, considerando-se a base teórica sobre o tema e as contribuições de Tragtenberg.

A burocracia educa por meio da qualificação/ desqualificação. À luz da regra da especialização, qualifica os trabalhadores, promovendo cursos, treinamentos e demais, visando aprimorar a especialidade do trabalhador para que ele possa cumprir suas atividades e tarefas com menos esforço, mais eficiência e produtividade possíveis. Por outro lado, desqualifica o trabalhador, uma vez que essas formas específicas de cursos, treinamentos e demais servem apenas para distinguir cada vez mais o trabalho manual do trabalho intelectual, provocando, assim, distanciamento cada vez maior entre os que pensam e os que executam.

A burocracia educa por meio das ocultações das ações e das intenções, a fim de garantir os interesses do capital, direcionando, para isso, as ações e as reais intenções diante de possíveis ameaças ao não cumprimento dos objetivos da organização.

De acordo com a reprodução da lógica racional-legal que garante a estabilidade da organização e do sistema burocrático, a burocracia estabelece racionalidades próprias. O sistema racional-legal, ou seja, as regras, normas, leis e outros não são imutáveis. Em muitas situações, o referido sistema, por uma perspectiva temporal, apresenta contradições facilmente racionalizáveis por uma lógica que retoma a normalidade do entendimento. Isto ocorre, porque, de forma geral, a impessoalidade das regras, normas, leis e outros meios, em tese, voltam-se sempre para beneficiar o coletivo.

A burocracia expropria a autonomia do indivíduo para favorecer os interesses coletivos, os quais, entretanto, expressam os interesses do capital e não dos trabalhadores. Essa expropriação da autonomia individual é aceita em nome da “nobreza” de proteger o coletivo. No entanto, trata-se da apropriação pelo particular, ou seja, pela classe dominante por intermédio do discurso de benefício coletivo.

Em relação à ideologia, a burocracia educa por meio da instituição de imaginários coletivos, não de forma “refinada” e sutil como ocorre no *toyotismo*, mas

com a criação e disseminação de valores originários da concepção do fordismo. A ideologia serve de “reforço” da dominação do capital sobre o trabalho exercido diretamente no plano da infra-estrutura. A hierarquia e as formas de controle nas organizações burocráticas garante a disseminação e o estabelecimento da ideologia dominante no interior das organizações burocráticas e, também, no plano da sociedade em geral. A ideologia ajuda, ainda, na reprodução da organização material, pela qual uma elite vê suas crenças serem respeitadas, garantindo a reprodução das condições materiais e das idéias dominantes.

Em relação à hierarquia, ela exerce papel expressivo no controle social dentro da organização burocrática, condicionando o trabalhador a aceitar as diferenças entre ele e seus colegas dentro de uma mesma organização. Ela facilita, ainda, o controle da eficiência e da produtividade, que separam em classes os indivíduos dentro de uma organização, facilitando, assim, que as diferenças na própria sociedade sejam aceitas como naturais. A hierarquização torna-se uma forma de naturalização das diferenças entre os que pensam e os que executam.

A burocracia educa por meio da monopolização do conhecimento. A grande parte do conhecimento gerado nas organizações burocráticas da educação (universidade, institutos de pesquisa e outros) atendem aos interesses do capital. Isto não implica afirmar que seja a totalidade dos conhecimentos gerados, pois, uma hegemonia gera uma contra-hegemonia, segundo Gramsci. O fato é que o conhecimento valorizado é o que atende aos interesses do capital, o que atende à lógica da acumulação desse capital, mesmo que as organizações burocráticas da educação gerem conhecimentos fora dos prefalados interesses e lógica. Na empresa, por exemplo, o conhecimento valorizado é o pragmático e utilitarista, pois é ele que garante a eficiência e a produtividade, assim, o saber operário só será valorizado, quando estiver em conformidade com essa regra.

A geração desses conhecimentos é realizada pelos intelectuais orgânicos do capital, responsáveis por criarem os conhecimentos pragmáticos e utilitaristas, assim como a ideologia da classe dominante. Os intelectuais nas empresas (engenheiros, administradores e outros) são responsáveis por harmonizar os interesses do capital com os dos trabalhadores, usando para isso sua capacidade de persuasão e comunicação, como instrumento consensual. Quando isto não ocorre, eles se utilizam do disciplinamento, por meio da adoção de técnicas, implantação de novas tecnologias ou de procedimentos racionalizados para garantir a aceitação sem maiores revoltas. A hierarquia da organização trata de pacificar as eventuais inconformidades. Apesar de a

burocracia tentar garantir estabilidade, nem sempre isto ocorre, sobretudo, porque a produção está em constante mutação, levando, conseqüentemente, às mudanças no plano da estrutura burocrática da organização.

Nas organizações burocráticas da educação, os intelectuais orgânicos do capital (professores, cientistas e demais) têm como atribuição preparar os alunos, quando entram nas organizações produtivas, para aceitar as regras do capital. Por meio da ideologização desenvolvem a docilidade do corpo e da alma dos futuros trabalhadores, assim como doutrinam a consciência dos futuros ideólogos do capital. Ressalte-se, no entanto, que nem todos os professores, cientistas e outros intelectuais, assim como nem todos os alunos, entregam-se às idéias da classe dominante. As organizações burocráticas da educação tornam-se locais de resistência e de contradições. Assim, o sistema de capital tenta cooptar o máximo dos intelectuais orgânicos, utilizando-se das organizações burocráticas da educação, mesmo não conseguindo fazê-lo por completo. Portanto, a burocracia utiliza-se dos intelectuais orgânicos do capital para educar o trabalhador no taylorismo/ fordismo.

A remuneração é uma das estratégias utilizadas para que o trabalhador aceite mais facilmente a educação impetrada pela burocracia. Ao escalonar salários dentro de uma lógica hierárquica, as organizações oferecem, em adendo, benefícios, premiações e outras formas de vantagens financeiras e econômicas para garantir a passividade e o conformismo em relação à burocracia estabelecida. Entretanto, saliente-se que o sistema de remuneração deve ser sempre suficiente para o padrão de vida correspondente dentro de uma lógica hierárquica. O excesso e a escassez precisam ser evitados, para impedir desmotivações ou descontinuidade no compromisso com a organização.

A burocracia educa também por meio do controle efetivo que exerce sobre o trabalhador. O controle dos conflitos entre as organizações burocráticas (a exemplo dos sindicatos) evita provocar instabilidade no sistema de acumulação de capital e constitui-se em uma forma de controle sobre os conflitos entre classes. Para que essa “harmonia” possa ser consolidada, é preciso realizar concessões e, para tanto, valoriza-se o regime de meritocracia dentro das organizações, assim como mecanismos de controle por meio de exames, avaliações e métodos de mensuração de eficiência. Nas universidades, esses mecanismos de controle são as provas e, nas empresas, é o relatório de desempenho profissional, baseado na mensuração diária de produtividade individual e coletiva. A organização monitora, assim, a capacidade de produção dos indivíduos e da

coletividade, mas também os comportamentos. As organizações controlam o operário padrão por meio da instituição do padrão de operário esperado.

Outra forma de educação do trabalhador se faz pela reconceituação da relação entre espaço e tempo. A anuência à nova perspectiva de temporalidade e de espaço é necessária para promover o aumento do ritmo de trabalho. Essa aceitação implica o disciplinamento do corpo e da “alma” do trabalhador, que, com a aceitação também da estratégia da remuneração por produtividade, entende como benéfico acelerar a execução das suas tarefas, pois passa a ter maior remuneração.

Enfim, a burocracia educa o trabalhador no taylorismo/ fordismo por meio da disciplinação e do consenso, articulando as características básicas da burocracia em favor do capital. Como a burocracia pressupõe dominação, controle e alienação, o trabalhador é educado por uma proposta pedagógica, cujas racionalidades precisam ser mediadas por uma estrutura burocrática, que mascare a separação entre os que pensam e os que executam, provocada pela organização da produção. A burocracia educa sempre em conformidade com a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual.

Uma nova forma de burocracia estabelecerá uma nova forma de educação, fazendo com que as organizações formais de educação preparem politicamente os trabalhadores para renegarem a dominação do capital sobre o trabalho, para se defenderem do controle exercido por uma minoria sobre uma maioria e arrostarem o processo de alienação iniciado na organização do trabalho, encontrando estabilidade na burocracia.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- ADORNO, Theodor W. *Prismas*. Barcelona: Ariel, 1962.
- _____. *Philosophische terminologie*. Frankfurt/Main: Suhrkamp, 1975.
- _____. *Theorie der Halbbildung*. In: _____. *Gesammelte Schriften - 8*. Frankfurt/Main: Suhrkamp, 1979.
- _____. A filosofia muda o mundo ao manter-se como filosofia. In: Lua Nova: Revista de Cultura e Política. N.º 60. São Paulo, 2003.
- _____. HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1985.
- ACCIOLY, Doris. Tema e variações em Maurício Tragtenberg. In: ACCIOLY E SILVA, Doris; MARRACH, Sonia Alem. *Maurício Tragtenberg: uma vida para as Ciências Humanas*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- ALTHUSSER, Louis. *Sobre a reprodução*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- ANTUNES, Ricardo. Maurício Tragtenberg: a perda de um intelectual herético. In: ACCIOLY E SILVA, Doris; MARRACH, Sonia Alem. *Maurício Tragtenberg: uma vida para as Ciências Humanas*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- BAKUNIN, Mikhail A. *Textos anarquistas*. Porto Alegre: L&PM, 1999.
- _____. *Deus e o Estado*. São Paulo: Imaginário, 2001.
- _____. *Estatismo e anarquia*. São Paulo: Imaginário, 2003a.
- _____. *A instrução integral*. São Paulo: Imaginário, 2003b.
- BAIBICH-FARIA, Tânia Maria; MENEGHETTI, Francis. A Escola de Frankfurt e o Antipreconceito. *Espaço pedagógico, Universidade Passo Fundo/RS*, v. 12, n. 2, p. 71-84, 2005.

- BRAGA, Ruy. A restauração do capital. São Paulo: Xamã, 1996.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. Introdução à análise do discurso. 8.^a ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.
- BRAVERMAN, Harry. Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX. 3.^a ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- BRUNO, Lúcia. A heterodoxia no pensamento de Maurício Tragtenberg. *In*: ACCIOLY E SILVA, Doris; MARRACH, Sonia Alem. Maurício Tragtenberg: uma vida para as Ciências Humanas. São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- CASTORIADIS, Cornélius. A instituição imaginária da sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- CORIAT, Benjamin. Pensar pelo avesso. Rio de Janeiro: Revan/Edufrj, 1994.
- DÄUBLER, W. Relações de trabalho no final do século XX. *In*: VVAA. O mundo do trabalho – crise e mudança no final do século. São Paulo: Cesis-Unicamp, 1994.
- DEJOURS, C. A banalização da injustiça social. Rio de Janeiro, FGV, 1999.
- DOSTOIÉVSKI, Fiódor. Fiódor Dostoiévski - Obra Completa - 4 Vols. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2008.
- FARIA, José Henrique de. Economia política do poder: fundamentos. Vol. 1. Curitiba: Juruá, 2004.
- _____. Economia política do poder: uma crítica da Teoria Geral da Administração. Vol. 2. Curitiba: Juruá, 2004b.
- _____. (Org.) Análise Crítica das Teorias e Práticas Organizacional. 1.^a ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- _____. MENEGHETTI, Francis Kanashiro. O seqüestro da subjetividade e as novas formas de controle psicológico no trabalho: uma abordagem crítica ao modelo *toyotista* de produção. *In*: XXV ENANPAD - 2001, 2001, Campinas - SP. Anais do XXV ENANPAD, 2001.

_____; _____. Dialética Negativa: Adorno e o atentado contra a tradição epistemológica nos estudos organizacionais. *In: XXXI ENANPAD, 2007. Anais do XXXI ENANPAD 2007.* Rio de Janeiro: ANPAD, 2007.

FAYOL, Henri. *Administração industrial e geral.* São Paulo: Atlas, 1977.

FERREIRA, Pedro Roberto. Anotações para um socialismo libertário (II). *In: ACCIOLY E SILVA, Doris; MARRACH, Sonia Alem. Maurício Tragtenberg: uma vida para as Ciências Humanas.* São Paulo: Editora UNESP, 2001.

FERRER, Francisco. *La escuela moderna.* Ed. Racionalista, s.d.

FORD, Henry. *My Life and work.* Garden City: Doubleday, Page & Company, 1922.

_____. *Today and Tomorrow.* Garden City: Doubleday, Page & Company, 1926.

GONZALES, Horácio. *O que são intelectuais.* São Paulo: Brasiliense, 1981.

GORZ, André. *O imaterial: conhecimento, valor e capital.* São Paulo: Annablume, 2005.

GRAMSCI, Antonio. *“The formation of intellectuals”.* London: Lawrence and Wishart, 1957.

_____. *Quaderni del carcere.* Turim: Einaudi, 1975.

_____. *Americanismo e fordismo em obras escolhidas.* São Paulo: Martins Fontes, 1978.

_____. *Os intelectuais e a organização da cultura.* 8.^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna.* São Paulo: Loyola, 1998.

HORKHEIMER, Max. *Teoria crítica I.* São Paulo: Editora Perspectiva; Edusp, 1990.

_____. *Eclipse da razão.* São Paulo: Centauro, 2000.

KONDER, Leandro. *A questão da ideologia.* São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

- KROPOTKIN, Piotr. Palavras de um revoltado. São Paulo: Ícone Editora, 2005.
- _____. O Estado e seu papel histórico. São Paulo: Imaginário, 2001.
- _____. O princípio anarquista e outros ensaios. São Paulo: Editora Hedra, 2007.
- LAZARTE, Rolando. Max Weber: ciência e valores. Rio de Janeiro: Cortez, 1996.
- LESSA, Sérgio. Mundo dos homens: trabalho e ser social. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.
- LOUREIRO, Isabel. Rosa Luxemburgo e Marcuse, segundo Maurício Tragtenberg. *In: ACCIOLY E SILVA, Doris; MARRACH, Sonia Alem. Maurício Tragtenberg: uma vida para as Ciências Humanas.* São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- LÖWY, Michael. As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen. São Paulo: Buscavida, 1987.
- _____. Maurício Tragtenberg, espírito libertário. *In: ACCIOLY E SILVA, Doris; MARRACH, Sonia Alem. Maurício Tragtenberg: uma vida para as Ciências Humanas.* São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- LUKÁCS, György. *El asalto a la razón: la trayectoria del irracionalismo desde Schelling hasta Hitler.* Mexico, D.F: Fondo de Cultura Economica, 1959.
- _____. A falsa e a verdadeira ontologia de Hegel. *In: Ontologia do ser social.* São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- MARCUSE, Herbert. A ideologia da sociedade industrial: o Homem Unidimensional. 6.^a ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- _____. Cultura e sociedade. Vol. 1 e 2. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- MARRACH, Sonia Alem. Memórias de Maurício Tragtenberg. *In: ACCIOLY E SILVA, Doris; MARRACH, Sonia Alem. Maurício Tragtenberg: uma vida para as Ciências Humanas.* São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- MARX, Karl. Manuscritos econômicos e filosóficos. *In: FROMM, Erich. Conceito marxista do homem.* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.
- _____. Marx: sociologia. São Paulo: Ática, 1979.

- _____. Miséria da filosofia. São Paulo: Centauro, 2001a.
- _____. O capital. Livro 1. Volumes I e II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001b.
- _____. O capital. Livro 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001c.
- _____. ENGELS, Friedrich. *Collected Works*. New York: International Publishers, 1975.
- _____; _____. Teses sobre Feuerbach. São Paulo: Alfa-Omega, 1977a.
- _____; _____. Contribuição à crítica da economia política. São Paulo: Martins Fontes, 1977b.
- _____; _____. A ideologia alemã. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- MATOS, O. F. Maurício Tragtenberg: uma saudade. *Jornal Muito+*, São Paulo, n.27, ano VIII, set. 1999.
- MENEGHETTI, Francis Kanashiro. Pensamento Crítico e Teoria das Organizações. *In: XXVIII Encontro da ANPAD, 2004. Anais do XXVIII Encontro da ANPAD. Curitiba: ANPAD, 2004.*
- _____. TARGA, Taís Andrade. A Racionalização do Mal nas Organizações. *In: IV ENEO - Encontro Nacional de Estudos Organizacionais, 2006, Porto Alegre. Anais do IV ENEO, 2006.*
- MÉSZÁROS, István. Para além do capital. São Paulo: Boitempo; Campinas: Editora da Unicamp, 2002.
- _____. A teoria da alienação em Marx. Boitempo, 2001.
- _____. O poder da ideologia. São Paulo: Boitempo, 2004.
- _____. A educação para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2005.
- _____. O desafio e o fardo do tempo histórico. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MOREL, José Carlos Orsi. Maurício Tragtenberg, a solidariedade de classe e as lutas sociais em São Paulo. *In: ACCIOLY E SILVA, Doris; MARRACH, Sonia*

Alem, Maurício Tragtenberg: uma vida para as Ciências Humanas. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

MOTTA, Fernando Claudio Prestes. O que é burocracia. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

_____. Organização e poder: empresa, Estado e escola. São Paulo: Atlas, 1986.

PASSETTI, Edson. Maurício Tragtenberg, um socialista heterodoxo. *In*: ACCIOLY E SILVA, Doris; MARRACH, Sonia Alem. Maurício Tragtenberg: uma vida para as Ciências Humanas. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

RAMOS, Marise Nogueira. A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação? São Paulo: Cortez, 2002.

RESENDE, Paulo-Edgar Almeida. Maurício Tragtenberg: o intelectual sem cátedra, o judeu sem templo, o militante sem partido. *In*: ACCIOLY E SILVA, Doris; MARRACH, Sonia Alem. Maurício Tragtenberg: uma vida para as Ciências Humanas. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Textos escolhidos. Coleção os Pensadores. Volume II. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

SARTRE, Jean-Paul. *The problem of method*. London, Methun, 1963.

_____. Em defesa dos intelectuais. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

SENNET, Richard. A corrosão do caráter. Rio de Janeiro: Record, 2007.

SILVA, Antonio Ozaí da. O movimento social numa perspectiva libertária: a contribuição de Maurício Tragtenberg. *In*: ACCIOLY E SILVA, Doris; MARRACH, Sonia Alem. Maurício Tragtenberg: uma vida para as Ciências Humanas. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

SMITH, Adam. Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações. Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1974, vol. XXVIII.

TAYLOR, Frederic. Princípios de administração científica. São Paulo: Atlas, 1970.

- TRAGTENBERG, Maurício. *Planificação Desafio do Século XX*. São Paulo: Senzala, 1967.
- _____. *Burocracia e ideologia*. São Paulo: Ática 1974.
- _____. *A escola como organização completa*. In: GARCIA, W. E. (Org.) *Educação brasileira contemporânea. Organização e funcionamento*. São Paulo: McGrall Hill do Brasil, 1976.
- _____. *Pós graduação, bode expiatório*. Folha de S. Paulo, São Paulo, 19.11.1979.
- _____. *Fascismo 'proletário'*. A propósito do jornal *A Hora do Povo*. Em *Tempo*, de 17 a 23.1.1980.
- _____. *O conhecimento expropriado e reapropriado pela classe operária: Espanha 80*. *Revista Educação e Sociedade (São Paulo)*, n.7, set. 1980.
- _____. *Polônia, ano zero*. Folha de S. Paulo, 11.9.1980.
- _____. *Violência sindical*. Folha de S. Paulo, 27.10.1980.
- _____. *No Batente*. *Notícias Populares*, 6.12.1981.
- _____. *No Batente: Polônia – trabalhador sob o 'socialismo' blindado*. *Notícias Populares*, 16.12.1981.
- _____. *No Batente: Unidade Sindical e Democracia*. *Notícias Populares*, 9.12.1981.
- _____. *No Batente: Solidarnosc (1)*. *Notícias Populares*, 23.12.1981.
- _____. *No Batente: Solidarnosc (2)*. *Notícias Populares*, 27.12.1981.
- _____. *No Batente: Solidarnosc (3)*. *Notícias Populares*, 30.12.1981.
- _____. *Sobre educação, política e sindicalismo*. São Paulo: Autores Associados, Cortez, 1982. V.1 – Educação.
- _____. *No Batente: Ainda a tão falada unidade sindical*. *Notícias Populares*, 30.6.1982.

- _____. FMU: a escola do Regime. *Educação e Sociedade* (São Paulo), n.º 8, março 1981a.
- _____. Francisco Ferrer e a pedagogia libertária. *Educação e Sociedade* (São Paulo), n.º 8, março, 1981b.
- _____. Introdução. Pistrak: uma pedagogia socialista. *In: PISTRAK. Fundamentos da escola do trabalho.* São Paulo: Brasiliense, 1981c.
- _____. No Batente: Nossa posição. *Notícias Populares*, 13.7.1982.
- _____. No Batente: Criada comissão de fábrica dos trabalhadores da Asama. *Notícias Populares*, 25.8.1982.
- _____. No Batente: Eleição: trabalhador não trabalha no Parlamento. *Notícias Populares*, 14.11.1982.
- _____. Quando o operário faz a educação: depoimentos. *Caderno de Pesquisa*, V.47, p.81-94, nov.1983a.
- _____. Comissões de fábrica e sindicatos. *Folhetim, Folha de S. Paulo*, 4 de dezembro de 1983b, p.10-1.
- _____. Controle de qualidade do trabalhador. *Folha de S. Paulo*, 31.5.1982, 27 e 28.7.1982.
- _____. No Batente: Leitura para trabalhadores. *Notícias Populares*, 17.9.1986.
- _____. *Reflexões sobre o socialismo.* São Paulo: Moderna. 1986.
- _____. *Confiança no processo.* São Paulo, *Leia*, Ano X, n.º 109, nov. de 1987.
- _____. *Uma prática de participação: as coletivizações na Espanha (1936-1939).* *In: Participação e participações. Ensaio sobre autogestão.* São Paulo: Babel Cultural, 1987.
- _____. *Kropotkin: textos escolhidos.* Porto Alegre: L&PM, 1987.
- _____. *A Revolução Russa.* São Paulo: Editora Atual, 1988.

- _____. "Memorial". *Pro-Posições* (Campinas) n.º 4, p.79-87, abr. 1991.
- _____. Rosa Luxemburgo e a crítica aos fenômenos burocráticos. *In: LOUREIRO, I., VIGEVANI, T. (Org.) Rosa Luxemburg: a recusa da alienação.* São Paulo: Editora UNESP, 1991.
- _____. Neoliberalismo e cultura universitária. *In: _____.* Conciliação, neoliberalismo e educação. São Paulo: Annablume, 1996a.
- _____. A conciliação hoje. *In: _____.* Conciliação, neoliberalismo e educação. São Paulo: Annablume, 1996b.
- _____. Memorial. *Educação & Sociedade*, n.º 65, dez.1998.
- _____. Sobre educação, política e sindicalismo. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- TOLSTOI, Liev. *Guerra e Paz.* Vol. 1 e 2. Porto Alegre: L&PM, 2007.
- _____. *Obra completa de Leão Tostoi.* 3 volumes. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2004.
- TROTSKI, Leon. *Escritos sobre la cuestion feminina.* Espanha: Anagrama, 1977.
- _____. *A Revolução de Outubro.* São Paulo: Boitempo Editorial, 2001a.
- _____. *Literatura e revolução.* Rio de Janeiro: Zorge Zahar Ed., 2001b.
- UHLE, Agueda Bernardete Bittencourt . Tragtenberg e a educação. *In: ACCIOLY E SILVA, Doris; MARRACH, Sonia Alem.* Maurício Tragtenberg: uma vida para as Ciências Humanas. São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- VALVERDE, Antonio. Elogio de Maurício Tragtenberg. *In: ACCIOLY E SILVA, Doris; MARRACH, Sonia Alem.* Maurício Tragtenberg: uma vida para as Ciências Humanas. São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- WEBER, Max. *Ensaio de sociologia.* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.
- _____. *Economia y sociedad.* Trad. José Medina Echavarría *et al.* México: Fondo de Cultura Económica, 1979a.
- _____. *Sociologia.* São Paulo: Ed. Atlas, 1979b.

_____. Ciência e política: duas vocações. São Paulo: Martin Claret, 2003a.

_____. A ética protestante e o espírito capitalista. São Paulo: Martin Claret, 2003b.